



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GUSTAVO PEREIRA ABONIZIO

**BURGUESIA INTERNA E ESTADO BURGUEÊS NO BRASIL:
A ATUAÇÃO DA CNI NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS À DINAMIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
(2006-2010)**

Londrina
2015

GUSTAVO PEREIRA ABONIZIO

**BURGUESIA INTERNA E ESTADO BURGUESES NO BRASIL:
A ATUAÇÃO DA CNI NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS À DINAMIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
(2006-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado.

Londrina
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A154b Abonizio, Gustavo Pereira.
Burguesia interna e estado burguês no Brasil : a atuação da CNI na formulação de políticas públicas à dinamização do mercado de trabalho (2006-2010) / Gustavo Pereira Abonizio. – Londrina, 2015.
106 f.: il.

Orientador: Eliel Ribeiro Machado.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015.
Inclui bibliografia.

1. Confederação Nacional da Indústria (Brasil) – Teses. 2. Mercado de trabalho – Teses. 3. Neodesenvolvimentismo – Teses. 4. Ciências sociais – Teses. I. Machado, Eliel Ribeiro. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 3:331.96

GUSTAVO PEREIRA ABONIZIO

**BURGUESIA INTERNA E ESTADO BURGUESES NO BRASIL:
A ATUAÇÃO DA CNI NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS À
DINAMIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO (2006-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Eliel Roberto Machado
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Ronaldo Fabiano dos Santos Gaspar
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante
Universidade Estadual de Campinas -
UNICAMP

Londrina, 24 de abril de 2015.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui meus agradecimentos à Univeridade Estadual de Londrina, especialmente ao corpo docente e funcionários do departamento de Ciências Sociais, pois contribuíram, desde o período da graduação, à minha formação acadêmica e profissional.

Ao meu orientador, Eliel Ribeiro Machado, que aceitou me “guiar” nessa empreitada, e contribuiu, de maneira ímpar, com os seus comentários e críticas em cada capítulo desta dissertação.

Aos professores Jefferson Rodrigues Barbosa e Sávio Machado Cavalcante pelas contribuições que deram à pesquisa no exame de qualificação.

Aos membros do “Grupo de estudos de política da América Latina” (Gepal), com quem pude participar de algumas reuniões no período da pesquisa, as quais propiciaram discussões fecundas de ordem teórica e conceitual.

Aos meus pais e à minha irmã, por terem me apoiado em todos os momentos, sempre me incentivando e orgulhando-se a cada pequena conquista. Principalmente à minha mãe, por ter lutado tanto para que eu realizasse meus sonhos, presente em todos os momentos, sempre pronta para dar uma palavra de conforto.

Ao meu amor, Josiani. Pela infinita paciência e carinho com que sempre me tratou e pelo esforço em me acompanhar.

ABONIZIO, Gustavo Pereira. **Burguesia interna e Estado burguês no Brasil: a atuação da CNI na formulação de políticas públicas à dinamização do mercado de trabalho (2006-2010)**. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina – Londrina, 2015.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva avaliar a relação entre a fração da burguesia industrial e as formulações de políticas públicas para o mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, delineamos o nosso objeto de pesquisa em torno da atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), um dos principais órgãos de representação da burguesia interna brasileira, no período histórico recente denominado neodesenvolvimentismo. Tal periodização é pontuada pela literatura a partir do segundo mandato do governo Lula. O material analisado refere-se à *Agenda Legislativa da Indústria*, uma publicação anual da CNI, na qual esta se posiciona diante das proposições legislativas debatidas no âmbito do Congresso Nacional. Trabalha-se com a hipótese de que o Estado brasileiro tem, sob o neodesenvolvimentismo, correspondido com alguns interesses das classes dominadas no que tange à ampliação do emprego formal para as classes trabalhadoras, mas, por outro lado, sem contradizer os interesses econômicos da fração industrial. Dito de outro modo, esta política de Estado não chega a colocar em xeque a hegemonia do capital financeiro internacional, ao mesmo tempo em que tem realocado a posição do capital produtivo no interior do bloco no poder, pelo menos no período analisado (2006 - 2010).

Palavras-chave: Confederação Nacional da Indústria. Mercado de Trabalho. Neodesenvolvimentismo.

ABONIZIO, Gustavo Pereira. **Burguesia interna e Estado burguês no Brasil: a atuação da CNI na formulação de políticas públicas à dinamização do mercado de trabalho (2006-2010)**. 106 p. Dissertation (Master degree in Social Sciences). Universidade Estadual de Londrina – Londrina, 2015.

ABSTRACT

This research aims to evaluate the relationship between the fraction of the industrial bourgeoisie and public policy formulation for the Brazilian labor market. Therefore, we outline our research object around the performance of the National Confederation of Industry (CNI), a leading representative bodies of the Brazilian domestic bourgeoisie in the recent historical period called neo-developmentism. This periodization is punctuated by literature from the second term of the Lula government. The analyzed material refers to Industry Legislative Agenda, an annual publication of the CNI, in which it stands before the legislative proposals discussed in the National Congress. Works with the hypothesis that the Brazilian State has, under the neo-developmentism, matched with some interests of the dominated classes regarding the expansion of formal employment for the working classes, but on the other hand, without contradicting the economic interests of the fraction industrial. In other words, this state policy fails to put into question the hegemony of international finance capital, while it has relocated the position of productive capital within the bloc in power, at least in the analyzed period (2006 - 2010).

Keywords: National Confederation of Industry. Labour market. Neo-developmentism.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 –	Classificação das atividades realizadas pela CNI.....	77
Tabela 1 –	Nova estrutura institucional criada no governo Lula	69
Tabela 2 –	Eixos temáticos presentes nas Agendas Legislativa da Indústria	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A ATUAÇÃO DA BURGUESIA INTERNA BRASILEIRA NOS ANOS 1990	16
2 OS IMPASSES DAS LUTAS INTRABURGUESAS NOS ANOS 2000: MUDANÇAS SOB O NEODESENVOLVIMENTISMO?	44
2.1 O QUE HÁ DE “NOVO” NO NEODESENVOLVIMENTISMO?	44
2.2 A LUTA DE CLASSES SOB O GOVERNO LULA	51
3 A CNI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS 2000	62
3.1 A FRAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL E SUAS CONEXÕES COM O NEODESENVOLVIMENTISMO	62
3.2 AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA: INTERLOCUÇÕES ENTRE O EMPRESARIADO INDUSTRIAL E O ESTADO NEODESENVOLVIMENTISTA	72
CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a avaliar a relação entre a burguesia interna brasileira, particularmente o grande capital industrial, e as formulações de políticas públicas para o mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000. Para tanto, escolhemos a Confederação Nacional da Indústria (CNI) como nosso objeto de investigação por ser um dos principais órgãos de representação dos interesses da burguesia interna brasileira entre os anos de 2006 a 2010.

O material analisado refere-se à *Agenda Legislativa da Indústria*, uma publicação anual da CNI, na qual esta se posiciona diante das proposições legislativas debatidas no âmbito do Congresso Nacional. A construção e a publicação das *Agendas* tiveram o seu início em 1996. Naquele período, popularizou-se o termo “Custo Brasil”, que fazia referência aos principais obstáculos inibidores da competitividade da produção nacional diante do processo de abertura econômica. Nesse sentido, como interessava à CNI derrubar, no Parlamento, tais impedimentos, a *Agenda* foi um importante espaço político às decisões em seu favor (CNI, 2012).

A presente dissertação, portanto, realiza um recorte das publicações que seguem do ano de 2006 a 2010. No interior das *Agendas Legislativas da Indústria*, encontra-se uma variedade de temas que compõem o “Custo Brasil¹”, mas destacamos apenas as análises referentes à legislação trabalhista e, particularmente, aos temas sobre *Dispensa, Duração do Trabalho, Outras Modalidades de Contrato e Terceirização*.

O recorte temporal proposto parte das análises que caracterizam o Estado burguês brasileiro com uma roupagem “neodesenvolvimentista”. Este, por sua vez, tem apresentado, na sua maneira de direcionar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, elementos de rupturas e continuidades em relação ao ideário do Estado nacional dos anos precedentes, ou seja, sob o enfoque neoliberal.

A orientação neodesenvolvimentista que assume o Estado brasileiro a partir dos anos 2000, principalmente após o segundo mandato do governo Lula, está assentada sobre um movimento político que vinha sendo gestado desde a década de 1980 e tomou maior expressão com a vitória de Lula à presidência da República.

¹ A caracterização e estruturação das *Agendas Legislativas da Indústria* estão presentes no 3º capítulo desta dissertação.

Segundo Boito Jr. (2012), denomina-se “frente política neodesenvolvimentista” esse movimento político que procura remodelar o modo pelo qual o Estado brasileiro é guiado pelos imperativos da ortodoxia neoliberal e imprimir uma “nova” concepção de desenvolvimento econômico. Para além de uma discussão dos projetos de desenvolvimento econômico, Boito Jr. desenvolve esse conceito a partir das contribuições poulantzas sobre o bloco no poder. Assim, o debate em torno da frente política neodesenvolvimentista deve ser centrado nas relações de luta de classe e frações de classe no interior do Estado burguês brasileiro contemporâneo.

Alcançar tais objetivos pressupõe empregar um recurso metodológico marxista acerca da relação entre aparência e essência. Essa dialética pode ser compreendida pela noção de cena política, a qual representa uma “realidade superficial, enganosa, que deve ser desmistificada, despida de seus próprios termos, para que se tenha acesso à realidade mais profunda dos interesses e dos conflitos de classe.” (BOITO JR., p. 129). Tendo em vista que parte da literatura faz alusão ao “neodesenvolvimentismo” como um projeto que atende aos interesses da “nação” (BRESSER-PEREIRA, 2006), a perspectiva teórica que orienta a presente pesquisa é inversa, pois destaca os interesses de classe presentes naquele projeto, o que implica em superar a realidade mais imediata desse fenômeno social, a fim de chegar à sua essência.² Desse modo, corroboramos com a análise que Saes (2001, p. 81) realizou acerca da política estatal neoliberal, na qual o autor não se limitou a

² Em contraposição à ideia liberal de “nação” (diluição das classes e dos conflitos de classe), recuperamos uma importante contribuição de Saes para compreendê-la em perspectiva marxista. Isto é, o “povo-nação” é parte integrante da dupla função (individualizar os agentes de produção e neutralizar, no produtor direto, a tendência à ação coletiva) que o Estado burguês desempenha. Como salienta Saes, em sua leitura sobre o conceito de Estado burguês em Poulantzas, essa segunda função ocorre: “organizando um *outro coletivo, oposto à classe social*. Um coletivo oposto e diferente: de um lado, ele unifica os agentes da produção já isolados no mercado (contrato de trabalho) ou no processo de trabalho (caráter privado dos trabalhos); de outro lado, ele reproduz esse isolamento, ao impedir a formação de um coletivo na esfera da produção. Em que consiste essa coletividade alternativa? Se a classe social se constitui a partir da definição de um interesse comum de todos os produtores diretos na liquidação da troca desigual entre o uso da força de trabalho e salário (ou de interesse comum de todos os proprietários dos meios de produção na preservação dessa troca), já tal coletividade nega tais interesses e se define como o interesse comum, de todos os agentes da produção (produtores diretos e proprietários dos meios de produção), em se estabelecerem como habitantes de um espaço geográfico delimitado, o território. Tal coletividade é o *Povo-Nação*. Esta é a forma de coletividade que o Estado burguês impõe aos agentes da produção antagonicamente relacionados no processo de extorsão da mais-valia. (...) o Estado burguês, ao representar a unidade (vale dizer, proceder à unificação formal ou aparente) dos membros das classes sociais antagônicas no Povo-Nação, desempenha a função de neutralizar a tendência à formação de comitês de fábrica, sindicatos operários, partidos revolucionários; isto é, de atomizar os produtores diretos, conservando-os num estado de massa (individualismo, concorrência no mercado de trabalho), e impedindo a sua constituição em classe social” (SAES, 1998, p. 31-32).

verificar se há aproximação entre a efetivação de uma política estatal e a doutrina econômica que a orienta, mas examinou “a relação entre a orientação assumida pela política estatal e os interesses dos diversos grupos sociais (classes sociais, frações de classe, camadas sociais, categorias sociais) em presença”.

O esforço de lançar mão sobre o papel que a CNI cumpre na formulação das políticas públicas direcionadas ao mercado de trabalho brasileiro é necessário, uma vez que intencionamos analisar o modo pelo qual a luta de classe e frações de classe ocorre no interior da frente política neodesenvolvimentista. Assim, trabalhamos com a hipótese de que, sob tal frente, a fração da burguesia industrial tem alcançado um lugar privilegiado na política estatal, no entanto, distante de pôr em risco a hegemonia dessa fração de classe na frente política em questão, acreditamos que as classes dominadas têm conquistado algumas melhorias na sua condição material de existência, como nas políticas públicas direcionadas às áreas do trabalho, habitação e educação.

Tal diagnóstico, portanto, caminha na contramão da situação desses sujeitos sociais no decorrer dos anos noventa do século XX. Nesse período, a política estatal neoliberal subjugava os interesses do capital industrial em uma posição secundária, embora essa fração de classe estabelecesse uma posição contraditória ao receituário neoliberal, na medida em que compôs a frente política conservadora (SAES, 2001). Em que pese a situação da classe trabalhadora, os seus interesses materiais foram alijados e estavam ausentes do horizonte da política neoliberal (BOITO JR., 1999).

A possibilidade de avanços da política social no interior de uma sociedade capitalista, na medida em que os interesses econômicos das classes dominadas se tornam alvos da política estatal, foi pontuado por Poulantzas (1977) como uma das características da estrutura do Estado capitalista em função de sua relativa autonomia no que concerna à luta econômica. De acordo com o autor:

O Estado capitalista, com direção hegemônica de classe, representa não *diretamente* os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus *interesses políticos*: ele é o centro do poder político das classes dominantes na medida em que é o fator de organização da sua luta política (POULANTZAS, 1977, p. 185).

Observa-se, assim, que a efetivação dos interesses econômicos das classes dominadas não atinge a essência do Estado burguês, ou seja, o poder político das

classes e frações de classes dominantes. Segundo Poulantzas, sob o Estado burguês, o poder político é exercido por meio de um *equilíbrio instável de compromisso*³ (POULANTZAS, 1977, p. 187). Em suas palavras, o Estado capitalista possui duas características:

por um lado, a sua autonomia relativa ao econômico implica a possibilidade, segundo a relação de forças concreta, de uma política 'social', de sacrifícios econômicos em proveito de certas classes dominadas; por outro, é esta própria autonomia do poder político institucionalizado que permite cercear por vezes o poder econômico das classes dominantes, sem jamais ameaçar o seu poder político (POULANTZAS, 1977, p. 188).

Observa-se que, na proposta teórica de Poulantzas, os avanços no “campo social” estão relacionados ao caráter *instável* do poder político, isto é, ao limite de equilíbrio fixado pela *conjuntura política* (POULANTZAS, 1977). Permitir-nos, então, uma digressão teórica do neodesenvolvimentismo a partir das contribuições poulantzasianas: ele poderia ser considerado uma expressão concreta do “momento atual” da luta política de classe, ou seja, “a articulação e o índice de dominância que caracterizam a *estrutura* de uma formação social refletem-se enquanto conjuntura, ao nível da luta política de classe” (POULANTZAS, 1977, p. 91). Não obstante a frente política neodesenvolvimentista não tenha minado a hegemonia da fração financeira no interior do bloco no poder, nossa intenção é examinar, no âmago da frente, as lutas políticas travadas entre as classes e as frações de classes que a compõem, especialmente a CNI, enquanto entidade representativa das frações da burguesia interna ligadas ao capital produtivo, e os seus desdobramentos na consolidação das políticas públicas para o mercado de trabalho nos anos 2000. Quando analisamos a perda, a manutenção ou a conquista de direitos trabalhistas, mesmo circunscritos ao âmbito econômico, compreendemos melhor como a luta política⁴ desta fração industrial no interior da frente política neodesenvolvimentista

³ Poulantzas (1977, p. 187) caracteriza o equilíbrio instável de compromisso da seguinte maneira: *Compromisso*, na medida em que esse poder corresponde a uma dominação hegemônica de classes, pode dar conta de interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrários ao interesse econômico a curto prazo das classes dominantes, sem que isso atinja o plano dos interesses políticos; *Equilíbrio*, na medida em que esses “sacrifícios” econômicos, embora reais e criando assim o campo de um equilíbrio, não põem, enquanto tais, em questão o poder político, que fixa precisamente os limites desse equilíbrio; *Instável*, na medida em que esses limites do equilíbrio são fixados pela conjuntura política.

⁴ Apesar de a satisfação dos interesses econômicos das classes dominadas exprimir uma característica da estrutura do Estado capitalista, e, por conseguinte, não apresentar nenhuma

tem incidido sobre os interesses das classes populares. Desse modo, concordamos com as análises que têm destacado que os processos de reformas sob o governo Lula contribuíram, de maneira seletiva, para a melhoria das condições de vida das classes dominadas, embora não perdemos de vista as ações empreendidas pelo Estado brasileiro que impulsionaram uma série de retrocessos sociais⁵.

Saes (2001), ao realizar um balanço interpretativo sobre o desenvolvimento do Estado burguês brasileiro, assinala que os anos 1990 romperam com um compromisso histórico presente desde os anos 1930, qual seja, um “compromisso mínimo com um projeto de desenvolvimento capitalista para o Brasil; compromisso que se concretiza com uma política estatal de apoio ao prosseguimento da industrialização por meio da ‘substituição de importações’” (SAES, 2001, p. 103-104). Para o autor, com a ascensão do neoliberalismo na sequência do processo de redemocratização da vida política, o Estado brasileiro passou a revogar o projeto de desenvolvimento nacional, uma vez que

a redemocratização de 1988 abriu a via para o estabelecimento de um total controle do Estado brasileiro e de uma total dominação da economia brasileira pelo capital financeiro internacional. Sujeito à pressão direta dos representantes políticos do capital financeiro internacional (como o FMI, o Banco Mundial ou o governo dos Estados Unidos) e dos agentes econômicos dessa fração do capital (como os grandes bancos e corporações estrangeiras), o Estado brasileiro, conduzido sucessivamente por dois presidentes civis, eleitos pelo voto direto, não mais se pauta por qualquer projeto de desenvolvimento nacional (SAES, 2001, p. 104).

A política estatal neoliberal implicou no rearranjo da fração hegemônica no seio do bloco no poder e estabeleceu um desenvolvimento econômico no qual estava ausente qualquer possibilidade da ampliação da democracia no Brasil. Aliás, esse processo se constitui enquanto pano de fundo da presente pesquisa, pois, ao analisar as possibilidades de manutenção e aperfeiçoamento das políticas públicas referentes à legislação trabalhista, no contexto da conjuntura neodesenvolvimentista,

possibilidade de cerceamento do poder político da classe ou fração de classe hegemônica, Poulantzas (1977, p. 186) concebe a garantia dos interesses materiais como “imposta ao Estado pela *luta política e econômica das classes dominadas*: isto apenas significa, contudo, que o Estado não é um utensílio de classe, que ele é o Estado de uma sociedade dividida em classes”.

⁵ Um balanço sintético sobre as contrarreformas sociais (reformas tributárias, agrária, trabalhista e previdenciária) implementadas pelo governo Lula, ver: MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Ver especialmente o capítulo 3: “Reformas no capitalismo neoliberal no Brasil”.

pressupõe-se estabelecer quais as perspectivas à construção e consolidação de um Estado com mínimos parâmetros democráticos. Nesse sentido, somos tributários aos balanços e perspectivas sobre a democracia e o capitalismo brasileiro realizados por Saes (2001)⁶. Segundo o autor, dentre os limites que a Constituição de 1988 provocou sobre a experiência democrática no Brasil, compreende-se que a sua superação, ou seja, a evolução de uma democracia limitada para uma perspectiva mais ampla pressupõe a

emergência, no Brasil, de um projeto político de desenvolvimento capitalista alternativo ao projeto político neoliberal. Seria desse tipo, por exemplo, um neodesenvolvimentismo de tipo conservador, que, em vez de contestar a ordem capitalista mundial numa perspectiva terceiromundista, buscasse uma nova inserção específica da economia brasileira — como economia industrial-exportadora especializada — nessa ordem. O programa de ação desse neodesenvolvimentismo (...) implicaria, em vez de desmantelar o Estado (meta do neoliberalismo), atribuir ao aparelho estatal um papel seletivo, porém ativo (investimento maciços em pesquisa e desenvolvimento, em educação e em segmentos tecnológicos específicos), bem como realizar reformas numa perspectiva conservadora (por exemplo: uma reforma agrária redistributiva, concebida como um instrumento de estabilização social do campo e da cidade, bem como de formação de um mercado interno mais amplo; e não como a via a conquista da 'democracia agrária' ou como a etapa intermediária de um processo global de transformação social) (SAES, 2001, p. 133-134).

O neodesenvolvimentismo implementado pelo governo Lula absorve alguns dos elementos supracitados, portanto, entendemos que não podemos desconsiderar os avanços obtidos na área social. Assim, o exame do posicionamento do grande capital industrial diante das proposições legislativas direcionadas ao mercado de trabalho brasileiro, com o intuito de atender os seus interesses específicos, é essencial para estabelecer algumas frentes de luta política por parte dos trabalhadores.

A partir da pesquisa realizada, é possível demonstrar que o posicionamento da CNI frente às proposições legislativas para o mercado de trabalho brasileiro está na contramão do que essa mesma fração tem reivindicado ao Estado neodesenvolvimentista, ou seja, ela tem apresentado uma plataforma legislativa de

⁶ Para uma análise completa das experiências democráticas no Brasil republicano, ver: SAES, Décio. "Democracia e Capitalismo no Brasil: Balanços e perspectivas". In: República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil. Editora: Boitempo. São Paulo. 2001

caráter neoliberal baseada na flexibilização e desregulamentação dos direitos trabalhistas. Podemos adiantar, portanto, que, em termos dos interesses dos trabalhadores, o projeto neodesenvolvimentista atende apenas parcialmente as suas expectativas, uma vez que coexistem elementos de rupturas e continuidade em relação à conjuntura dos anos 1990, calcada pelos imperativos neoliberais. Em outras palavras, não se trata de uma dicotomia na estruturação do mercado de trabalho, entre os anos 1990 e 2000, mas não desconsideramos os avanços pontuais e essenciais em torno desse aspecto da vida social.⁷

O caminho percorrido pela presente pesquisa e os seus resultados estão estruturados em três capítulos. O primeiro, *A atuação da burguesia interna brasileira nos anos 1990*, faz um balanço acerca da atuação política dessa fração no interior do capitalismo brasileiro. Recuperamos algumas análises que estão fora do âmbito do marxismo, a fim de compreendermos quais foram os principais momentos em que a fração da burguesia industrial teve os seus interesses contemplados pela política estatal, ou seja, de que modo ela conseguiu influenciar na construção da agenda política. Neste capítulo, abordamos também os anos 1990, uma vez que nesse período há modificações no interior do bloco no poder no que diz respeito às disputas por hegemonia que, evidentemente, impactaram sobre a atuação do capital industrial.

O segundo capítulo, intitulado *Os impasses das lutas intraburguesas nos anos 2000: mudanças sob o neodesenvolvimentismo?*, conceituamos o fenômeno social do “neodesenvolvimentismo”, quais são as suas principais características, perspectivas teóricas e a sua efetivação enquanto política econômica no governo Lula. Além disso, estabelecemos uma análise sob a ótica da política, isto é, quais são os desdobramentos à luta de classe e frações de classe a partir da sua ascensão no interior do bloco no poder.

Por fim, o último capítulo, *A CNI e as políticas públicas para o mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000*, disserta sobre os resultados desta pesquisa. O papel de destaque que a CNI atribui às *Agendas Legislativas da Indústria* confirma a hipótese de uma literatura que tem apontado à retomada da arena legislativa enquanto um espaço imprescindível à luta política, ou seja, à representação de interesses materiais. Assim, o conteúdo presente nas *Agendas* se torna um

⁷ No segundo capítulo, esmiuçamos os principais aspectos que marcaram uma ruptura parcial da caracterização do mercado de trabalho brasileiro, a partir da eleição do governo Lula.

importante instrumento de pressão política, no âmbito do Parlamento, no esforço de reduzir uma demanda presente no interior da grande burguesia industrial, o chamado “Custo Brasil”. Portanto, realizamos uma avaliação no que diz respeito ao eixo legislativo trabalhista enquanto um dos componentes presentes neste conceito, à luz dos interesses específicos da grande burguesia industrial.

1 A ATUAÇÃO DA BURGUESIA INTERNA BRASILEIRA NOS ANOS 1990

Este capítulo avalia a atuação da burguesia interna brasileira enquanto um importante ator político e a sua relação com o Estado brasileiro. Para tanto, realizaremos um recorte histórico dos anos 1990, período em que se verifica a introdução da política estatal neoliberal em terreno nacional. Objetiva-se analisar de que maneira esse receituário político-econômico imprimiu algumas mudanças na relação entre o Estado brasileiro e a denominada burguesia interna brasileira, especialmente a fração do grande capital industrial.

Um dos aspectos que caracterizam a burguesia interna, em uma formação social capitalista dependente, está relacionado ao modo pelo qual a burguesia do espaço nacional se relaciona com o capital estrangeiro. Farias (2009), a partir de uma leitura da obra poulantzana, realiza uma reflexão acerca das frações burguesas no bloco no poder, e assinala que, na relação com o capital internacional, a classe burguesa do espaço nacional se decompõe em três frações: as burguesias compradora, interna e nacional. Corroborando com essa perspectiva teórica, Saes (2014), em um esforço de teorizar a respeito das frações das classes dominantes na formação social capitalista, destaca que no interior do sistema capitalista mundial as lutas intraburguesas ganham uma existência objetiva. Nas palavras do autor:

O sistema capitalista mundial instaura uma relação entre as classes capitalistas das diferentes formações sociais que o compõem, e a diferenciação dos tipos de relação entre as classes capitalistas dos diversos países que compõem o sistema capitalista mundial produz efeitos pertinentes no plano político; desse modo, o fracionamento da classe capitalista em função do posicionamento do capital diante do sistema capitalista mundial ganha uma existência objetiva. (SAES, 2014, p. 114).

Nesse sentido, seguindo a tradição poulantzana, a caracterização a despeito do fracionamento das classes dominantes nas formações sociais dependentes é a que se segue: a burguesia compradora possuiu uma conduta que visa intermediar os interesses objetivos do capital externo no espaço nacional. Segundo Saes (2014, p. 114):

esse segmento pode se formar na esfera industrial (empresas mistas nas quais o interesse predominante é o da matriz), na esfera comercial (é o caso dos importadores, que exercem pressão contra a produção interna de bens importados de alto valor) e na esfera bancária (bancos e sociedades financeiras voltados para o financiamento de empreendimentos do capital estrangeiro, descompromissados com o fortalecimento do mercado interno ou do setor público).

Desse modo, devido ao lugar ocupado por essa fração no interior do processo de produção da mais-valia, “no plano político-ideológico, essa burguesia não opõe resistências às políticas que favoreçam o capital estrangeiro, justamente pela imbricação de seus interesses com os interesses externos” (FARIAS, 2009, p. 87).

O segundo segmento denominado de burguesia nacional, na medida em que a sua inserção no sistema econômico capitalista é pautado pela produção de bens de consumo leves ou bens de consumo duráveis de baixo valor, orienta os seus esforços para o fortalecimento do mercado interno. Assim, o seu posicionamento é norteado pela oposição aos interesses imperialistas. Nesse sentido,

esse grupo concebe o desenvolvimento do capitalismo como um processo centrado nesse mercado; tende, portanto, a defender políticas de redistribuição de renda e reformas capazes de aumentar o poder aquisitivo das massas, por meio de políticas de distribuição de terras, habitação popular, emprego, etc. (...) encaram-no como agente capaz de executar programas e projetos que levam à formação e ao crescimento de um mercado de massas. Fortalecimento da nação, progresso social e desenvolvimento capitalista independente parecem estar ligados para essa fração, que poderá atuar politicamente como *burguesia nacional* conforme a) o estado da relação de forças da classe capitalista com as classes populares; b) o grau de pressão do capital estrangeiro e da burguesia associada sobre o Estado nacional. (SAES, 2014, p. 115).

Por fim, a terceira fração da classe dominante é conceituada pela expressão de *burguesia interna*. Originalmente, o conceito de burguesia interna foi desenvolvido por Nicos Poulantzas (1976) na obra *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha*. O autor adverte que esses países dependentes do centro imperialista sofreram determinadas transformações, por exemplo, “a rápida destruição, em virtude das formas que assumem as importações atuais de capitais estrangeiros nestes países, dos modos e formas de produção pré-capitalistas”

(POULANTZAS, 1976, p. 35), além do processo de industrialização dependente, no qual o capital estrangeiro passa a investir em setores do capital diretamente produtivo. Essa nova configuração contribui para o desenvolvimento de uma nova fração de classe dominante autóctone⁸ que possui um

caráter principalmente industrial (capital diretamente produtivo) no setor da indústria leve de bens de consumo, raramente no setor da indústria pesada (eletrodoméstico, têxtil, mecânica, mas também metalurgia e química), no setor das indústrias de construção (cimento, etc.) [...] Estas burguesias não se limitam, aliás, ao setor industrial; estendem-se a áreas que dependem diretamente deste processo de industrialização: transporte, circuitos de distribuição (capital comercial) ou mesmo de serviços vários (principalmente turismo) (POULANTZAS, 1976, p. 35-36).

Sintetizando a caracterização dessa fração de classe e sua relação com as demais frações de classe que compõem o bloco no poder, em especial ao capital estrangeiro, Poulantzas exprime da seguinte forma esse movimento:

A burguesia interna, ao contrário, mesmo sendo dependente do capital estrangeiro, apresenta contradições importantes em relação a este. Em primeiro lugar, porque se sente frustrada na repartição do bolo da exploração das massas: a transferência leonina da mais-valia se faz em detrimento dela e a favor do capital estrangeiro e respectivos agentes, a burguesia compradora. Em seguida porque, concentrada principalmente no setor industrial, interessa-se pelo desenvolvimento industrial que esteja menos polarizado para o seccionamento do país causado pelo capital e se interessa pela intervenção estatal que lhe assegura alguns domínios dentro do país e que a tornaria também mais competitiva diante do capital estrangeiro. Deseja a ampliação e o desenvolvimento do mercado interno através de uma pequena elevação do poder e de consumo das massas, o que lhe ofereceria mais saídas; enfim, ajuda do Estado, que lhe permitiria desenvolver a exportação (POULANTZAS, 1976, p. 36-37).

⁸ Não obstante essa fração de classe ter como característica um caráter nacional, Poulantzas (1976, p. 37) esclarece que não se pode confundi-la com uma genuína burguesia nacional: “É necessário dizer ainda — isto é muito importante para a política desta burguesia interna em relação às ditaduras — que não se trata, no seu caso, de uma verdadeira *burguesia nacional*, de uma burguesia realmente autônoma em relação ao capital estrangeiro e que poderia tomar parte ativa de uma luta anti-imperialista pela independência nacional efetiva, o que algumas vezes ocorreu nestes países (principalmente na Espanha), nas fases precedentes ao imperialismo. O desenvolvimento desta burguesia interna coincide com a internacionalização dos processos de trabalho e da produção e com a internacionalização do capital, enfim, com a reprodução induzida das relações capitalistas dominantes no interior mesmo das diversas formações sociais. Por isto, se bem que sua existência crie contradições com o capital estrangeiro, esta burguesia interna é, numa certa medida, *dependente* dos processos de internacionalização sob a égide do capital estrangeiro. Dependente do processo tecnológico e da produtividade do trabalho, da rede complexa e dos bens de consumo, ela se estabelece, com frequência, nas relações com a indústria pesada (setor privilegiado das sociedades multinacionais estrangeiras) e dos expedientes comerciais também. Isto explica, entre outros fatores, a *fraqueza política* desta burguesia interna que, mesmo tentando traduzir politicamente suas contradições com o capital estrangeiro e com a grande burguesia compradora, não pode, a maior parte do tempo, exercer uma hegemonia política a longo prazo sobre as outras frações da burguesia e das classes dominantes, isto é, sobre o bloco no poder.”

A despeito da particularidade que caracteriza esse segmento do capital nacional diante do capital estrangeiro e, conseqüentemente, a sua forma de relação ambígua, na qual concentram tendências nacionais e antinacionais, Saes (2104) afirma que:

a primeira forma de subordinação se estabelece quando o capital nativo se encaminha para a prestação de serviços permanentes ao capital estrangeiro instalado no país. É o caso das empresas que fornecem insumos para as indústrias montadoras de origem estrangeira. A segunda forma de subordinação emerge quando o capital nativo se volta preferencialmente para a exploração do mercado externo, colocando em segundo plano o desenvolvimento do mercado interno. É o caso da burguesia industrial exportadora, por exemplo. Embora esse segmento possa ser de origem nacional, ele não possui, pelas razões econômicas apontadas, vocação nacional. Seu modo de presença na cena política é ambíguo e oscilante. Defende políticas que consolidem sua posição e assegurem sua sobrevivência, potencialmente ameaçada pela mera presença econômica do capital estrangeiro — essa é a sua dimensão nacional. Ao mesmo tempo, esse segmento, servindo o capital estrangeiro e o mercado mundial, sente-se obrigado a tomar posições cautelosas diante dos interesses externos — essa é a sua dimensão antinacional (SAES, 2014, p. 116).

Ressalvadas as particularidades históricas que contribuíram para o desenvolvimento desse conceito, emprega-se aqui a noção de burguesia interna brasileira a fim de compreendermos o seu posicionamento político no seio do bloco no poder⁹ e, em particular, face às políticas públicas direcionadas para o mercado de trabalho nos anos 2000. Dito de outra forma, trata-se dos interesses objetivos das distintas frações do capital que dirigem os seus esforços no âmbito do Estado burguês a fim de alcançar uma posição mais privilegiada na repartição da mais-valia total. Saes exprimiu esse processo teórico-metodológico da seguinte maneira:

⁹ Compartilhamos da noção de bloco no poder desenvolvida por Poulantzas (1977) em *Poder Político e Classe sociais*. Segundo o autor, o Estado capitalista assume uma característica ímpar em relação às outras formações sociais (escravista e feudal). Tal particularidade está localizada no fato de que os interesses objetivos das classes e frações dominantes são organizados no interior do Estado por intermédio do bloco no poder. De acordo com o autor, as razões de aparecimento do bloco no poder podem já estar delineadas na estrutura do Estado capitalista: esta apresenta de particular o fato de ter como efeito uma coexistência de dominação política de várias classes e frações de classes. Em termos corretos, o Estado capitalista, através do jogo interno das suas instituições, *torna possível*, na sua relação com o campo da luta política de classe, relação esta concebida como fixação de limites, a constituição do bloco no poder (POULANTZAS, 1977, p. 225).

No plano político, os distintos interesses econômicos dos diferentes agentes sociais do capital se convertem na aspiração de que a política de Estado os favoreça no processo de repartição do mais-valor total. Esses interesses têm um caráter permanentemente relacional: cada fração quer aumentar seu percentual às custas das demais, seja qual for o montante do mais-valor total. [...] Dado o caráter relacional dos interesses de fração, a política do Estado capitalista dificilmente é capaz de produzir efeitos sobre os interesses econômicos de uma única fração capitalista; a operação de qualquer instrumento de política econômica produz efeitos simultaneamente sobre os interesses econômicos de todas as frações capitalistas, favorecendo mais os interesses de uma fração que os de outra. Sucintamente: não é possível uma partilha igualitária da política de Estado entre as frações capitalista (SAES, 2014, p. 108-109).

Além desse esclarecimento teórico-conceitual, é oportuno também advertir ao leitor que a presente pesquisa dialoga com uma produção acadêmica que não pertence exclusivamente ao âmbito do marxismo, porém consideramos frutíferas as suas tentativas de avaliar a atuação dos “empresários industriais” no desenvolvimento da agenda pública do Estado brasileiro. No interior da literatura especializada, verifica-se uma farta produção teórica que debate a relação entre a burguesia e o Estado, por exemplo, as reflexões realizadas por Diniz e Bresser-Pereira (2007; 2009), Diniz (2006; 2010), Boito Jr. (1999; 2005; 2007; 2012), Saes (2001), Bianchi (2004) e Martuscelli (2013).

Não obstante os autores selecionados, particularmente Bianchi, Diniz e Bresser-Pereira, trabalhem com o conceito de “empresários”, é importante destacar que há divergências conceitual e teórica entre eles.¹⁰

Bianchi (2004) apreende como objeto de análise as relações estabelecidas entre os empresários industriais e o Estado em um contexto de crise orgânica¹¹. Assim, a análise das eleições para a presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

¹⁰ A despeito das divergências conceitual e teórica entre tais autores, Bianchi (2004, p. 144) reconhece que, entre as reflexões realizadas por Bresser-Pereira, Diniz e Boschi, “é possível encontrar um traço comum, uma imprecisão conceitual que obscurece a possibilidade de interpretar o processo de formação dos projetos empresariais. Termos como ‘elites empresariais’, ‘empresariado industrial’, ‘burguesia’ e ‘burguesia nacional’ tornam-se intercambiáveis [...] sendo usados de forma indistinta. [...] O emaranhado conceitual produz uma homogeneização artificial do objeto de estudo. O empresariado, quando não a própria burguesia, é reduzido a sua forma arquetípica previamente homogeneizada: os industriais paulistas”.

¹¹ Bianchi (2004, p. 1) define o conceito de crise orgânica do seguinte modo: “quando afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para a eclosão dessa crise orgânica é preciso a coincidência dos tempos de uma crise de acumulação do capital com o acirramento dos choques entre as classes, e no interior delas próprias entre suas frações”.

(CIESP), nos anos de 1980 e 1992, permitiu ao autor compreender as forças sociais em jogo que contribuíram para a construção de projetos alternativos à superação da crise orgânica do capitalismo brasileiro, ou seja, de que maneira concepções distintas de política econômica estiveram presentes no interior dessas entidades representativas do empresariado industrial.

A apreensão da dinâmica das forças sociais no interior do processo de eleição à presidência da FIESP e da CIESP é analisada por Bianchi à luz do papel que os empresários assumem nesse embate. Influenciado pela tradição gramsciana, o autor define o empresariado como

o agente da ação coletiva do capital, e, desse modo, uma determinada relação social — a de propriedade ou controle de uma fração autônoma do capital — e uma determinada função — a de organizadores e gestores do processo de valorização desse capital. O empresário que aqui é definido não é, portanto, o burguês, na medida em que nem todo membro da burguesia desempenha a função de intelectual do capital, havendo aqueles que, apesar de serem proprietários, apenas usufruem do resultado desse processo de valorização, ou aqueles que, mesmo não sendo proprietários, controlam os processos não econômicos de reprodução da ordem do capital (BIANCHI, 2004, p. 35).

Ainda, segundo Bianchi,

os choques entre as diferentes frações do capital, os conflitos existentes entre as diferentes frações da burguesia, as classes subalternas e as formas institucionais, moldam, dando-lhe forma, o processo de reprodução do capital, redefinindo constantemente suas necessidades. Não é possível, portanto, falar de um interesse geral desse capital sem analisar as relações de forças sociais que cristalizam os conflitos citados e o papel de mediadores na formulação desses interesses ocupados pelos intelectuais orgânicos. Os intelectuais orgânicos dão coerência a essas necessidades na forma de projetos políticos e econômicos (BIANCHI, 2004, p. 37).

Estas, portanto, são as bases conceituais pelas quais o autor lança seus esforços em verificar o modo pelo qual os empresários paulistas projetam seus interesses materiais no interior das entidades representativas de interesses em questão. Em suas palavras:

É sobre esses conflitos que a atenção deveria recair, se o objeto é estudar a capacidade associativa do empresariado e a formulação dos projetos empresariais. As associações empresariais seriam, sob esta perspectiva, a condensação institucional de relações de forças verticais, aquelas que se estabelecem entre diferentes classes sociais, e horizontais, as que se constituem entre as várias frações da burguesia. Tais arranjos de forças permitiriam perceber como o empresariado formula seus projetos e como estes se materializam institucionalmente em associações empresariais. Verifica-se, então, que a capacidade associativa do empresariado não pode ser logicamente deduzida de pressupostos de tipo essencialistas e que é necessário desvendar as relações de forças que se estabelecem em contextos históricos específicos para apontar as raízes e a trajetória do associativismo empresarial (BIANCHI, 2004, p. 39-40).

Em suma, Biachi concebe o Estado “como uma condensação institucional das relações sociais, ao mesmo tempo, um campo de conflito e o resultado desse conflito”. Ou seja, trata-se de uma perspectiva relacional do Estado. Portanto, a análise das eleições à presidência da Fiesp, nos anos de 1980 e 1992, foram orientadas no sentido de verificar quais as principais disputas entre as forças sociais presentes nesta instituição e que tinham como escopo a superação da crise econômica vivenciada naquela conjuntura.

Do ponto de vista da nossa pesquisa, estas observações ajudam a clarear o nosso campo teórico-conceitual, especialmente no que se refere à leitura da Confederação Nacional da Indústria (CNI) — uma entidade de representação do empresariado industrial brasileiro — sobre as políticas públicas orientadas para o mercado de trabalho nacional, nos anos 2000.

Antes de avaliarmos os desdobramentos que a política neoliberal incidiu sobre a relação entre o Estado brasileiro e a burguesia interna, ou seja, de que maneira a adoção do receituário neoliberal imprimiu uma nova disposição da estrutura de classes e frações de classes no seio do bloco no poder no período em questão, torna-se indispensável esboçar uma rápida digressão acerca da atuação do empresariado industrial enquanto ator político no interior do capitalismo brasileiro.

No texto “As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90”, Eli Diniz destaca três momentos principais que contribuíram à consolidação de uma forma particular de atuação do empresariado industrial. O primeiro momento refere-se ao período que se estende entre os anos de 1930 a 1945, no qual

verificou-se a consolidação do espaço econômico do empresariado industrial, bem como a definição de sua identidade em relação aos grupos dominantes tradicionais, basicamente em relação ao setor agroexportador. (DINIZ, 1996, p. 57).

Os primeiros passos dados pelo empresariado industrial na direção de construir uma agenda política própria que garantisse a defesa dos seus interesses econômicos foram realizados sob a supervisão do Estado brasileiro¹² imanente à sua estrutura corporativa¹³. O empresariado industrial, portanto,

através das suas associações, ajustou-se à estrutura corporativa tutelada pelo Estado e passou a ocupar espaços dentro do aparelho estatal, articulando seus interesses diretamente no interior das agências governamentais (DINIZ, 1996, p. 58).

Desse primeiro período, Diniz (1996) destaca que a forma de relacionamento que se estabeleceu entre o Estado brasileiro e o empresariado industrial, por meio da incorporação deste no seio das estruturas estatais, garantiu tantos elementos positivos quanto negativos. Para a autora,

do ponto de vista dos ganhos, o empresariado obteve acesso a arenas estratégicas, principalmente para a defesa de certos interesses setoriais, ligados à proteção tarifária, às políticas de incentivos e subsídios, de fomento à industrialização, dentre outras. Por outro lado, esse arranjo acarretou alguns custos, sobretudo a perda da oportunidade de consolidar um sistema autônomo de representação de interesses, na medida em que a tutela do Estado foi desde logo consagrada nesse modelo (DINIZ, 1996, p. 60).

¹² É importante frisar que a instauração do corporativismo no Brasil, no seu primeiro momento, foi impulsionado pelo golpe de 1937, que imprimiu uma dimensão restritiva ao sistema político-nacional, na medida em que eliminou a atividade parlamentar-partidária e dotou o Estado como o centro das decisões políticas.

¹³ No texto "Neoliberalismo e Corporativismo: As duas faces do capitalismo industrial no Brasil", Eli Diniz (1992, p. 12) caracteriza a estrutura corporativa de representação de interesses da seguinte maneira: a opção pelo corporativismo estatal implicou a integração das organizações patronais e sindicais a uma estrutura vertical, hierárquica e centralizada, tendo no ápice organizações de cúpula diretamente ligadas ao Estado. Definidas como entidades parastatais, as organizações dependeriam de um aporte obrigatório de recursos, razão pela qual não se viram na contingência de oferecer aos seus membros incentivos suficientes para deles extrair os recursos necessários para sua sobrevivência e expansão. [...] No decorrer do tempo, a estrutura corporativa transformou-se na via preponderante de incorporação política dos setores empresariais e operários. A constituição desses setores como atores políticos processou-se por meio do intercâmbio com o Estado, dotado de fortes instrumentos de cooptação. Dessa forma, nenhum dos atores básicos da ordem industrial formou sua identidade coletiva por meio da mediação dos partidos políticos.

O segundo período que marca a trajetória da atuação política do empresariado industrial diz respeito aos anos de 1945 a 1964. Nesse intervalo de tempo, Diniz destaca, particularmente, os anos cinquenta, com Juscelino Kubitschek à frente do governo federal. Acerca da consolidação da estrutura de representação do empresariado industrial, observa-se, nesse período, a definição de uma estrutura de representação dual que entrelaçava, de um lado, uma estrutura corporativa oficial, sendo encabeçada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); do outro, uma extracorporativa¹⁴. A autora sintetiza os aspectos centrais contidos nessa evolução até o presente período do seguinte modo:

A proliferação das agências governamentais, na medida em que o Estado foi progressivamente se expandindo e se modernizando, para dar conta das questões cada vez mais complexas relacionadas com o processo de industrialização; a interpenetração entre essas agências estatais diferenciadas e a estrutura complexa e crescentemente setorizada da representação dos interesses do empresariado industrial; a ausência de uma organização de cúpula de alto teor de abrangência, capaz de representar o conjunto da classe empresarial (DINIZ, 1996, p. 60-61).

Por fim, o terceiro período estende-se entre os anos de 1964 e 1984, período correspondente à ditadura militar. Diniz assinala dois movimentos importantes de ordem econômica e política durante o período ditatorial. De um lado, houve um acelerado processo de modernização capitalista que fortaleceu o setor industrial, uma vez que “levou ao desenvolvimento dos setores de bens de capital, de material de transporte, petroquímico, de eletroeletrônica, e de material bélico” (DINIZ, 1996, p. 61). Embora os laços entre os militares e o empresariado industrial tenham se fortificado no decorrer da primeira década do regime militar, após os anos de 1974 tal relação começa a apresentar sinais de esgotamento. Como salientado por ela,

¹⁴ Conforme Diniz (1996), a estrutura corporativa oficial é constituída pelos sindicatos, federações e confederações empresariais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Em que pese as entidades extracorporativa, esta é representada pelas associações setoriais de caráter nacional. Exemplo desse movimento é a criação da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

a ruptura do empresariado com o pacto autoritário ocorreu depois de 1974, quando o agravamento das dificuldades econômicas e, posteriormente, o fechamento crescente do processo decisório determinariam uma insatisfação acentuada, sobretudo em alguns de seus segmentos. Foram, portanto, razões de natureza política que levaram o empresariado a romper com o regime militar, ingressando na coalizão antiestatista que dominou o cenário político entre 1975 e 1985 (DINIZ, 1996, p. 61).

Bianchi concorda com essa avaliação, na medida em que compreende o crescimento do associativismo empresarial brasileiro, a partir da década de 1970, sob a ótica qualitativa, ou seja, pelo aumento da capacidade de intervenção política. Segundo o autor, a principal manifestação do empresariado brasileiro contra a política econômica executada pelos militares foi a campanha contra a estatização, isto é, “contra a crescente intervenção estatal, principalmente nos setores de transporte, mineração e siderurgia” (BIANCHI, 2004, p. 122). Isto é, o que os empresários brasileiros estavam colocando em questão era o modelo desenvolvimentista implementado pelos militares. No fundo, a questão é que “aos poucos as reivindicações de cunho político foram ganhando espaço no discurso empresarial e a exigência de participação tornou-se predominante” (BIANCHI, 2004, p. 122). No interior da FIESP, por exemplo, essa reivindicação foi materializada no denominado “Documento dos Oito”¹⁵, que introduziu dois temas na agenda dos empresários: a questão social e o regime político.

Contudo, a insatisfação do empresariado nacional com a condução da política econômica empregada pelos militares não significou, no campo da estrutura de representação política dos empresários, mudanças substanciais. Ou seja, o avanço das associações extracorporativas, em detrimento da força política que as entidades relacionadas à estrutura corporativa oficial possuíam, não permitiu que o padrão tradicional de representação de interesses dos empresários fosse superado. Desse modo,

¹⁵ O “Documento dos Oito” expressou a posição dos oitos empresários eleitos, em 1977, como líderes pelo jornal “Gazeta Mercantil”. Compunham o “grupo dos oito”: Antônio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, Jorge Gerdau Johanpeter, José Midlin, Laerte Setúbal Filho, Paulo Velinho, Paulo Villares e Severo Gomes (BIANCHI, 2004, p. 125).

de fato, os empresários industriais renovariam suas organizações, revelando mesmo uma certa imaginação criadora, usando as brechas permitidas pelo sistema, de forma a aperfeiçoarem os seus recursos de poder e a terem um acesso mais facilitado ao aparelho de Estado. Porém não se verificou uma ruptura, já que não houve uma transformação significativa do padrão dual de representação. Ao contrário, algumas das funções básicas da estrutura corporativa foram preservadas. Assim, por exemplo, a participação nas negociações com os trabalhadores para definir novos níveis salariais continuou sendo uma atividade monopolizada pelos sindicatos incorporados à estrutura oficial. Portanto, as mudanças referidas provocaram uma flexibilização dos órgãos de representação, sem, porém, eliminarem a estrutura oficial (DINIZ, 1996, p. 62).

Tendo em vista a permanência da estrutura oficial de representação de interesses, Diniz (1992) argumenta acerca dos limites que a estrutura corporativa incidiu sobre a forma de atuação do empresário nacional face ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Segundo a autora,

as diferentes frações empresariais evoluíram para um padrão altamente diferenciado e setorizado de demandas, sem a formulação de um programa de ação integrado, capaz de unificar os vários setores em torno de uma plataforma comum [...]. Tal lógica conduziu à prevalência de um padrão fragmentado de articulação de interesses, dando origem a uma certa incapacidade de percepção da dimensão pública das demandas setoriais (DINIZ, 1992, p. 14, grifo nosso).

Até o período do regime militar, constata-se uma via de mão única no que diz respeito à estrutura de representação de interesses encabeçada, principalmente, pela estrutura corporativa. No entanto, com o término da ditadura militar e o processo de redemocratização, novos elementos são colocados em cena com o intuito de minar o monopólio da estrutura corporativa no âmbito da representação de interesses. De acordo com Diniz (1992, p. 24),

o caso brasileiro é, portanto, um caso típico da tendência mais geral apontada anteriormente no sentido da conformação de um sistema híbrido. Este sistema caracteriza-se pela coexistência de diversos padrões, com a persistência do corporativismo tradicional — embora bastante atenuado em sua rigidez original —, o desenvolvimento de grupos organizados segundo a lógica pluralista — sobretudo nos grandes centros urbanos —, ao lado do surgimento do neocorporativismo como uma alternativa de participação dos grupos privados em determinadas arenas de decisão, notadamente em certas áreas de política econômica e ambiental.

Essa breve digressão permitiu verificarmos o modo pelo qual ocorreu o desenvolvimento político-institucional das entidades de representação de interesses no interior do capitalismo brasileiro, especialmente no intervalo dos anos de 1930 até a derrocada do regime militar. Em linhas gerais, o sistema de representação de interesses é composto por uma estrutura corporativa e extracorporativa. Os desdobramentos desse sistema de representação de interesses sobrevieram nos anos 2000, especialmente com o advento do “neodesenvolvimentismo”, e serão objeto de análise do terceiro capítulo da presente pesquisa.

Para os fins pretendidos nessa primeira parte da dissertação, torna-se imprescindível avaliarmos de que maneira o empresariado industrial se relacionou com o Estado brasileiro e sua respectiva política econômica no decorrer dos anos 1990, a partir das suas entidades de representação de interesses. Em outras palavras: cabe avaliarmos se o empresariado industrial conseguiu, por meio de suas entidades de representação de interesses, estabelecer junto ao Estado brasileiro uma política econômica que preservasse seus interesses materiais.

Nos anos de 1990, a agenda pública é permeada por novas concepções de política econômica, o Estado brasileiro passa a ser orientado pelos imperativos da ordem neoliberal. A introdução dessa política econômica, que é a antípoda do nacional-desenvolvimentismo¹⁶, desencadeou um processo contraditório no seio do empresariado nacional. De acordo com Bresser-Pereira e Diniz (2009), o empresariado nacional não aderiu de forma homogênea à agenda neoliberal. De tal modo, as fissuras no interior dessa classe social são compreendidas por meio do apoio ou repúdio que os seus órgãos de representação política deram a essa nova agenda pública. De um lado, “um núcleo de empresários industriais relacionados com o IEDI¹⁷ (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) mantinha sua

¹⁶ A caracterização do nacional-desenvolvimentismo será realizada no 2º capítulo, quando debatemos os elementos de continuidade e descontinuidade entre esse modelo de desenvolvimento e o denominado “neodesenvolvimentismo”.

¹⁷ Segundo Bresser-Pereira e Diniz (2009, p. 92) o IEDI teve uma importante atuação na defesa dos interesses do empresariado nacional diante das tendências internacionalistas típica dos anos 1990. Assim, “mudança dos empresários industriais em direção a uma política macroeconômica nacional tem início na organização brasileira mais identificada com a indústria nacional, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Esta organização, reunindo as 32 maiores empresas industriais nacionais, foi fundada em 1988, em um momento de vácuo político causado pela crise do Pacto Democrático Popular das Diretas Já. A iniciativa de criar o instituto foi de Paulo Cunha, Eugênio Staub, Claudio Bardella e Paulo Francini. O novo instituto era uma reação nacionalista à tendência internacionalista que a FIESP adotara desde o colapso do Plano Cruzado. Conforme relato de um de seus membros, em uma reunião em 1989 no Hotel Casa Grande, no Guarujá, em um determinado momento, os empresários presentes se deram as mãos e apagaram as luzes para

oposição ao que estava ocorrendo” (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p, 87), do outro, a FIESP e a CNI¹⁸ mantinham um coro uníssono com a agenda neoliberal. Dessa disputa, observou-se que os partidários dos princípios neoliberais tiveram maior êxito. Nesse sentido,

para muitos dos empresários em ascensão, especialmente aqueles que participaram da privatização dos grandes serviços de utilidade pública e da mineração, como a Tele Norte Leste, a Tele Centro Sul, a CSN, a Usiminas, além da própria Vale do Rio Doce, a identificação com os novos tempos tornou-se o caminho mais promissor. Segundo esta visão, o futuro do capitalismo no Brasil implicaria o aprofundamento do modelo de mercado, com maior inserção externa e uma articulação mais intensa com o capital internacional. Observou-se, assim, um agudo processo de mudança do setor empresarial, induzido pela ação do Estado, que redefine a atividade econômica, lança os fundamentos de uma nova estratégia, além de repassar ao setor privado parte do patrimônio construído ao longo da vigência do antigo modelo. (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 89).

ouvir o hino nacional. Foi também nessa ocasião que prepararam um documento, “Visão dos fundadores do IEDI: o Brasil em 2010”, no qual previam que o Brasil, vinte anos depois, seria “uma democracia pluralista, com partidos políticos fortes e de ideais bem definidos; a sociedade é participativa [...]; estaria inserido no mundo desenvolvido; estaria entre as cinco maiores economias do mundo, com renda *per capita* compatível”. Entretanto, esta visão otimista não se confirmaria. Os primeiros dez anos da nova organização foram difíceis porque, de um lado, o colapso daquele pacto havia coincidido com a derrota política da burguesia industrial brasileira, e, de outro, porque esses dez anos foram um período de absoluta hegemonia neoliberal. Em contrapartida, os empresários não estavam preparados para os novos tempos, principalmente para fazer a crítica da política macroeconômica, na medida em que estavam, até então, concentrados nos problemas específicos de política comercial e industrial”.

¹⁸ De acordo com os autores, a mobilização dos setores empresariais que apoiavam a agenda neoliberal foi realizada de maneira mais sólida. “A postura de adesão aos princípios básicos do neoliberalismo remontava à campanha contra a estatização da economia, entre 1975 e 1985. Essa posição é reafirmada no documento publicado pela FIESP em 1990, “Livre para Crescer, Proposta para um Brasil Moderno”, atingindo um ponto crítico durante a primeira tentativa de revisão constitucional, entre 1993 e 1994, quando as elites empresariais mobilizaram-se intensamente, criando a Ação Empresarial, sob a liderança de Jorge Gerdau Johannpeter, com o objetivo de exercer influência sobre o Congresso na defesa dos postulados liberais. Durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique, a CNI, sob a direção de Fernando Gonçalves Bezerra, industrial e Senador pelo Rio Grande do Norte, e a FIESP, sob a direção de Carlos Eduardo Moreira Ferreira, revelaram alta concordância com as prioridades da agenda pública, principalmente no tocante às chamadas reformas estruturais. Em maio de 1996, uma caravana de cerca de 3000 empresários, comandada pelas principais entidades, como a FIESP, a CNI, a FIERGS, entre outras, deslocou-se para Brasília a fim de apoiar o governo em seus esforços junto ao Congresso para aprovar as reformas constitucionais. Fazendo um balanço de sua gestão, em artigo na *Folha de S. Paulo*, o presidente da FIESP afirmou que a luta pelas reformas estruturais e constitucionais conduzida pelo governo no Congresso havia constituído o núcleo da ação institucional da entidade durante o período 1994-1998. Além de tais demonstrações de afinidade, a classe apoiou maciçamente a reeleição do presidente Fernando Henrique” (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2007, p. 10-11).

O processo de ofensiva do capitalismo neoliberal e, posteriormente, as tentativas de reformas em seu interior foram apreendidas por Martuscelli (2013) sob a ótica das crises políticas, uma vez que o autor avaliou que os fenômenos políticos ocorridos em 1992 e 2005 “foram resultantes, respectivamente, do processo de transição ao capitalismo neoliberal e de reformas no interior desse modelo” (MARTUSCELLI, 2013, p. 15).

As análises de Martuscelli nos interessam, uma vez que estão presentes as relações de classe e frações de classe que compõem o bloco no poder e que são atingidas pelo processo de introdução do capitalismo neoliberal. Nesse sentido, como veremos mais adiante, entre os principais embates no seio do bloco no poder, tanto nos anos 1990 quanto nos anos 2000, a burguesia interna assume uma posição mais privilegiada, embora não tenha alcançado uma situação de hegemonia.

Nesta parte da dissertação, priorizamos os principais elementos que caracterizaram a crise política de 1992 e a sua relação com a nova fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Nas palavras de Martuscelli, esta crise é uma crise

do governo a qual emergiu de um processo de instabilidade hegemônica e na qual a hegemonia política foi exercida sob a forma de condomínio entre as frações do grande capital, tendo como resultado a destituição do Presidente da República do cargo por um movimento dirigido pela burguesia interna e contando com a base social de apoio predominantemente de setores das classes médias, descontentes com os efeitos gerados pela política estatal. Muito distante de esse processo encerrar a hegemonia política dessas classes que compunham o movimento contra o governo federal, essa crise política poria em evidência os limites da oposição ao neoliberalismo no país. Esta logrou tão somente fazer resistências pontuais e seletivas a alguns pontos do programa neoliberal ou, na melhor das hipóteses, a lutar contra os efeitos dessa política (MARTUSCELLI, 2013, p. 15).

Durante o governo Collor, a ofensiva do neoliberalismo em terreno nacional estava encabeçada pela figura do executivo, ou seja, a defesa dos interesses do grande capital internacional possuía a sua personificação em Collor. Por outro lado, a burguesia interna e segmentos das classes médias e do operariado compreendiam

que o Congresso Nacional¹⁹ podia constituir um espaço de resistência às ações políticas nocivas aos seus interesses materiais. Desse modo,

operamos com a ideia de que as instituições políticas não são desencarnadas de relações de classe. Nesse sentido, vale observar as dificuldades impostas pelas medidas provisórias, no Congresso Nacional, à organização da burguesia interna e de segmentos de classe média e do operariado, o que só fortalece a política adotada pelo Executivo, propensa a contemplar os interesses do grande capital internacional. Contudo, mesmo sob esses constrangimentos políticos e econômicos, os parlamentares alinhados aos interesses da burguesia interna e de segmentos das classes médias e do operariado procuraram contradizer a lógica política subjacente a algumas medidas provisórias (...) (MARTUSCELLI, 2013, p. 46).

Esse processo político descrito acima pode ser visualizado com relação à política econômica que o governo Collor intentava efetivar no Brasil. Destacaremos a política de privatização, a fim de compreender o modo pelo qual a burguesia interna se opunha a essa nova fase do capitalismo, embora não tenha logrado reverter ou bloquear o seu desenvolvimento.

A “Medida Provisória 115” (MP 115), incluída no “Plano Collor I”, criou o “Plano Nacional de Desestatização” (PND) e representou a tentativa do executivo de transformar o processo de privatização enquanto uma política de Estado. A MP 115 permitia a participação do capital estrangeiro na aquisição das estatais e proibia algumas empresas estatais de serem privatizadas, por exemplo, a Petrobras, empresas de serviços postais, de telecomunicações e de transmissão de dados (MARTUSCELLI, 2013). No âmbito do Congresso Nacional, a tramitação da MP 115 sofreu algumas transformações, resultando no “Projeto de Lei de Conversão” (PLV) nº 27/90. As principais tensões existentes que gravitavam em torno da política de privatização eram relacionadas aos interesses do grande capital internacional e da burguesia interna. Martuscelli exprimiu esse embate do seguinte modo:

¹⁹ De acordo com Martuscelli (2013, p. 98), no âmbito do Congresso Nacional, formou-se uma frente parlamentar que realizava a oposição à figura do executivo e à política econômica de viés neoliberal. Tal frente política terá, posteriormente, um papel fundamental no processo de *impeachment* de Collor. Sua composição era formada por tais partidos: PT, PDT, PSB e setores do PSDB e PMDB.

O debate sobre a questão da política de privatização indica claramente quais forças no Congresso Nacional se opunham a um dos pilares básicos da política neoliberal (a privatização) e encontravam-se mais vinculadas aos interesses da burguesia interna e de setores das classes médias e do operariado. Os parlamentares mais alinhados à esquerda caracterizaram a proposta de privatização como uma iniciativa que iria liquidar o patrimônio público do país e entregá-lo ao capital estrangeiro. Denunciavam o caráter antinacional da proposta e alertavam ainda para seus efeitos desindustrializantes. Quando flexibilizavam o discurso contrário à privatização, procuravam defender maior controle do Congresso Nacional sobre o processo de privatização, respeito à soberania e aos interesses nacionais na venda das empresas — o que implicava a defesa da restrição ao capital estrangeiro na compra das ações das empresas estatais a serem leiloadas (MARTUSCELLI, 2013, p. 64).

A política de privatização gerou, portanto, uma contínua tensão entre as forças sociais que seriam atingidas por essa medida econômica. Não obstante a figura do executivo tecer relações íntimas com o capital estrangeiro, a burguesia interna, por meio do Congresso Nacional, procurou resistir aos principais efeitos da política neoliberal que prejudicavam os seus interesses objetivos. Portanto, o embate entre os poderes executivo e o legislativo foi uma marca dessa conjuntura, uma vez que tais instâncias de poderes representavam os interesses de classes e frações de classes distintas. Assim,

a tentativa de transferir o controle dos processos de privatização para o Congresso Nacional pode ser considerada um meio encontrado pela burguesia interna, com o apoio de representantes de parcelas das classes médias e do operariado, para conter o avanço das próprias privatizações, sem, contudo, entrar em guerra direta com os maiores interessados na venda das estatais. A ampliação do número de empresas não privatizáveis, a tentativa de limitar a concentração de poderes do Executivo no processo de implementação das privatizações, a imposição de limites à participação do capital estrangeiro e ao processo de concentração de capitais, e os mecanismos constituídos para retardar a execução do processo de privatização são indicadores importantes da tentativa da burguesia interna de resistir, mesmo que de maneira pontual e seletiva, à ofensiva imperialista (MARTUSCELLI, 2013, p. 72).

A respeito da instabilidade hegemônica, a burguesia interna, juntamente com o apoio de sua base social, contribuiu para o processo de *impeachment* de Collor,²⁰

²⁰ Com relação aos fatores objetivos que contribuíram para embasar o processo de *impeachment* do governo Collor, Martuscelli destaca a reduzida base de apoio político ao seu governo e, conseqüentemente, o seu isolamento político que advieram não só das pressões da frente política dirigida pela burguesia interna, mas derivaram de vários fatores, entre os quais destacamos: a

porém não possuiu forças suficientes para reivindicar a hegemonia no seio do bloco no poder. Ainda mais em uma conjuntura histórica marcada pelo avanço do capitalismo neoliberal e o recuo dos interesses da burguesia interna. Martuscelli destaca os limites presentes nas forças sociais adversas ao governo Collor e que procuravam consubstanciar o movimento “Fora Collor”. Nesse sentido, os movimentos que exigiam a saída sumária do ocupante do executivo ficaram reféns às críticas em torno do tema da corrupção, não formando um amplo movimento contra o desenvolvimento do capitalismo neoliberal. Como observou o autor, a tônica do discurso hegemônico do movimento “Fora Collor” ao repousar na

defesa da posse do vice-presidente Itamar Franco (...) também indica os limites da luta contra o neoliberalismo na referida conjuntura. Na verdade, é possível identificar certa ambiguidade no discurso de algumas entidades ativas no movimento “Fora Collor”, as quais apostavam ser possível contrapor-se efetivamente ao neoliberalismo, garantindo a posse de Itamar, em vez de convocar eleições gerais e apresentar uma candidatura presidencial alternativa. Não deixa de ser ingenuidade acreditar que a posse de Itamar, vice de um presidente eleito com uma plataforma política neoliberal, pudesse propiciar uma derrota ao neoliberalismo no Brasil, ainda mais num contexto de ofensiva burguesa neoliberal e de refluxo do movimento operário em escala internacional (MARTUSCELLI, 2013, p. 102-103).

Consideramos os elementos apresentados a despeito da crise política de 1992, importantes para o presente capítulo porque permitem compreender o papel que a burguesia interna desempenhou em uma conjuntura político-econômica desfavorável aos seus interesses de classe.

Outra avaliação sobre a atuação política dessa fração de classe na conjuntura em questão foi realizada por Bianchi (2004). O autor assevera que a

vitória apertada de Collor sobre a candidatura adversária num pleito essencialmente plebiscitário; a baixa influência política nacional do partido político do candidato eleito; a implementação, via medidas provisórias, de um pacote econômico contendo os pilares básicos da institucionalização de uma nova política estatal no Brasil, a política neoliberal; as dificuldades do governo Collor em conseguir uma base estável de apoio no Congresso Nacional; os conflitos existentes entre o governo e os credores internacionais na questão do pagamento da dívida externa; a incapacidade do governo, por meio de dois planos de estabilização monetária, de conter o quadro de hiperinflação, recessão econômica, desemprego e arrocho salarial; a política agressiva de abertura comercial implantada pelo governo, o que gerou a quebra de várias empresas e a ocorrência de demissões em massa; os ataques do governo federal ao funcionalismo público; a intensificação das greves e das mobilizações contrárias ao seu governo; o insucesso do governo quanto a efetivar o pacto social com empresários e trabalhadores. Esses fatores, entre outros, ajudam-nos a caracterizar as condições objetivas que levaram o governo Collor ao naufrágio, e a compreender o lugar ocupado pelas denúncias de corrupção envolvendo os membros da cúpula governamental, inclusive, o Presidente da República, nesse processo (MARTUSCELLI, 2013, p. 92-93).

eleição de Collor à presidência e a materialização de um projeto neoliberal significou uma reconfiguração tanto da relação entre o Estado com as classes subalternas quanto no interior da própria burguesia e suas respectivas frações de classe. A FIESP, em agosto de 1990, lança a publicação *Livre para crescer*, na qual sob a presidência de Mario Amato, a entidade apontava, em consonância com o governo Collor,

para a profunda reformulação da relação público-privado por meio da reforma patrimonial e administrativa do Estado e para uma reorganização da economia brasileira por meio da abertura da economia ao exterior (BIANCHI, 2004, p. 219).

Dentre os pontos de convergência entre a publicação da FIESP (*Livre para crescer*) e um documento expedido pelo governo federal (*Política Industrial e comércio exterior*), Bianchi (2004, p. 219) destaca que ambas as partes tinham uma compreensão acerca da modernização produtivo-nacional que abarcavam os seguintes elementos: redução do papel empresarial do Estado, privatização das empresas, política de desregulamentação estatal, especialmente no que pese ao mercado de trabalho e à abertura da economia ao comércio exterior.

No entanto, à medida que o governo Collor anuncia e põe em prática a sua política industrial, vozes dissonantes no interior do empresariado brasileiro começam a ser ouvidas. Sentindo os efeitos negativos que uma abertura comercial ao exterior iria desaguar sobre os interesses econômicos de determinados setores produtivos, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Máquinas (Abimaq), o Departamento de Economia da Confederação Nacional da Indústria, a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia), por exemplo, apresentam-se contra as iniciativas tomadas pelo governo federal. Segundo Bianchi (2004, p. 222), as críticas direcionadas por tais entidades representativas do empresariado brasileiro à abertura econômica ao mercado externo tinham como fragilidade “não conseguirem ir além de um nível econômico corporativo. Não se desenhava em suas declarações um projeto alternativo, capaz de desafiar as diretrizes governamentais”.

Desse modo, o descontentamento de determinados setores industriais, diante da política econômica materializada pelo governo Collor era válido, pois, nesse período, o quadro econômico desenhado pelo governo federal representava um perigo à sua sobrevivência no mercado nacional. Assim,

sobreviver era algo que parecia impossível para muitos empresários. A combinação dessa política recessiva com a abertura comercial teve um impacto extremamente negativo sobre a indústria. A crescente exposição ao ambiente competitivo internacional e o favorecimento do setor exportador reforçaram uma tendência, presente na década anterior, à queda da produção industrial. O impacto negativo da abertura comercial sobre a indústria era, entretanto, agravado pela recessão existente (BIANCHI, 2004, p. 229).

É, portanto, diante desse cenário econômico que Bianchi (2004) desenvolve as suas análises sobre o processo de eleição à presidência do complexo FIESP-CIESP nos anos de 1992²¹. Para o autor, dois temas centrais estavam envolvidos nesse pleito:

Afastados do processo decisório da política econômica pelo governo Collor, os empresários identificavam a necessidade de reformular suas entidades de representação para voltar ao centro dos acontecimentos. Daí a insistência na “questão da representatividade”, como gostavam de afirmar. Mas esse não foi o único tema que se fez presente no debate eleitoral. Embora de modo fragmentado, é possível perceber nos pronunciamentos de ambas as candidaturas um debate sobre o projeto do empresariado para o país (BIANCHI, 2004, p. 238).

A disputa, por conseguinte, entre o candidato situacionista e o opositor, representava duas concepções distintas acerca do projeto empresarial para o país. Bianchi desvendou qual a abrangência de cada projeto defendido pelos candidatos em questão. Nesse sentido,

apresentar um projeto para o país era algo que a candidatura de oposição considerava essencial. Transpondo o nível da representação econômico-corporativa, sua candidatura colocava como desafio a afirmação de uma resposta capitalista à crise do capitalismo. O pressuposto de tal era a retirada do empresariado industrial de uma condição subalterna e sua transformação em classe dirigente. Era nessa perspectiva que a questão da representatividade era enquadrada pela candidatura opositora. (...) Confluíam, assim, dois movimentos que, nascidos no interior da pirâmide da Avenida Paulista, haviam dela se afastado no final dos anos 1980: PNBE e IEDI. Enquanto o primeiro canalizava as reivindicações de representação dos pequenos e médios empresários e introduzia, na pauta empresarial, a expansão do

²¹ Em 1992, a presidência da FIESP e do CIESP foram disputadas por dois candidatos: Carlos Eduardo Moreira Ferreira, considerado sucessor natural do então presidente da FIESP, Mario Amato. Do lado opositor, o candidato era Emerson Kapaz (BIANCHI, 2004).

mercado interno por meio de uma política de rendas e a reformulação das reações capital-trabalho, o segundo aglutinava os grandes industriais nacionais preocupados com a ausência de uma política industrial neodesenvolvimentista e com os rumos tomados pela abertura de mercados (BIANCHI, 2004, p. 241).

A despeito das linhas divisórias que cada candidato intentava traçar, a fim de definir qual campo político representavam, o autor adverte a complexidade que a relação do projeto de Kapaz possuía, na medida em que ele se apresentava como uma alternativa ao projeto neoliberal. De acordo com Bianchi,

a relação dos empresários que se articulam na chapa de oposição para a FIESP e o CIESP com o projeto neoliberal era, entretanto, mais complexa do que suas críticas à abertura do mercado poderiam dar a entender. Ao mesmo tempo em que era reivindicado o papel do Estado como agente de regulação econômica e destacada sua capacidade de planejar o desenvolvimento da indústria, havia também a defesa das privatizações e da desregulamentação do mercado de trabalho, configurando um programa que poderia ser enquadrado naquilo que Sallum Jr. denominou de liberal-desenvolvimentismo (2000). O próprio Emerson Kapaz defendeu, durante a campanha eleitoral, a redução dos encargos sociais das empresas e a privatização do sistema de saúde e previdência social (BIANCHI, 2004, p. 246).

Além das propostas relacionadas ao projeto empresarial defendido pelos respectivos candidatos, Bianchi avança em sua avaliação, uma vez que objetiva traçar um panorama²² mais preciso acerca das frações de classes²³ representadas tanto pelos candidatos da situação quanto pelos da oposição.

Dentre as suas conclusões, destacam-se as seguintes: a) as empresas estrangeiras estavam mais próximas da chapa de Moreira Ferreira; b) a chapa 2 tinha maior presença das grandes indústrias nacionais. Com relação à composição diretiva das entidades, o autor avalia a presença dos empresários e seus respectivos ramos econômicos na estrutura do CIESP, especialmente nos seguintes cargos: presidente; 1, 2, 3 e 4 vice-presidentes; 1, 2 e 3 secretários; 1, 2 e 3 tesoureiros.

²² De acordo com Bianchi (2004, p. 247), "A análise da composição das chapas inscritas para a eleição na FIESP e no CIESP, no dia 20 de maio, permite uma definição mais precisa das frações presentes e das forças que elas mobilizam. Para um registro mais acurado, optou-se por fazer o levantamento da composição das diretorias executivas de ambas as chapas para a FIESP e o CIESP, bem como das empresas às quais estavam associados. Contabilizaram-se, ao todo, 68 empresários na Chapa 1, liderada por Moreira Ferreira e 48 na Chapa 2, com Emerson Kapaz à frente. Em apenas dois casos, ambos da Chapa 2, não foi possível identificar a empresa dos candidatos. A discrepância dos números se explica pelo fato de haver uma maior quantidade de empresários acumulando cargos para a FIESP e o CIESP na chapa da oposição".

²³ Para ver a descrição dos grupos econômicos representados pelas Chapas 1 e 2, ver Bianchi (2004, p. 249-250).

Diante da composição dessa estrutura institucional, Bianchi (2004, p. 251-252) aponta a seguinte configuração:

Há na chapa de oposição uma maior concentração de candidatos do setor metal-mecânico (seis empresas, sendo duas de pequeno porte) do que na chapa da situação (três empresas, duas de pequeno porte). Quando os resultados desse levantamento qualitativo são cruzados com os dados referentes ao desempenho industrial após a abertura de mercado, constata-se que a chapa liderada por Emerson Kapaz representava, majoritariamente, grandes empresários nacionais e divisões afetadas pela abertura de mercados, particularmente o setor de máquinas e equipamentos. Por sua vez, a chapa de Moreira Ferreira contava, proporcionalmente, com um número maior de empresas com fortes laços com o mercado externo — como a divisão de papel e papelão — além de importante presença de empresas multinacionais.

Com base nas relações de forças sociais que estavam em jogo na disputa eleitoral e na vitória de Moreira Ferreira à presidência de ambas as entidades patronais, Bianchi sintetiza este processo nos seguintes termos:

O governo Collor havia representado uma alteração da correlação de forças que beneficiaria o capital e uma alternativa hegemônica renovada [...] a reconfiguração da economia brasileira por meio da abertura de mercados das privatizações fizera suas vítimas nas classes dominantes, mas também tinha sua cota de beneficiários. A vitória de Moreira Ferreira era uma resposta empresarial à crise. Sua chapa personifica um conjunto de forças políticas e sociais que apostavam na estabilidade política e econômica e na continuidade de um projeto de reforma do Estado e de reorganização societária que haviam sido lançados pelo governo Collor. Solidamente organizados nos sindicatos patronais, essas forças souberam utilizar a seu favor a forma institucional do complexo associativo dos industriais. A vitória em 1992 coube não à estrutura corporativa, mas àqueles que souberam utilizá-la a serviço de um projeto (BIANCHI, 2004, p. 261).

Estas ponderações permitem observar de que forma parte do empresariado nacional procurou restabelecer canais de diálogos com o Estado brasileiro, por meio da imposição de um projeto empresarial no seio do complexo FIESP-CIESP. Tal projeto estava em consonância com a opção escolhida pelo governo federal, assim ele pendeu para uma proposta de viés neoliberal.

As questões levantadas por Bianchi (2004) permitem-nos compreender que a fração do capital industrial não aderiu de forma homogênea ao programa neoliberal, mas havia disputas internas em torno do modelo de política econômica

que o Estado brasileiro deveria desenvolver. Embora o resultado da eleição da FIESP-CIESP tenha caminhado de mãos dadas com o receituário neoliberal, será que essa fração de classe da burguesia foi a grande vitoriosa nos anos de 1990? Ou seja, no interior do bloco no poder é correto atribuir a essa fração de classe uma posição hegemônica? Estas questões são fundamentais, pois nos permitem avaliar de que modo ocorreu a luta política no seio da classe burguesa em tempos de implementação do programa neoliberal²⁴.

Boito Jr. (1999), por sua vez, ajuda-nos a elucidar alguns destes pontos ao propor a seguinte pergunta: “quais foram as modificações que a política neoliberal provocou no interior do bloco no poder?” (BOITO JR. 1999, p. 49). Para respondê-la, ele lança mão da metáfora dos “três círculos concêntricos” que representariam as bases da política neoliberal e suas respectivas correspondências com os interesses de classe e frações de classes dominantes²⁵ presentes no bloco do poder no capitalismo brasileiro dos anos 1990. Os três círculos concêntricos representam, portanto,

a) o círculo externo e maior representando a desregulamentação do mercado de trabalho e supressão dos direitos sociais; b) o círculo intermediário representando a política de privatização; e c) o círculo menor e central da figura representando a abertura comercial e a desregulamentação financeira (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 51).

²⁴ Compartilhamos das análises desenvolvidas por Saes (2001, p. 81 e 82) a respeito do que é a política estatal neoliberal e quais os pressupostos à sua adoção. Segundo o autor, “as políticas neoliberais implementadas pelos Estados capitalistas atuais não podem coincidir integralmente com a doutrina do liberalismo econômico que, em geral, as inspira. Tais políticas não podem concretizar *incondicionalmente* os princípios econômicos liberais, já que elas não são implementadas num espaço social vazio, destituído de qualquer historicidade, e sim em sociedades capitalistas históricas, nas quais a política estatal repercute, há décadas, a influência de outros princípios econômicos. Nessas condições históricas concretas, as políticas estatais inspiradas no liberalismo econômico têm necessariamente de: a) ser vazadas em termos *gradualistas* (é politicamente inviável uma radical ‘revolução liberal’ dentro das sociedades capitalistas atuais); b) configurar-se como ação reformista afirmativa de *desmonte* da política estatal anterior. [...] Concretamente, esse desmonte passa pela implementação de três políticas estatais específicas. A primeira delas é a *política de privatização* das atividades estatais: não só a desestatização de empresas públicas, geradoras de produtos industriais ou serviços pessoais, como até mesmo a desestatização de atividades administrativas, tais como, serviço penitenciário, o Banco Central, a receita federal, etc. A segunda delas é a *política de desregulamentação*: isto é, a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia (em geral) e das relações de trabalho (em particular). A última dessas políticas é a *política de abertura da economia ao capital internacional*: eliminação incondicional das reservas de mercado e do protecionismo econômico”.

²⁵ De acordo com Boito Jr., os interesses das classes dominadas encontram-se ausentes dos círculos, uma vez que a política neoliberal não abarca tais propósitos. Para uma avaliação dos impactos negativos da política neoliberal sobre os interesses dos trabalhadores, ver BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999. Especial atenção ao item: “Neoliberalismo e trabalhadores”, p. 77-110.

Avaliando quais interesses materiais cada pilar da política neoliberal atende, Boito Jr. defende que, nos anos 1990, com o desenvolvimento dessa nova fase do capitalismo brasileiro o qual implicou em uma reformulação da política de Estado, as transformações ocorridas no seio do bloco no poder caminharam de acordo com a dinâmica presente nos círculos concêntricos. O autor observa que os interesses materiais das classes e frações de classe da burguesia podem surfar entre os diferentes pilares, ou seja, não são caminhos de mão única. Desse modo, a despeito de o círculo externo e maior representar a política de desregulamentação do mercado de trabalho e a supressão dos direitos sociais, o autor adverte que ele atende os interesses de toda burguesia, uma vez que

todas as empresas capitalistas, pequenas ou grandes, industriais comerciais ou agrícolas, tiram proveito, em grau maior ou menor, dessa redução dos custos salariais e dos direitos sociais. A redução de salários [...] é geral e a informalização das relações de trabalho não é apanágio de pequenas empresas. Ela é praticada também pelas grandes empresas, dentre outras maneiras, pelo recurso da terceirização. [...] O capital financeiro que é remunerado pelo pagamento dos serviços da dívida externa tem interesse na contenção dos gastos sociais do Estado brasileiro (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 51).

Em relação ao segundo círculo, a política de privatização favorece os interesses do imperialismo, além das frações de classe da burguesia brasileira, por exemplo, o capital monopolista²⁶, e marginaliza o pequeno e o médio capital, na medida em que tal política incentiva a venda das empresas públicas ao capital privado, permitindo, portanto, a ampliação do patrimônio das empresas do setor bancário, industrial e da construção civil (BOITO JR., 1999). O entrelaçamento dos interesses do capital monopolista e do imperialista foi amalgamado no cerne do processo de privatização das empresas estatais a partir de dois modos:

²⁶ Sobre o caráter concentrador e restrito do processo de privatização implementado nos anos 1990, Boito Jr. (1999, p. 52-53) aponta que “a súmula das vendas de empresas estatais, produzida pelo BNDES em maio de 1995, relatou que, em dezessete dos maiores leilões de privatização, ganhou um restrito grupo de 59 investidores. Alguns dos principais compradores das estatais foram empresas como os bancos Safra, Bamerindus, Itaú, Boa Vista, Unibanco e Bozano Simonsen; os grupos Ipiranga, Fósferil, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Vicunha e Gerdau, Votorantin e outros”.

Numa primeira modalidade, empresas estrangeiras associam-se a grupos nacionais para arrematar uma empresa estatal, o negócio envolvendo sócios e empresas de um mesmo ramo ou ramos conexos; numa segunda modalidade, fundos de investimentos estrangeiros entram como sócios de um grupo que pretende adquirir uma estatal (BOITO JR., 1999, p. 52).

Por fim, o último círculo, o menor dentre os três, é caracterizado por uma relação quase que exclusivista entre o pilar da política neoliberal (abertura comercial e desregulamentação financeira) e a fração hegemônica²⁷ dentro do bloco no poder, pois, como salientou Boito Jr. (1999, p. 57), “apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista têm seus interesses plenamente contemplados por esse círculo restrito”. Em outras palavras, a hegemonia²⁸ do capital financeiro tanto nacional quanto internacional no interior do bloco no poder pode ser apreendida a partir das medidas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que priorizaram os ganhos econômicos²⁹ dessa fração de classe no período neoliberal. Embora o autor fale em hegemonia do capital financeiro nos anos 1990, ele adverte que, antes desse período, o Estado brasileiro já praticava uma política de juros altos. No entanto, a particularidade observada no período neoliberal está associada a novos elementos da política de Estado:

²⁷ O conceito de *hegemonia*, empregado na presente pesquisa, está associado à teoria poulantzana do bloco no poder. Como foi apresentado anteriormente, “o bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica*” (POULANTZAS, 1977, p. 233 e 234). Nesse sentido, segundo Saes, “o indicador mais seguro dessa preponderância é a repercussão objetiva da ação estatal no *sistema de posições relativas* de que participam classes dominantes e frações de classes dominante. Pode-se, nessa medida, sustentar que quem detém hegemonia no seio do bloco no poder é a classe ou fração cujos interesses econômicos são prioritariamente contemplados pela política econômica e social do Estado” (SAES, 2001, p. 51).

²⁸ Saes (2001, p. 87) corrobora com a tese defendida por Boito Júnior, de acordo com o autor: “a corrente política neoliberal representa, antes de mais nada, os interesses do capital financeiro internacional, já que tais interesses coincidem com a realização *integral* do programa neoliberal. Mais especificamente: ao capital financeiro internacional — representado politicamente pelo FMI, pelo Banco Mundial e por governos como o dos Estados Unidos — interessa a implementação de uma política ampla e profunda de desestatização, de desregulamentação e de abertura da economia brasileira”.

²⁹ Em consonância com a elevação dos lucros do capital financeiro em relação ao capital produtivo, Boito Jr. (1999, p. 58) assinala que “os grandes bancos privados nacionais apresentaram, já no final de 1995, uma rentabilidade muito alta e superior à rentabilidade média das grandes empresas não financeiras. Os seis maiores bancos privados brasileiros apresentaram uma rentabilidade de 10% sobre o patrimônio líquido, enquanto que, numa análise realizada pelo Ibre/CEE das contas das 254 grandes empresas não financeiras, constatou-se a rentabilidade média de 3,4% para o exercício de 1995”.

A abertura comercial, a desregulamentação financeira e o elevado montante pago ao longo dos anos 90 a título de serviços da dívida externa, que são partes integrantes da política econômica neoliberal, na medida em que fazer crescer o *deficit* externo, obrigam os sucessivos governos a jogarem para um patamar cada vez mais alto a taxa de juros, de modo a compensar o *deficit* através da obtenção de investimentos financeiros internacionais. Essa fuga para frente não pode ser evitada, a não ser que se abandone o conjunto da política neoliberal. Configura-se, assim, uma nova forma de dependência que remunera o capital financeiro internacional com taxas de juros das mais elevadas do planeta e coloca os bancos brasileiros numa situação estruturalmente vantajosa frente às demais frações da burguesia e aos demais setores do capital monopolista. A política neoliberal de elevação da taxa de juros aparece, aos olhos do conjunto da classe burguesa, como inevitável, dificultando a contestação do predomínio dos interesses do capital bancário nacional e do capital financeiro internacional na orientação da política de Estado (BOITO JR., 1999, p. 59-60).

Não é difícil de observar que o neoliberalismo brasileiro imprimiu uma reorganização das classes e frações de classes no interior do bloco no poder, uma vez que o Estado brasileiro reorientou os seus esforços na ânsia de atender os interesses econômicos do capital financeiro. A despeito da hegemonia exercida por essa fração do capital, interessa-nos averiguar de que maneira o setor industrial se relacionou com a política neoliberal, uma vez que, como salientou Boito Jr. (1999, p. 60), “o setor industrial, aí compreendido inclusive o setor industrial da fração monopolista da burguesia brasileira, é prejudicado pela política de juros altos e de abertura comercial”. Nesse sentido, a adoção do receituário neoliberal pelo Estado brasileiro, especialmente com o governo Fernando Henrique Cardoso, desenvolveu algumas fissuras no seio da classe burguesa, particularmente entre o grande capital financeiro e o grande capital industrial³⁰.

Diante disso, notamos que partes dos interesses do capital industrial são tolhidos diante da alta dos juros e da abertura comercial, entretanto, em relação ao

³⁰ De acordo com Boito Jr. (1999, p. 60 e 61), a disputa entre as frações industrial e a financeiro era representada no governo FHC por duas tendências, “uma neoliberal extremada, que é amplamente dominante no governo e que controla o Ministério da Fazenda e o Banco Central, e uma concepção neoliberal mais moderada, que é minoritária e que tem controlado o Ministério da Indústria e Comércio. [...] Nossa tese é que os neoliberais moderados — moderados em relação às políticas de juros e de abertura comercial — refletem os interesses do setor industrial do grande capital e os extremados, os interesses do grande capital bancário e do capital financeiro internacional. Essas duas tendências não divergem sobre o conjunto da política neoliberal, nem percebem sua luta como um enfrentamento entre propostas antagônicas, do mesmo modo que o conflito entre o grande capital industrial e o grande capital bancário tem sido um conflito limitado. Mas a divergência entre as tendências moderada e extremada existe, e os dirigentes das associações de industriais identificam nos moderados seus representantes, do mesmo modo que os banqueiros identificam-se com os extremados”.

conjunto da política neoliberal, especialmente aos processos de privatização e reformas liberais, o posicionamento do capital produtivo está alinhado ao receituário inaugurado nos anos 1990. Boito Jr. (1999, p. 64 e 65) ilustra essa situação a partir das manifestações que a FIESP promoveu a favor das reformas liberais:

O Fórum das Reformas, organizado pela FIESP em junho de 1997, um ano após o protesto de Brasília, parece indicar uma inflexão na linha de atuação da burguesia industrial. A FIESP reuniu em sua sede em São Paulo cerca de 1.200 industriais, obteve a participação, no fórum, dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, o senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, e o deputado Michel Temer, do PMDB, e produziu um documento exigindo o apressamento da votação das reformas neoliberais. O documento foi entregue solenemente ao presidente da República no mês de agosto. Esse fórum foi o ponto alto das atividades da FIESP ao longo do ano de 1997, período em que as críticas à abertura comercial e à política de juros refluíram e a entidade dos industriais passou a direcionar sua ação para a luta pelas reformas neoliberais: reforma administrativa, da previdência, tributária e da legislação trabalhista. A diretoria da FIESP organizou uma campanha, com manifestações nas sedes regionais, nas cidades do interior do estado e nos bairros da cidade de São Paulo, pelo apressamento da votação das reformas. Acompanhou em detalhes cada etapa das votações das Reformas Administrativa e da Previdência, fez pressão para a aprovação do contrato de trabalho por tempo determinado e agitou a proposta da Reforma Tributária.

A adesão ao projeto neoliberal não foi realizada de maneira homogênea pela classe burguesa, ao contrário, promoveu-se um movimento contraditório no interior desse sujeito social. Tendo em vista as manifestações realizadas pela fração da burguesia industrial contra alguns pontos presentes na política neoliberal, o autor sintetiza da seguinte maneira as relações contraditórias tecidas entre esses dois elementos:

De um lado, há resistência efetiva, ainda que limitada, de setores da burguesia industrial a aspectos importantes da política neoliberal — a abertura comercial e a política de juros [...]. De outro lado, porém, a burguesia industrial apoia ativamente a política de privatização, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos direitos sociais. O essencial dessa situação contraditória é que os industriais, a despeito das oscilações políticas momentâneas, não demonstram, até aqui, nenhum interesse em abandonar a frente política que tem sustentado os governos neoliberais ao longo dos anos 90 (BOITO JR., 1999, p. 65).

Do mesmo modo que Boito Jr, Saes também assinala contradições presentes no interior do bloco no poder e no seio da frente política conservadora³¹ que apoiava a política estatal neoliberal. Não restam dúvidas sobre a hegemonia da fração financeira como a principal beneficiária do receituário neoliberal, no entanto as tensões entre as frações de classe burguesas subordinadas e ela também se fazem presentes. De acordo com Saes (2001, p. 87 e 88),

cada setor social subalterno da frente política conservadora tende a apoiar tão somente a execução daqueles aspectos específicos do programa neoliberal que correspondam aos seus interesses; ou na melhor das hipóteses, a apoiar as medidas neoliberais que lhes pareçam não interferir nos seus interesses. Tal postura implica, portanto, *resistir*, de modo mais ou menos aberto conforme o caso e as circunstâncias, à execução daqueles pontos do programa neoliberal que se chocam com os seus interesses específicos.

As análises de Boito Jr. (1999) e Saes (2001) colaboraram, indiretamente, para a hipótese lançada posteriormente por Bianchi (2004), qual seja a de que os resultados das eleições à presidência da FIESP representavam um projeto de política industrial alinhado ao projeto neoliberal, mesmo ocupando um lugar secundário no conjunto das políticas governamentais. Entretanto, segundo Boito Jr., as contradições entre a política neoliberal e o setor industrial não resultaram no distanciamento dessa fração do capital da frente política que sustentava os governos neoliberais.

Esse aspecto é essencial para avaliarmos, em última instância, o papel da CNI na formulação de políticas para o mercado de trabalho, uma vez que a entidade é representativa das frações burguesas internas ligadas à indústria brasileira. Antes, porém, no capítulo seguinte, trataremos sumariamente das principais transformações ocorridas no âmago do bloco no poder sob o governo Lula, em especial a partir do seu segundo mandato, no qual parte da literatura tem creditado ao governo federal a implementação de uma política econômica

³¹ Segundo Saes (2001, p. 84), nas eleições de 1994, formou-se uma frente política conservadora composta de: “a) segmentos diversos (na sua maioria, porém não na sua totalidade) das classes dominantes; b) a maioria da classe média; c) um contingente importante das classes populares. Essa frente política apresentava duplo aspecto. De um lado, pelo objetivo principal de derrotar a esquerda. De outro lado, era dirigida pela corrente política neoliberal; tal corrente exercia a hegemonia no seio da frente política conservadora, o que significa que a aglutinação de todos os setores conservadores — burgueses, pequeno-burgueses ou populares — da sociedade capitalista brasileira, com vistas a derrotar eleitoralmente a esquerda, fazia-se em torno do programa político neoliberal”. Essa caracterização é importante para uma avaliação da frente política “neodesenvolvimentista” que abordaremos sinteticamente no segundo capítulo.

“neodesenvolvimentista”. Este tema é um importante pano de fundo para compreendermos de que modo as classes e frações de classe têm se posicionado junto ao Estado brasileiro.

Em suma, até o momento, avaliamos a atuação da burguesia interna brasileira como sujeito político nos anos 1990 em seu íntimo relacionamento com o Estado e o seu alinhamento ao conjunto das políticas neoliberais. Não por outro motivo, as suas entidades representativas, como a FIESP, tiveram um papel importantíssimo na defesa de um projeto industrial que não questionava a hegemonia dos capitais financeiro internacional e nacional no interior do bloco no poder, a não ser em pontos muito específicos, como o da alta de juros e o da abertura comercial.

2 IMPASSES DAS LUTAS INTRABURGUESAS NOS ANOS 2000: MUDANÇAS SOB O NEODESENVOLVIMENTISMO?

O presente capítulo procura avaliar um movimento político e econômico que teve a sua ascensão a partir dos anos 2000, particularmente após a segunda vitória de Lula à presidência do Brasil. Parte da literatura tem denominado esse fenômeno social de “neodesenvolvimentismo”. Com o intuito de apreender os desdobramentos políticos e econômicos dessa conjuntura, dividimos este capítulo em duas seções: na primeira, apresentamos um balanço dos principais elementos que caracterizam a política econômica do governo Lula sob o crivo “neodesenvolvimentista”; na segunda, avaliamos os impasses das lutas de classe e frações de classe, especialmente considerando-se a atuação da “frente política neodesenvolvimentista”.

Este pano de fundo é importante para que, no terceiro capítulo, possamos compreender melhor a atuação da CNI na formulação de políticas públicas para o mercado de trabalho, enquanto entidade de representação da fração industrial do capital.

2.1 O QUE HÁ DE “NOVO” NO NEODESENVOLVIMENTISMO?

Esta seção tem por finalidade apresentar um quadro amplo do chamado “neodesenvolvimentismo”. Na medida em que avançarmos nesta discussão, inevitavelmente surgirão pontos de convergência e de divergência em relação ao nacional-desenvolvimentismo. Por outro lado, em última instância, interessa-nos verificar as defasagens entre a doutrina “neodesenvolvimentista” e a sua real efetivação enquanto política de Estado, algo que nos auxiliará para apreendermos a atuação da CNI no Congresso Nacional.

Na história do desenvolvimento capitalista brasileiro, especialmente a partir da década de 1930, o Estado brasileiro esteve orientado pela política econômica *nacional-desenvolvimentista*³². Segundo Castelo (2012, p. 619-620), embora ele

³² Com relação à gênese dessa proposta econômica, Gonçalves (2012, p. 648) afirma que “no século XX, o nacional-desenvolvimentismo reapresenta-se com força a partir de 1930. O fator determinante foi, sem dúvida, a crise que eclodiu em 1929. Essa crise causou a ampliação e o aprofundamento do papel do Estado na economia via diferentes funções (alocativa, distributiva, reguladora e estabilizadora). Ou seja, o Estado exerceu diferentes papéis em relação ao mercado

tenha tido sua primeira experiência com o governo Vargas, em 1928, no Rio Grande do Sul, o seu auge ocorreu nos anos 1950-1960. De acordo com o autor, esse modelo econômico

aprofundou-se com a implementação do capital financeiro no Brasil. O desembarque das multinacionais durante o governo JK, que então investiram nos setores de bens de consumo duráveis, e o início da construção do setor de bens de capital e da indústria de base com vultosos aportes estatais no governo Vargas são constitutivos dessa fase do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Portanto, o nacional-desenvolvimentismo pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento econômico erigido pelo trinômio:

industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. O ND é, na realidade, uma versão do nacionalismo econômico; ou seja, é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países da América Latina, principalmente, no período 1930-80 (GONÇALVES, 2011, p. 1).

Além disso, ele requer:

planejamento econômico, política comercial protecionista, política industrial proativa (incentivos ao investimento privado na indústria de transformação), investimento estatal nos setores básicos, preferência revelada pelo capital privado nacional e subordinação da política de estabilização macroeconômica à política de desenvolvimento. Esta subordinação pode se expressar em política fiscal expansionista, juro real negativo, expansão de crédito seletivo e câmbio diferenciado (GONÇALVES, 2011, p. 1).

Este processo perdurou até final dos anos de 1980. No entanto, com a eleição de Lula à presidência da República, o debate em torno do desenvolvimentismo retorna à cena política, porém, agora ele está precedido de novos prefixos: “novo”, “neo” ou “social” (CASTELO, 2012).

e ao setor privado: guia (função alocativa), suplementa (funções alocativa e distributiva) e corrige (funções reguladora e estabilizadora). No pós-Segunda Grande Guerra, o nacional-desenvolvimentismo esteve presente tanto nos Estados Unidos (principalmente via complexo industrial-militar) quanto na Europa Ocidental, onde todas as funções do Estado estão presentes, em maior ou menor medida, segundo o país, inclusive no que se refere à atuação de empresas estatais e ao controle estatal sobre a economia (JONES, 2001, p. 1118). A versão mais exacerbada do nacional-desenvolvimentismo ocorreu nos países sob regimes fascistas”. GONÇALVES, R. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

Castelo (2012) atribui a retomada do debate do “novo” desenvolvimentismo aos resultados negativos que a política econômica neoliberal teve na América Latina, nos anos 1990, uma vez que a agenda política, em essência, gravitava em torno do denominado Consenso de Washington. O esgotamento do neoliberalismo ocorreu porque o receituário neoliberal não logrou “acabar com a crise da dívida externa, a estagnação econômica e os altos índices inflacionários” (CASTELO, 2012, p. 623). No âmbito da política social, o neoliberalismo também desencadeou resultados nocivos: “aumento do desemprego estrutural e do pauperismo (absoluto e relativo) e perda de direitos sociais básicos, como a precarização das relações trabalhistas e a privatização de bens públicos, como saúde, previdência e educação”.

Nesse sentido, nos primeiros anos da década de 2000, surge uma ampla discussão referente a uma proposta alternativa ao neoliberalismo, o “novo” desenvolvimentismo se transforma na *menina dos olhos* de parte da intelectualidade brasileira.³³

Dada a especificidade de nosso objeto e do amplo debate em torno do tema, priorizamos alguns pontos levantados por Boito Jr. (2012). O autor elenca três características que diferem o “velho” do “novo-desenvolvimentismo”: em primeiro lugar, o novo desenvolvimentismo apresenta índices menores de crescimento econômico, uma vez que tem sua dinâmica limitada pela acumulação financeira, fruto do capitalismo neoliberal. Desse modo, “o peso da rolagem da dívida pública e do juro elevado sobre a receita do Estado e sobre o lucro das empresas do setor produtivo inibe o investimento e o crescimento econômico” (BOITO JR., 2012, p. 69).

Em segundo lugar, o novo desenvolvimentismo está assentado sob uma base tecnológica regressiva, ou seja, “concentra-se nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários ou de recursos naturais e, no caso da indústria de transformação, está focado nos segmentos de baixa densidade tecnológica”.

Por fim, de maneira mais intensa que o antigo desenvolvimentismo, o desenvolvimentismo dos anos 2000 orienta as suas ações para o mercado externo em consonância com a grande burguesia interna. Neste caso, o BNDES tem sido empregado para promover tais interesses por meio do financiamento das empresas brasileiras no exterior.

³³ Para uma análise sobre isso, ver, entre outros: CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012; BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20. n. 3, p. 5-24, 2006.

Como salientamos acima, é necessário também avaliarmos as defasagens entre a doutrina “novo-desenvolvimentista”, elaborada dentro e fora dos círculos acadêmicos, e a sua materialização enquanto política econômica durante o governo Lula. Em outras palavras, embora as análises tenham apontado para uma recuperação do Estado como um importante agente do desenvolvimento, nota-se que a transição de governo, ocorrida no início dos anos 2000, não rompeu com a espinha dorsal do neoliberalismo dos anos 1990, composta pelo seguinte tripé: “política monetária determinada pelas metas de inflação, câmbio flutuante e uma política fiscal visando manter um *superavit* primário que compensasse o *deficit* nominal das contas públicas” (MORAIS; SAAD-FILHO, 2012, p. 508).³⁴

Conforme o Dieese (2012, p. 14):

Esse tripé de política econômica se manteve nos dois mandatos do Presidente Lula, a partir de 2003. Essa continuidade já havia sido sinalizada na “Carta ao Povo Brasileiro”, divulgada na campanha de Lula em 2002, em que o então candidato do Partido dos Trabalhadores garantia o respeito aos contratos e obrigações financeiras do país e se comprometia fortemente com a estabilidade econômica, o controle das contas públicas e da inflação. Ao assumir, coerentemente com as promessas da carta, o governo manteve o tripé de política econômica adotado em 1999, no governo anterior.

Por sua vez, Moraes e Saad-Filho (2011) destacam que, no segundo mandato do governo Lula, erigiu-se um debate entre a continuidade da “visão neoliberal” e a adoção de uma “visão desenvolvimentista”. A partir do momento em que o governo petista desempenha uma inflexão da política econômica para o lado “desenvolvimentista”, o Estado brasileiro passa a ser orientado por novas diretrizes econômicas, são elas:

[1] “adoção de medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento e elevar o potencial produtivo da economia; [2] a aceleração do desenvolvimento social por intermédio do aumento nas transferências de renda e elevação do salário mínimo; e [3] o aumento no investimento público e a recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo” (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 69-70 apud MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 517).

³⁴ Já segundo Martuscelli (2013), ao não romper com o núcleo central da ortodoxia neoliberal, trata-se não de um “novo-desenvolvimentismo”, mas de um social-liberalismo, pois as reformas do governo Lula estariam circunscritas sob a hegemonia do capital financeiro internacional.

Segundo Morais e Saad-Filho (2011), a adoção dessas três linhas econômicas implicou em uma espécie de “ativismo estatal”. Ou seja, o Estado brasileiro passou a reivindicar o seu papel de intervenção na economia e desenhou uma nova concepção de gasto público. De acordo com os autores,

o ativismo estatal deveria se voltar para “a redução da desigualdade da distribuição de renda e para o aumento do investimento público”. O primeiro objetivo foi concretizado através da expansão da Bolsa Família — um programa focalizado de garantia de renda mínima para famílias mais pobres — e da elevação real do salário mínimo, o que proporcionou também um aumento substancial das transferências para os aposentados e pensionistas da previdência social pública. O segundo objetivo levou a um grande programa de investimento plurianual, sobretudo em energia e transporte, que articulou o investimento público com o investimento das empresas estatais e privadas especialmente através de concessões em infraestrutura, e uma forte expansão do crédito para investimento, principalmente pelo setor bancário público (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 517).

Nesta mesma linha, Martuscelli também avalia a política social desenvolvida pelo governo Lula, porém chamando a atenção para o caráter subordinado da política de combate à pobreza, por meio do Programa Bolsa Família (PBF), ao montante de recursos destinados para o pagamento dos juros da dívida pública. Segundo o autor, essa assimetria é expressa pelas seguintes cifras:

se, entre 2003 e 2006, o governo desembolsou cerca de R\$ 22,5 bilhões para o PBF e os programas de transferência de renda remanescentes — ampliação quantitativa e crescente que ocorreu graças ao crescimento econômico do período e não ao aumento do percentual do PIB destinado ao programa —, os recursos gerados pelos *superávits* primários alcançaram a cifra de R\$ 330,9 bilhões durante o primeiro governo Lula, ou seja, superaram em cerca de 14,7 vezes os recursos aplicados nos programas sociais acima mencionados. Nessa perspectiva, é possível concluir que os recursos destinados ao PBF ocupavam um espaço muito reduzido quando comparados com o que o governo gastava com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública (MARTUSCELLI, 2013, p. 187).

Nota-se, portanto, que o carro-chefe da política social do governo petista andava na retaguarda do conjunto da política governamental que possuía um “competidor” liderando a passos largos.

Não obstante o caráter subordinado da política social, o governo Lula operou alguns avanços no campo do mercado de trabalho, especialmente na criação de

empregos formais e na política salarial. Para Martuscelli (2013), as melhorias obtidas nessas áreas estiveram amarradas à versão modificada da política neoliberal do governo Lula, denominada “social-liberalismo”. Assim, as tentativas de reformar o modelo neoliberal extremado barrou uma dinâmica mais progressista no campo dos interesses dos trabalhadores. No primeiro mandato do governo Lula, a relação entre a criação de empregos e a remuneração recebida pelos trabalhadores sinalizou tal limite. Portanto,

a parcela de ocupados que receberam até 1,5 salário representou 94,8% do total de 21 milhões de postos de trabalhos criados no período e 59% do total de postos de trabalho existentes no país, tendo crescido no ritmo médio anual de 6,2%” (MARTUSCELLI, 2013, p. 189-190).

Em relação aos reajustes salariais alcançados por meio das negociações coletivas, os trabalhadores encontraram uma situação um pouco mais favorável no primeiro mandato do governo Lula. Nesse sentido, os efeitos que o social-liberalismo desencadeou sobre essa questão foram mais significativos do que a situação encontrada no governo FHC. Os dados abaixo ilustram tal situação:

Nos últimos três anos do primeiro mandato de Lula, a média anual dos reajustes salariais reais atingiu o percentual de 70,9%. Na comparação entre o segundo mandato de FHC e o primeiro de Lula, chega-se à constatação de que os ganhos reais passaram da média anual de 38,9% para 57,29%. Novamente, é preciso frisar que as reformas no capitalismo neoliberal brasileiro já se faziam presentes nos idos de 2000 e produziam resultados sobre os reajustes salariais. Vale observar também que, em 2005, ano da crise política, os ganhos salariais acima da inflação alcançaram o percentual de 71,7% das negociações coletivas. E, se incluíssemos, nessa conta, os reajustes iguais à inflação, o percentual atingiria a expressiva marca de 88%. Enfim, os primeiros anos do governo Lula colocavam-no numa situação bastante distinta da versão extremada do neoliberalismo no primeiro governo FHC (MARTUSCELLI, 2013, p. 190).

Uma última questão que estabelece uma dose de ruptura entre a política neoliberal extremada e a sua versão moderada diz respeito à política de valorização do salário mínimo do governo Lula:

Faz-se necessário observar que tanto a relação entre as cestas básicas adquiridas e o salário mínimo, quanto a relação entre salário mínimo necessário (Dieese) e salário mínimo nominal receberam alterações favoráveis aos trabalhadores. No caso do número de cestas básicas que poderiam ser adquiridas por um salário mínimo, observamos que a média anual elevou-se comedido e progressivamente de um governo para outro: 1,15 (1995-1998), 1,33 (1999-2002), 1,59 (2003-2006) e 1,93 (2007-2010). Dividindo-se a média anual do salário mínimo necessário, calculado pelo Dieese, pela média anual do salário mínimo nominal, e tomando-se como referência os mandatos dos governos FHC e Lula, observa-se uma queda progressiva das diferenças existentes entre um e outro fator: 7,35 (1995-1998), 6,28 (1999-2002), 5,41 (2003-2006) e 4,58 (2007-2010), o que sinaliza uma melhora gradual e restrita do poder de barganha dos trabalhadores (MARTUSCELLI, 2013, p. 169).

Sobre o aumento real do salário mínimo, com base no INPC-IBGE, o autor destaca que os dois últimos anos do primeiro mandato do governo Lula foram caracterizados por uma elevação mais significativa em seu reajuste. Assim, “o aumento real girou em torno de 1,23% e 1,19%, respectivamente, em abril de 2003 e maio de 2004, esses números subiram para 8,23%, em maio de 2005, e 13,04%, em abril de 2006” (MARTUSCELLI, 2013, p. 170).

Para Moraes e Saad-Filho (2011, p. 519), embora o Estado tenha se orientado por um “ativismo estatal”, “o relevante a destacar é que essas medidas de política econômica foram introduzidas de forma *complementar* às políticas macroeconômicas vigentes, e *não em sua substituição*” (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 519). Nesse sentido, os autores denominam a política econômica do governo Lula de “híbrida” e, portanto, não podendo ser apreendida sob o viés genuinamente novo-desenvolvimentista. Em outras palavras:

Esse caráter complementar, ou adicional, da inflexão de política econômica no segundo governo Lula não permite considerá-la como uma política novo-desenvolvimentista inteiramente coerente. Apesar dos bons resultados atingidos em termos de crescimento econômico e distribuição de renda, e da melhora do posicionamento do Brasil no sistema capitalista internacional, a inflexão ocorrida a partir de 2006 definiu uma política que pode ser denominada mais apropriadamente como “híbrida”, associando políticas macroeconômicas, visando à estabilidade monetária e presumindo, implicitamente, o equilíbrio espontâneo dos mercados, com políticas objetivando à aceleração do desenvolvimento e a equidade social mediante um destacado ativismo estatal (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 521).

Em linhas gerais, compreendemos que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro sob o novo-desenvolvimentismo pode ser caracterizado pelo binômio continuidade/descontinuidade em relação à política econômica neoliberal, uma vez que este projeto não conseguiu eliminá-la do seu cerne.

A fim de avançarmos nas nossas análises, entendemos que a compreensão do novo-desenvolvimentismo não pode ficar reduzida à atuação do Estado brasileiro no âmbito da política econômica. Ou seja, implica também analisar o Estado brasileiro sob a luta de classes nos anos 2000. Nesse sentido, intenciona-se avaliar o processo político que permitiu alguns deslocamentos de posicionamento das classes e frações de classes no interior do bloco no poder. Isto nos permitirá, no terceiro capítulo, verificar mais de perto a atuação da CNI e seus respectivos interesses materiais alinhados ao capital industrial na esfera legislativa.

2.2 A LUTA DE CLASSES SOB O GOVERNO LULA

Esta seção analisa a dinâmica que o governo Lula, especialmente a partir da implementação do neodesenvolvimentismo, tem imprimido à luta de classes e frações de classe no Brasil contemporâneo.

Boito Jr. (2005. p, 53) tem trabalhado com a seguinte hipótese: o governo Lula “alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia ao melhorar a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder”. Sinais desse movimento estão presentes na política de exportação do governo que tem contribuído para os interesses dessas frações da burguesia.

O deslocamento no interior do bloco no poder das frações da burguesia industrial e agrária para uma posição mais privilegiada é resultado do seu posicionamento político em relação a pontos específicos das políticas neoliberais. Dito de outro modo, se as burguesias financeira nacional e internacional se constituem em frações hegemônicas dentro do bloco no poder, aquelas não compreendem o modelo capitalista neoliberal como totalmente benéfico aos seus respectivos interesses políticos e econômicos. Ou seja, o capitalismo neoliberal e, por sua vez, o seu desdobramento na forma estatal, não é um fenômeno defendido de maneira genérica pela burguesa industrial, uma vez que

se o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais garante a unidade política da burguesia em torno do programa neoliberal, os demais elementos do neoliberalismo têm-na dividido no plano dos interesses corporativos. É examinando essa divisão que podemos verificar quais interesses burgueses são priorizados e quais são negligenciados ou preteridos pela política neoliberal (BOITO JR., 2005, p. 56).

A hegemonia da fração do capital financeiro nacional e internacional é constatada a partir da forma pela qual o Estado brasileiro privilegiou um deslocamento das frações industriais e agrárias, e seus respectivos interesses materiais, no interior dos limites estabelecidos pela fração hegemônica. Desse modo, o deslocamento de forças no bloco do poder está delimitado por dois aspectos:

Em primeiro lugar, ele estimula a produção voltada para a exportação. Do ponto de vista das finanças, não teria sentido estimular a produção voltada para o mercado interno. [...] O objetivo do estímulo à produção deve ser, então, a exportação, isto é, a caça aos dólares e às demais moedas fortes — não é no consumo popular interno que essas moedas poderão ser obtidas. Por isso, estimula-se especificamente a produção para exportação e não a produção em geral. Em segundo lugar, mesmo na política de estímulo à exportação, tudo deve ser feito de modo a não ultrapassar a medida daquilo que interessa às finanças. Corrida aos dólares, sim; mas desde que os dólares obtidos sejam direcionados para o pagamento dos juros da dívida. Assim sendo, o *superavit* primário e os juros devem permanecer elevadíssimos mesmo que isso limite o próprio crescimento das exportações (BOITO JR., 2005, p. 68).

Diante desse cenário, observa-se que o primeiro mandato do governo Lula foi caracterizado por uma tímida distribuição de poder entre as frações de classes que compõem o bloco no poder. Assim, a política estatal permaneceu de acordo com os interesses materiais da fração do capital financeiro nacional e internacional que se manteve hegemônica. As frações industriais e agrárias, ao se aproximarem do governo federal, almejavam uma posição mais privilegiada dentro do bloco no poder.

Em relação ao movimento político dos trabalhadores assalariados, Boito Jr. (2005) conclui que eles não se aproximaram das frações industriais e agrárias. De acordo com ele, a produção orientada à exportação implica na reprodução das péssimas condições de trabalho e de vida dessa classe social. Sintetizando os erros

estratégicos que uma possível aliança dos trabalhadores com a classe burguesa pode acarretar, o autor expõe que

a superexploração do trabalhador brasileiro permanece como trunfo importante dos exportadores. O governo Lula mantém o arrocho draconiano sobre o salário mínimo não apenas para, como ele quer fazer crer, conter o “gasto” da previdência. O arrocho do salário mínimo é fundamental para reduzir os custos dos produtos exportados, aumentando a competitividade das exportações brasileiras. Os trabalhadores assalariados não têm o que ganhar numa eventual aliança com a grande burguesia voltada para a exportação. Não se trata de conjecturas. Já falamos do crescimento casado do saldo positivo da balança comercial e do *superavit* primário como prova da finalidade financeira da política de exportação. Agora, é preciso pensar num tripé. Enquanto cresceram aqueles dois saldos, o salário do trabalhador brasileiro diminuiu. Segundo pesquisa recente, as vagas no setor industrial com remuneração acima de dois salários mínimos, que cresciam a uma taxa anual de 6,3% na década de 1980, passaram a cair 3,9% ao ano entre 2000 e 2003 e, inversamente, o ritmo de crescimento do emprego industrial de até dois salários mínimos passou de 1% na década de 1980 para 20,3% no período entre 2000 e 2003 (BOITO JR., 2005, p. 72).

Os elementos supracitados resumem as reflexões realizadas por Boito Jr. com relação aos processos de distribuição de poder, no interior e no exterior do bloco no poder, das frações de classes, particularmente no período que compreende o primeiro mandato do governo Lula. Assim, o autor sustenta que houve uma realocação de poder que pendeu às frações da burguesia industrial e agrária. No entanto, diante desse processo político, a defesa de uma possível aliança entre essas frações da burguesia com os trabalhadores assalariados constitui um equívoco, na medida em que ainda vicejam as péssimas condições de trabalho e vida dessa classe social.

Uma importante reflexão sobre a atuação da burguesia interna na conjuntura do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) foi desenvolvida por Martuscelli (2013). Ao contrário do refluxo vivenciado pela burguesia interna nos anos 1990, período em que a política neoliberal estava em ascensão no Brasil, o autor destaca que, nos anos 2000, a eleição de Lula representava a possibilidade de consolidação de uma reforma no modelo neoliberal e a implementação do social-liberalismo (MARTUSCELLI, 2013). Na seção anterior, apresentamos um breve panorama das políticas sociais que rompiam, parcialmente, com a lógica neoliberal dos anos 1990.

Para Martuscelli, as eleições de 2002 significaram a disputa, no campo da representação política, entre a matriz financeira e a produtiva local. Nas suas próprias palavras,

no campo da representação política, é possível dizer que a candidatura Lula passava a identificar-se com os interesses da grande burguesia interna, incumbindo ao futuro presidente a tarefa de implementar políticas que pudessem acomodar os interesses de classe dessa fração no bloco no poder. Seriam as disputas entre os reformistas do modelo neoliberal (a burguesia interna) e os conservadores desse modelo (o capital financeiro internacional) que estariam no centro das discussões nos primeiros anos do governo Lula. Ou melhor, se, no início dos anos 1990, era possível verificarem-se resistências seletivas de setores da burguesia interna ao processo de implementação do neoliberalismo, no início dos anos 2000, as resistências mudariam de perfil, passando a ser sustentadas pela burguesia financeira internacional, que rejeitava a realização de reformas profundas no modelo neoliberal (MARTUSCELLI, 2013, p. 162).

Vimos na seção anterior que a espinha dorsal da política neoliberal — metas de inflação (juros altos), câmbio flutuante e apreciado, e *superavit* primário — se manteve durante o governo Lula, embora tenha havido um processo de identificação entre esse governo e a burguesia interna. Martuscelli (2013) afirma que o governo petista, ao tentar operar com essa contradição, estabeleceu um “novo contrato social”, uma vez que a política estatal permanecia sob a hegemonia dos interesses do capital financeiro, embora algumas ações tenham objetivado realocar o posicionamento do capital produtivo no seio do bloco no poder em questão. Assim,

isso significa que o primeiro governo Lula editou uma série de políticas do interesse de setores da burguesia brasileira, em particular, daqueles mais diretamente ligados à atividade produtiva e à produção para exportação, sem deixar de alimentar os rendimentos dos bancos nacionais que integraram essa iniciativa governamental, na medida em que esse segmento passava a atuar como força indutora da indústria e do agronegócio. Ou melhor, além de adotar medidas favoráveis à indústria e ao agronegócio, em especial as voltadas a fomentar a produção para a exportação, o governo Lula lançou mão de estratégias para contemplar os interesses dos grandes bancos nacionais no — novo contrato social —. Ao observar o lucro líquido dos 11 maiores bancos do país, podemos concluir que os banqueiros não tinham do que reclamar. Se, até 2001, os rendimentos deles não ultrapassavam a marca de R\$ 5 bilhões anuais, a partir de 2002, tornou-se uma constante obterem lucros líquidos acima de R\$ 10 bilhões, chegando a passar da casa dos R\$ 20 bilhões, em 2005, e atingir quase R\$ 30 bilhões, em 2006 (MARTUSCELLI, 2013, p. 167).

Tendo os embates entre o capital financeiro e o capital produtivo como pano de fundo, Martuscelli (2013) destaca determinadas medidas que tiveram como objetivo atender os interesses da burguesia interna, provocando, portanto, o descontentamento de fração hegemônica de viés financeiro: o autor assinala, por exemplo, que entre o período de 2003 a 2006, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP),³⁵ instrumento empregado pelo BNDES para o financiamento de empresas relacionadas ao setor produtivo, foi reduzida gradualmente, a fim de incentivar esse ramo econômico.

Outro mecanismo favorável à burguesia interna e que teve a sua aprovação no primeiro mandato do governo Lula, refere-se à “Lei das Parcerias Público-Privadas” (Lei das PPPs). Sob a ótica do autor,

trata-se, portanto, de uma forma de privatização que satisfaz prioritariamente os interesses da grande burguesia interna, pois oferece a essa fração de classe apoio do Estado para empreender novos investimentos. Na verdade, consideramos que as parcerias público-privadas (PPPs) fazem parte de um novo consenso ideológico que identificamos com a política social-liberal ou neoliberal moderada que, no lugar de satanizar o Estado como um mal em si, procura tomá-lo como um parceiro na busca de um novo tipo de desenvolvimento. Seria impensável a adoção do modelo das parcerias público-privadas no contexto de implementação do neoliberalismo *tout court*, uma vez que, neste, o Estado é visto como um obstáculo à “modernização” (MARTUSCELLI, 2013, p. 178-179).

Por fim, outra medida econômica que atendeu aos interesses da burguesia interna e que tinha grande pressão política, inclusive por parte da equipe governamental de Lula, encabeçada por Antonio Palocci, ministro da Fazenda, à sua aprovação, diz respeito à autonomia do Banco Central. Em linhas gerais, esse

³⁵ Martuscelli (2013, p. 171) identifica um debate em torno das taxas de juros no seio da equipe governamental de Lula, a qual representava os distintos interesses dos capitais em disputa. Desse modo, “o tema das taxas de juros atravessou o debate público durante o primeiro governo Lula e animou disputas acirradas entre os próprios membros da equipe governamental, fazendo que figuras como José Alencar (vice de Lula), José Dirceu (ministro da Casa Civil), Carlos Lessa (presidente do BNDES) e Guido Mantega (que começou no Ministério do Planejamento, substituiu Lessa no BNDES e depois assumiu o lugar de Palocci no Ministério da Fazenda) ficassem reconhecidos na cena política como os principais membros da equipe governamental que eram críticos da política de juros altos praticada pelos representantes da ortodoxia neoliberal no governo, entre os quais se destacaram: Antonio Palocci (ministro da Fazenda) e Henrique Meirelles (presidente do Banco Central). Para além de ser uma simples disputa entre indivíduos membros da equipe governamental, tanto a crítica às altas de juros, como a sua defesa, indicavam as disputas que estavam em jogo entre os interesses que compunham, naquela conjuntura, o núcleo hegemônico do bloco no poder. Opunham-se, então, os representantes da grande burguesia interna, críticos dos juros altos, e os defensores do capital financeiro internacional”.

dispositivo significava que o Banco Central poderia alterar a política monetária e cambial sem a mediação do Executivo. Dessa maneira,

a proposta do Ministério da Fazenda e do Banco Central representava, na verdade, um ataque à soberania popular, visto que pretendia retirar do Presidente da República, eleito pelo voto popular, a atribuição de fazer escolhas sobre os rumos da política econômica, delegando-a a um quadro supostamente técnico, que seria representado pelo Banco Central (MARTUSCELLI, 2013, p. 180).

Os elementos apontados até o momento exprimem o modo pelo qual o governo do PT representou os interesses da burguesia interna, embora não tenha colocado em risco a hegemonia do capital financeiro. Porém, na medida em que a política estatal passou a realocar os interesses do capital produtivo em seu horizonte, as disputas entre as frações do capital passaram a ser mais acirradas. Nas linhas anteriores, observamos, portanto, de que maneira esse processo ocorreu durante o primeiro mandato do governo Lula. Assim, Martuscelli quando analisa o fenômeno da crise política de 2005³⁶, toma-o a partir desse pano de fundo. De acordo com o autor,

a crise política de 2005 caracteriza-se como uma crise do partido do governo, surgindo de um processo de crise de representação política do PT, que passou a sustentar, no governo, os interesses da burguesia interna e a acomodá-los no núcleo hegemônico do bloco no poder, sem, com isso, colocar em xeque o poder político da grande burguesia financeira internacional. Trata-se, portanto, de um contexto de reformas no capitalismo neoliberal, no país, criando condições favoráveis para a realização de mudanças na política estatal (MARTUSCELLI, 2013, p. 15).

Avaliamos que o processo de identificação entre o governo Lula e a burguesia interna se manteve e até se aprofundou no decorrer do seu segundo mandato. Os próximos parágrafos abordarão essa questão.

Na passagem do primeiro para o segundo mandato do governo Lula, o Estado brasileiro passou a ser orientado pelo que se tem denominado de “neodesenvolvimentismo”. Anteriormente, apresentamos um quadro geral do que se entende por essa expressão. Vimos que o “neo” ou “novo” desenvolvimentismo é um

³⁶ Para uma análise mais detalhada sobre a crise política de 2005, denominada de “Mensalão”, ver: MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Natureza e dinâmica da crise do partido do governo (PT) em 2005. In: **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2013.

modelo de desenvolvimento econômico que recupera o papel do Estado enquanto um catalisador do desenvolvimento econômico. Além disso, com o intuito de avançar nos objetivos da presente pesquisa, apontamos as transformações, ainda que tímidas, pelas quais passaram as frações de classe no interior do bloco no poder, a partir do primeiro mandato do governo Lula.

Com o segundo mandato do governo petista, as frações da burguesia industrial e agrária, que ganharam maior destaque sob o primeiro mandato do governo Lula, continuaram e reforçaram o seu relacionamento com o governo federal e têm, novamente, os seus interesses corporativos contemplados pela política estatal. Com relação aos laços de afinidade entre tais frações da burguesia com o Estado brasileiro, especialmente a partir do segundo mandato, recorreremos mais uma vez às análises de Boito Jr. (2012) sobre a “frente política neodesenvolvimentista”.

Avaliar o resultado da eleição presidencial do ano de 2002 pressupõe compreender a luta sindical e popular construída desde os anos 1980, que objetivava construir um “campo reformista eleitoralmente dirigido pelo PT” (BOITO JR., 2012, p. 72). O êxito que o movimento sindical e popular poderia auferir era muito tímido, assim a vitória de um candidato do Partido dos Trabalhadores só seria possível na medida em que a base social de apoio a este candidato fosse dilatada. Nesse sentido, a “frente política neodesenvolvimentista” teve sua composição marcada por frações de classes dominantes, presentes no bloco no poder, embora de maneira secundária, e pelas classes trabalhadoras ausentes do âmago do poder político. De acordo com Boito Jr. (2012, p. 72) esse processo político ocorreu, uma vez que

a capacidade de pressão e, ao mesmo tempo, as limitações políticas do movimento operário e popular empurram, então, a grande burguesia interna para uma frente política que o próprio movimento operário e popular não tinha condições de dirigir. A frente está unificada, ainda que de maneira precária, em torno do neodesenvolvimentismo da grande burguesia interna, mas depende, para o seu sucesso, e em grande medida, do movimento operário e popular, que, no entanto, demonstra insatisfação com os limites desse projeto de desenvolvimento. Vale dizer, o movimento operário e popular não é a força hegemônica da frente, isto é, aquela que define os objetivos da luta, mas é a sua força principal, isto é, aquela de quem mais depende o sucesso da luta. Esse desajuste entre a força hegemônica (burguesa) e a força principal (operária e popular) gera conflitos e instabilidades no interior da frente política neodesenvolvimentista.

Esmiuçando a composição social dessa frente política e apontando qual o seu adversário político, o autor esclarece:

a) essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira [...]; b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder — baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal [...]; c) a frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder; e e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa — essa é a nossa hipótese de trabalho — o grande capital financeiro internacional [...] (BOITO JR., 2012, p. 3 e 4).

Diante desse quadro político, o Estado brasileiro, particularmente após o segundo mandato do governo Lula, passou a tecer relações mais diretas com os sujeitos sociais que compõem tal frente política. Assim, as classes e frações de classe que solidificam esse movimento político e seus respectivos interesses materiais passaram a ser objetos de contemplação da política estatal.

Alguns apontamentos permitem compreender o modo pelo qual esses laços entre as classes e frações de classe e a política estatal têm sido desenvolvido. Com relação à grande burguesia interna — que compreende várias ramificações da economia: mineração, construção civil, agronegócio, indústria de transformação e, também, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional —, o Estado brasileiro tem agido nas diferentes frentes, a fim de priorizar os interesses da classe social que dirige essa frente política. Nesse sentido, sob o manto do neodesenvolvimentismo, a política estatal contempla os seus interesses da seguinte maneira:

A desativação a frio da Alca, a diplomacia e a política de comércio exterior visando à conquista de novos mercados no hemisfério sul, o fortalecimento das relações da economia brasileira com as economias sul-americanas, o congelamento do programa de privatizações, o fortalecimento econômico e político das empresas estatais remanescentes e o novo papel do BNDES³⁷ na formação de poderosas empresas brasileiras nos mais diferentes segmentos da economia que tende a priorizar os interesses da grande burguesia interna em detrimento, muitas vezes, dos interesses da grande burguesia compradora e do capital financeiro internacional (BOITO JR., 2012, p. 81).

No outro polo da frente neodesenvolvimentista, encontram-se os assalariados, os desempregados, subempregados, ou seja, uma “massa marginal” (BOITO JR., 2012) que desenvolve relações particulares tanto no interior da frente quanto com o Estado brasileiro. Nesse sentido, a atuação política dessa “massa” pode ser visualizada por dois ângulos: em primeiro lugar, em relação à sua organização política, os assalariados têm estabelecidos canais de comunicação com o governo federal por meio dos sindicatos e dos partidos políticos³⁸. Como resultado dessa aproximação, o governo federal tem estabelecido algumas contrapartidas para esse grupo social. Em segundo lugar, com o impulso do neodesenvolvimentismo e a retomada do crescimento econômico, a política social, particularmente, no âmbito do mercado de trabalho tem sido caracterizada pelos seguintes aspectos:

³⁷ O novo papel do BNDES e sua atuação na política de financiamento das empresas nacionais tiveram as seguintes proporções: “No ano de 2008, quase todas as vinte maiores empresas brasileiras que atuavam no exterior contavam com participação acionária do BNDES, através da BNDSPAR, ou de fundos de pensão das empresas estatais ou, ainda, com grande aporte de crédito a juros facilitados por aquele banco.” (BOITO JR. 2012, p. 81).

³⁸ Segundo Boito Jr. (2012, p. 8) o operariado urbano e a baixa classe média tiveram a sua relação com o Partido dos Trabalhadores transformada. Embora ainda permaneçam presentes no interior do PT, eles passaram de força dirigente à base social de apoio. “Essas forças foram, na verdade, as forças que criaram aquele que iria se tornar o instrumento partidário dessa frente – o PT. O que se passou desde então foi que esse partido, que lutava, ao longo da década de 1990, pela implantação de um Estado de bem-estar social no Brasil e pelo reforço do capitalismo de Estado, esse partido foi atraído pela grande burguesia interna, que vinha fazendo crítica moderada ao neoliberalismo, e, na virada da década de 1990 para a década de 2000, mesclando sua tradição de origem com a insatisfação burguesa, converteu-se, de modo empírico e marcado pelas circunstâncias, no criador e no instrumento partidário do neodesenvolvimentismo. O operariado e a baixa classe média continuaram presentes no PT apenas que, agora, ocupando a posição de base social, mas não mais de força dirigente desse partido.”

redução das taxas médias de desemprego; expansão do emprego assalariado formal (protegido pela legislação trabalhista, social e previdenciária brasileira); crescimento do emprego nos setores mais organizados da economia (inclusive na grande empresa e no setor público); redução do peso do trabalho assalariado sem registro em carteira (ilegal) e do trabalho por conta própria na estrutura ocupacional; elevação substantiva do valor real do salário mínimo; recuperação do valor real dos salários negociados em convenções e acordos coletivos; importante redução do trabalho não remunerado; intensificação do combate ao trabalho forçado e redução expressiva do trabalho infantil (BALTAR et al., 2010, p. 10).

Ainda com relação às classes dominadas, a “massa marginal” deve ser pensada sob duas perspectivas: de um lado, encontram-se aqueles setores que estão politicamente organizados; de outro, uma extremidade que vivencia sua realidade social de modo desorganizado e que tem a sua reprodução social compreendida como resultado de uma dívida estatal. Enquanto os primeiros estão organizados em torno dos movimentos populares reivindicativos (BOITO JR., 2012), que possuem demandas específicas, como os movimentos dos desempregados ou de moradia, os segundos vivem dos programas de assistência social como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. De todo modo, é interessante notar que os movimentos de moradia caminham, em determinados pontos, em consonância com os interesses da fração burguesa do ramo da construção civil.³⁹ Assim, o governo federal, a partir dos anos 2000, reorientou a sua política de habitação, atendendo as reivindicações dos movimentos populares por moradia. Como observa Boito Jr. (2012, p. 10):

O efeito mais importante dos movimentos de moradia foi a alteração da política habitacional do Estado brasileiro. Durante a década de 1990, a União abandonou a política de construção de moradia popular. No segundo Governo Lula, foi criado o programa habitacional de grande amplitude denominado “Minha casa, minha vida” que rompeu com a omissão da União nessa área. Esse programa continua sendo implementado pelo Governo Dilma (OLIVEIRA, 2010) e ensejou uma convergência de interesses entre os sem-teto e todo um ramo da construção civil — a convergência de interesses não exclui a luta em torno do modelo de casa, do modo de financiamento e de outros pontos do programa [...].

³⁹ Talvez uma exceção seja o MTST que, em diversas oportunidades, tem denunciado as irregularidades do programa “Minha casa, minha vida”, especialmente em relação aos superfaturamentos. Além disso, o movimento tem realizado, em alguns casos, a construção por “mutirão”, eliminando as empreiteiras do processo. Mas tudo isso não elimina as denúncias presentes neste programa do governo federal, como o emprego de trabalhadores sob condições de trabalho escravo. Ver a respeito “Fiscalização flagra trabalho escravo em obra de Brookfield e Emccamp do ‘Minha Casa Minha Vida’”, disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/12/fiscalizacao-flagra-trabalho-escravo-em-obra-de-brookfield-e-emccamp-do-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Por fim, a frente política neodesenvolvimentista contempla em seu seio outra camada da “massa marginal”, que são os trabalhadores desorganizados politicamente. Estes são alvos das iniciativas governamentais, principalmente, por meio de dois instrumentos: o programa Bolsa Família⁴⁰ e o Benefício de Prestação Continuada. Tais contrapartidas são fundamentais à manutenção dessa frente política, pois “eles formam uma base eleitoral desorganizada e passiva que é convocada a intervir no processo político apenas por intermédio do voto para sufragar os candidatos da frente neodesenvolvimentista” (BOITO JR., 2012, p. 11). Portanto, não se observa o interesse do governo federal em organizá-los politicamente, a fim de superar tal condição social.

Em suma, não obstante as clivagens de classes e frações de classes que integram a frente neodesenvolvimentista, há um denominador comum em seu seio: a atuação em oposição a um adversário, o campo neoliberal ortodoxo (BOITO JR., 2012). Como sintetiza o autor:

Embora ampla e contraditória na sua composição de classe, a frente política neodesenvolvimentista existe e atua como tal. As forças que a integram, embora entrem em conflito, muitas vezes duro, em torno de questões econômicas como salário, direitos trabalhistas e sociais, desapropriação de terra e outras, em momentos críticos do processo político nacional, essas forças têm agido conjuntamente. Foi assim em 2002 na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que ficou conhecida como “Crise do Mensalão” e chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a presidência da República, e, novamente em 2010, na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff. Em todos os momentos críticos citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses, movimentos populares por moradia bem como o eleitorado pobre e desorganizado apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os governos e as candidaturas Lula da Silva e Dilma Rousseff (BOITO JR., 2012, p. 11).

As análises apresentadas até aqui são importantes para esta dissertação, pois nos permitem mergulhar nas contradições sociais que perpassam o cerne do bloco no poder do Estado capitalista brasileiro contemporâneo, do qual faz parte a Confederação Nacional da Indústria. Sem dúvida, algo que será explorado de maneira mais específica no terceiro e último capítulo.

⁴⁰ Para um balanço dos dez anos do programa “Bolsa Família”, ver: <<http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

3 A CNI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS 2000

O presente capítulo analisa a atuação da burguesia interna brasileira, particularmente a sua fração industrial, no processo de formulação das políticas públicas para o mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000, período em que o desenvolvimento do capitalismo passou a ser representado sob a roupagem “neodesenvolvimentista”.

Não temos a pretensão de realizar uma avaliação sistemática da atuação política do conjunto da burguesia interna sobre este período, porém acreditamos que ela contribuirá para a compreensão da luta de classes no interior do bloco no poder. Em outras palavras, a partir da publicação da *Agenda Legislativa da Indústria*, concentramos os nossos esforços em compreender o posicionamento da CNI diante das tramitações de projetos de lei referentes ao mercado de trabalho no Congresso Nacional.

A estruturação do capítulo está assentada sobre dois itens. A primeira discute o modo pelo qual a fração da burguesia industrial retomou um lugar mais privilegiado no interior do Estado neodesenvolvimentista, uma vez que almejou a hegemonia política no seio da frente política neodesenvolvimentista. Por sua vez, a segunda diz respeito à análise da *Agenda Legislativa da Indústria*. A rigor, trata-se de uma publicação que representa os interesses políticos e materiais da fração da burguesia industrial.

3.1 A FRAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL E AS SUAS CONEXÕES COM O NEODESENVOLVIMENTISMO

Como foi exposto anteriormente, no decorrer dos dois mandatos do governo Lula e de maneira mais intensa após o segundo, houve momentos de inflexão comparados ao seu antecessor, FHC. Isto é, estamos nos referindo à formação da chamada frente neodesenvolvimentista. Vimos que em seu interior, as frações da burguesia industrial e agrária retomaram um lugar privilegiado em detrimento de seu peso político antes os tempos de política econômica neoliberal.

Embora parte significativa dos empresários brasileiros que aderiu a agenda neoliberal tenha obtido importantes êxitos econômicos nos anos 2000, observa-se, por outro lado, uma mudança de posicionamento da fração industrial no governo Lula. Esta mudança foi acompanhada de um maior diálogo com o Estado brasileiro e de uma adesão à política econômica “nacional-desenvolvimentista”.⁴¹ Essa é a tese de Bresser-Pereira e Diniz (2006, 2007, 2009, 2010), que compreende a retomada do empresariado industrial enquanto sujeito político fundamental no interior do neodesenvolvimentismo.

Diniz e Boschi (2001) sinalizam que o advento do neoliberalismo, das políticas econômicas a favor da estabilização e das reformas, em terreno brasileiro, devem ser pensados não somente no âmbito econômico, mas à luz dos aspectos políticos e institucionais. Nesse sentido, os autores avaliam as principais mudanças que ocorreram no campo da estrutura de representação de interesses do empresariado industrial. Segundo os autores,

entre as mudanças mais recentes, foram salientados o surgimento de um novo movimento, a Ação Empresarial, a criação de uma organização até então inédita, a Organização Nacional da Indústria de Petróleo (ONIP), além das transformações em curso em entidades tradicionais, como a FIESP e a CNI. Particularmente marcante teria sido a mudança na CNI, responsável pela revitalização da entidade e pela recuperação de seu prestígio junto a uma parte significativa dos empresários (DINIZ; BOSCHI, 2001, p. 11).

Ou seja, a ação empresarial objetivou

a retomada da parceria com setores e áreas institucionais de decisão, incluindo não apenas a atuação no Congresso Nacional, mas também a participação em arenas estatais, como os conselhos e comissões econômicos, numa linha distinta do estilo típico do período desenvolvimentista, já que rejeitaria a tutela estatal e se faria em sintonia com um discurso favorável ao predomínio do mercado sobre a política. Observa-se, portanto, certa mudança da lógica de ação coletiva do empresariado em direção a uma estratégia política de independência, porém sem isolamento do ator empresário, mas, ao contrário, estreitando os vínculos e redefinindo alianças com os centros de poder (DINIZ, 2006, p. 31).

⁴¹ Lembramos, mais uma vez, que a adesão ao projeto “nacional-desenvolvimentista” não coloca em xeque todas as premissas do neoliberalismo, principalmente aquelas relacionadas à retirada dos direitos trabalhistas. Ou seja, não se trata de projetos totalmente incompatíveis.

No que diz respeito à experiência desencadeada a partir da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), Diniz e Boschi (2001, p. 13) destacam a sua importância e a forma de organização nos seguintes termos:

A concepção da ONIP representou uma inovação sob vários aspectos. Enquanto organização mobilizadora, sua atuação objetiva estimular o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do petróleo no país. Anteriormente, esta função fora exercida pela Petrobras, que redefiniu sua forma de ação, em virtude das mudanças provocadas pela abertura econômica e pela quebra do monopólio estatal na área do petróleo. Trata-se, portanto, de um enfoque não setorial, voltado, ao contrário, para o conjunto da cadeia produtiva. Em segundo lugar, enquanto no Reino Unido e na Noruega estas organizações eram estatais, no Brasil optou-se pelo modelo de uma organização que não é governamental, sendo mantida pelo setor privado. Em terceiro lugar, a ONIP propõe-se a atuar como um espaço de articulação e cooperação envolvendo os principais atores, setor privado, entidades de classe e órgãos governamentais, na busca de estratégias comuns para a expansão e fortalecimento da cadeia produtiva, na área da indústria do petróleo. Em outros termos, busca-se chegar a um consenso em torno de interesses comuns, para além das diferenças setoriais. [...] A ONIP está organizada em comitês setoriais temáticos, que são constituídos por representantes de seus sócios, atuando como fóruns especializados nos quais são discutidas as principais questões e definidas as propostas e soluções que são encaminhadas aos órgãos competentes, Ministérios da Fazenda, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, Desenvolvimento, entre outros, Banco Central e BNDES. A articulação com o governo se dá de modo informal, não havendo canais e arenas institucionalizadas de negociação e de acesso.

Por fim, o processo de reestruturação e modernização da CNI. De acordo com os autores, essa entidade de representação era compreendida de maneira negativa por parte dos empresários nacionais, uma vez que ela compilava os excessos de uma estrutura de representação corporativa tradicional. Desse modo, a CNI perdia legitimidade frente aos empresários, visto que era caracterizada pela

dependência financeira da contribuição compulsória e as regras de eleição da diretoria e da presidência, sobrerrepresentando os estados pouco industrializados do Norte e do Nordeste, em detrimento dos industriais das regiões Sul e Sudeste, onde está o empresariado mais dinâmico do país. Destituída de lideranças combativas e independentes, a CNI ter-se-ia transformado num espaço de articulações políticas e de alianças pragmáticas servindo mais aos fins ligados à carreira política de seus dirigentes do que à representação autêntica dos interesses industriais (DINIZ; BOSCHI, 2006, p. 13).

O processo de reestruturação e modernização da CNI, de acordo com os autores, implicou na ampliação dos canais de diálogos entre essa estrutura corporativa e as extracorporativas. Tal aspecto foi assinalado no primeiro capítulo, quando demonstramos que o sistema de representação de interesses é marcado pelo caráter híbrido. Nesse sentido,

foram, então, revitalizados e reestruturados os conselhos temáticos, nos quais as associações setoriais passaram a ter representação, ao lado das entidades da estrutura corporativa tradicional, como as federações e os sindicatos. Assim, dirigentes da ABDIB, ABIQUIM, ABIMAQ, ABINEE, ANFAVEA, entre outras associações, passaram a fazer parte destes conselhos, rompendo seu antigo distanciamento em relação à entidade de cúpula do sistema corporativo. Tais conselhos transformaram-se em espaços para a discussão de políticas e formulação de propostas para diversas áreas, como política industrial e de desenvolvimento tecnológico, relações de trabalho, infraestrutura, integração internacional e comércio exterior, meio ambiente e assuntos legislativos. Esta mudança teve um impacto importante, estreitando os laços e a comunicação entre os dois tipos de entidades (organizações corporativas e extracorporativas) típicas da estrutura de representação de interesses empresariais do país (DINIZ; BOSCHI, 2001, p. 66).

Dentre os elementos que destacam a modernização da CNI, interessa-nos o esforço despendido por meio do Conselho de Assuntos Legislativos (COAL), que tem um papel incessante de acompanhar e avaliar as pautas do Congresso e as tramitações das proposições legislativas que são de interesses do setor industrial (DINIZ; BOSCHI, 2001). Fruto desse trabalho é a edição da *Agenda Legislativa da Indústria*, que publica as principais tramitações do Congresso Nacional e os respectivos posicionamentos do setor industrial. Uma análise mais detalhada desse instrumento de diálogo entre o empresariado industrial e o Estado brasileiro será apresentada posteriormente.

Outros indícios do movimento de aproximação do governo Lula com o empresariado industrial podem ser visualizados na forma pela qual o governo federal procurou formar os seus ministérios. Além de ter José Alencar na vice-presidência do país, Lula lançou mão de nomes importantes de órgãos representativos do capital produtivo, a fim de constituir a sua equipe ministerial. Desse modo,

a pasta da Agricultura ficou com Roberto Rodrigues, então presidente da ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness, um dos segmentos mais dinâmicos da agricultura brasileira), enquanto para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi designado o empresário Luiz Fernando Furlan (presidente do Conselho de Administração da Sadia, grande grupo fabricante e exportador do ramo alimentício). Para a presidência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), principal órgão de financiamento público do Brasil, foi designado o economista e então reitor da UFRJ, Carlos Lessa, conhecido por suas posições desenvolvimentistas e favoráveis ao fortalecimento do parque produtivo nacional. Carlos Lessa permaneceu no cargo por dois anos. Em fins de 2004, foi substituído pelo então Ministro do Planejamento, Guido Mantega, também considerado um economista de perfil desenvolvimentista. Posteriormente, sob os efeitos da crise política, que teve início em meados de 2005, Mantega foi designado, em março de 2006, para a chefia do Ministério da Fazenda, em substituição a Antonio Palocci, assumindo a presidência do BNDES seu vice-presidente, Demian Fiocca, antes responsável pela chefia da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento (DINIZ, 2010, p. 67).

Além da formação da equipe ministerial, a presença do empresariado industrial no interior do aparato estatal também foi desenvolvida por meio da criação de uma estrutura institucional, na qual foram abertos canais de diálogos⁴² entre o Estado e os demais sujeitos sociais. A tabela abaixo ilustra esse processo político.

⁴² O processo de inflexão que o empresariado industrial tomou sob o governo Lula foi sentido nas eleições à presidência da FIESP, uma vez que “a vitória de Skaf expressa, antes de tudo, o realinhamento do empresariado em torno, não de uma dimensão econômica, mas de uma dimensão propriamente política da estratégia empresarial. Mais especificamente, o que assume o primeiro plano é a necessidade do empresariado de recuperar seu protagonismo na implantação do novo regime produtivo, no período pós-reformas orientadas para o mercado, tendo mais voz e maior capacidade de expressar e de fazer valer seus interesses no jogo político. Skaf ressaltou, em sua campanha, a relevância da maior proximidade em relação ao governo federal, reivindicando mais espaço para a defesa dos interesses industriais, de maneira a reverter o desequilíbrio que, desde o governo anterior, pesava a favor dos interesses financeiros, prejudicando a indústria doméstica. Destacou ainda a necessidade de criar e reforçar os canais de interlocução do empresariado com o governo, tendo em vista expandir o campo de ação da produção do país no comércio exterior e aumentar a competitividade da empresa brasileira no mercado internacional. Defendeu uma atuação de liderança da FIESP no processo de articulação político-institucional para melhorar a posição da indústria brasileira” (DINIZ, 2006, p. 28).

Tabela 1 – Nova estrutura institucional criada no Governo Lula

Nova estrutura institucional	Composição	Objetivos
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)	Presidente a República, que o preside, o Ministro Tarso Genro, e mais 11 ministros, e 90 representantes da sociedade civil, entre os quais, 41 empresários, 13 sindicatos de trabalhadores, 11 movimentos sociais, 10 personalidades, 3 entidades de classe, 2 representantes da cultura, 2 religiosos e 7 representantes das regiões Norte e Nordeste.	Institucionalizar um espaço de negociação entre Estado e sociedade civil.
Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)	13 ministros e pelo presidente do BNDES, por 11 empresários e 3 representantes dos trabalhadores.	Subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento industrial, às atividades de infraestrutura, à normatização de medidas que permitam maior competitividade das empresas e ao financiamento das atividades empreendedoras.
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)	Ministros de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Planejamento, Casa Civil e Agricultura, Integração Nacional e dos presidentes do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.	O objetivo desta agência é o de executar e articular ações e estratégias da política industrial por meio do apoio ao desenvolvimento do processo de inovação e do fomento à competitividade do setor produtivo.
Fórum Nacional do Trabalho	24 integrantes do governo federal, 24 trabalhadores e 24 empresários.	Promover o debate em torno da reforma da legislação sindical e trabalhista, buscando um consenso em torno dos principais aspectos daquela que constitui uma das mais polêmicas políticas da agenda de reformas.

Fonte: o próprio autor. Os dados contidos nessa tabela foram extraídos do texto: DINIZ, Eli. **Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15675/14196>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

Este quadro revela, entre outras questões, que o empresariado industrial, sob o neodesenvolvimentismo, alcançou um protagonismo político não encontrado nos governos Collor e FHC. Dito de outra maneira, esse novo desenho institucional mostra os canais pelos quais os empresários debatem os seus interesses materiais junto ao poder público e a outros sujeitos sociais.

Na abertura do seminário RedIndústria, o atual presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, afirmou que “o Congresso Nacional tem papel decisivo na melhoria do ambiente de negócios e na eliminação dos entraves ao desenvolvimento do país”. A contribuição do Congresso Nacional para elevar a competitividade do setor produtivo ocorre na medida em que “se tirasse do papel os projetos apoiados pela indústria” (CNI, 2013).

O posicionamento do presidente de um dos principais órgãos de representação da fração da burguesia industrial está em consonância com o atual estágio de participação política desse sujeito social. Diniz (2006) afirma que, objetivando por em voga as proposições defendidas a favor do setor industrial, as entidades representativas do empresariado industrial têm produzido relatórios e documentos, a fim de impor a posição dessa fração da burguesia acerca dos rumos que a política econômica deve tomar. A autora cita, por exemplo, o mapa estratégico construído pela CNI, no qual há temáticas que objetivam impulsionar o desenvolvimento econômico. Como ela salienta,

em linhas gerais, esses documentos têm um caráter genérico com propostas pouco detalhadas. O mapa estratégico lançado pela CNI em dezembro de 2005, por exemplo, procura fazer um levantamento dos principais entraves ao desenvolvimento industrial do país, propondo uma série de programas e grupos de trabalho com o objetivo de formular ou apoiar iniciativas que solucionem esses problemas. Dividido em 10 grupos temáticos, esses programas são muito mais propostas de temas a serem estudados do que propriamente projetos com estratégias definidas. São úteis, no entanto, para percebermos a abrangência de preocupações dessa entidade. Entre os 63 programas estratégicos delineados por esse documento da CNI, podemos destacar alguns pontos, como: o programa para desburocratização do Estado; o programa de redução do *deficit* público; o programa de desoneração total das exportações e investimentos; o programa de ampla reforma tributária para a competitividade e eficiência; o programa de eliminação de gargalos do sistema portuário e logística; o programa de modernização da administrações portuárias; o programa de redução da taxa básica de juros e *spread* bancário; o programa de retenção de recursos qualificados (ciência e tecnologia) em empresas e instituições de pesquisa; o programa da lei geral das micro e pequenas empresas, entre outros (DINIZ, 2006, p. 45-46).

No processo de reestruturação e modernização da CNI, observa-se, portanto, a aproximação da defesa dos seus interesses materiais no âmbito do legislativo. Essa nova maneira de exercer a pressão política se distingue da velha relação unilateral com o Executivo, típica de uma estrutura de representação corporativa tradicional. Segundo Diniz e Boschi (1999),

com a derrocada do regime autoritário, observa-se um reforço considerável das prerrogativas do Congresso, que passa a ter maior peso na produção legal do país, sobretudo no âmbito constitucional e em certas áreas de política setorial, delineando-se, assim, como espaço privilegiado da competição política. A atual revivescência da atividade parlamentar representa, sem dúvida, um marco na política brasileira. Basta lembrar que, a partir de 1930, o país passou por dois longos períodos sob governos autoritários, durante os quais o Legislativo ficou relegado a uma posição marginal (DINIZ; BOSCHI, 1999, p. 14).

A retomada do legislativo como lócus das disputas de interesses no período de redemocratização não significou, contudo, um posicionamento de destaque perante os demais poderes públicos, especialmente o Executivo⁴³. Este, por sua vez, foi dotado de um importante mecanismo de decisão, as Medidas Provisórias (MP). No entanto, os autores sinalizam a relevância que o legislativo exerce na dinâmica política, uma vez que “ali converge a ação de diferentes grupos que procuram exercer algum tipo de influencia sobre questões do seu interesse” (DINIZ; BOSCHI, 1999, p. 15).

⁴³ Embora o nosso objeto de pesquisa esteja centrado na atuação do capital produtivo no âmbito do legislativo, não desconsideramos a relação profícua entre esse sujeito social e o poder executivo. No entanto, destacamos que o governo Lula operou algumas mudanças nesse processo, na medida em que intencionava efetivar reformas no modelo neoliberal. Martuscelli (2013) argumenta que a aproximação entre o PT e os segmentos da burguesia interna pode ser compreendida, dentre outros mecanismos, a partir da análise do financiamento da campanha presidencial de 2002. De acordo com o autor, “as buscas do PT por aproximação de setores da burguesia interna e por articulações políticas com estes, em prol da efetivação de reformas no modelo neoliberal, traduziram-se na própria lista de contribuintes da campanha de Lula em 2002. [...] Na análise dos segmentos econômicos, é possível observar que o setor financeiro foi o maior doador nas campanhas dos dois principais presidentes. No entanto, os tucanos tinham a preferência dos banqueiros, que doaram à candidatura Serra R\$12,75 milhões — o equivalente a 45,86% do montante total de contribuições recebidas por essa candidatura — e quase a metade desse valor à candidatura Lula (R\$ 6,08 milhões). No que se refere à contribuição dos demais setores econômicos, é possível entrever uma ascendência da candidatura Lula nos seguintes segmentos: construção civil e imobiliário (76,9%), bebidas e alimentos (61,5%), siderúrgico (55%), químico e petroquímico (60,7%), agropecuário (100%), açúcar e álcool (100%), energia (100%), têxtil, couro e vestuário (93%), fabricação de veículos e peças (51,1%), comunicações (51,8%), eletroeletrônico (64,9%), farmacêutico (90,5%), metalúrgico (83,9%) e transporte (100%)” (MARTUSCELLI, 2013, p. 161-162).

Tendo em vista esta “mudança” política, o empresário industrial não se furta às pressões ao Congresso Nacional por meio de *lobbies*⁴⁴ como forma de garantir que seus interesses estejam assegurados na pauta daquela instituição.

Embora os autores concentrem seus estudos na prática do *lobby* empresarial, eles não deixam de advertir sobre a composição mais ampla das entidades que empregam essa forma de exercer a pressão política⁴⁵. Desse modo,

além dos grupos empresariais, outros segmentos como os trabalhadores sindicalizados, os grupos de aposentados e pensionistas, os grupos religiosos, ambientalistas, universitários e diversas organizações não governamentais, ao longo da última década, voltaram suas atenções para o Congresso Nacional. Trata-se de uma atuação tópica e concentrada, que se manifesta em função de temas específicos, cessando quando as questões são resolvidas ou retiradas da agenda parlamentar. Como em outros contextos democráticos, o lobismo, no Brasil, adquire um caráter difuso, exercendo-se através dos mais diversos tipos de organizações, envolvendo grande número de profissionais especializados e mobilizando vultuosos recursos (DINIZ; BOSCHI, 1999, p. 19-20).

Por sua vez, Silva (2011) aborda a atuação do empresariado industrial⁴⁶ no governo Lula, destacando o posicionamento da CNI sobre as questões internacionais⁴⁷. Ou seja, a autora aborda a posição política da CNI diante das ações que o Estado brasileiro desenvolvia no Mercosul, na Organização Mundial do Comércio (OMC) e entre Mercosul e União Europeia. Embora ela não estabeleça um diálogo com Bianchi (2004), Boito Jr. e Berringer (2013), suas conclusões estão de

⁴⁴ Dados relativos à década de 1990 revelam a ampliação de entidades de classe credenciadas junto à Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados cujo objetivo era acompanhar os trabalhos legislativos. Dentre essas entidades, destaca-se a presença exponencial das entidades empresariais. Segundo os autores, “até novembro de 1995, 47 entidades tinham sido credenciadas pela Primeira Secretaria da Câmara, revelando a persistência do interesse dos diferentes grupos pela pressão junto aos deputados. As entidades empresariais representariam um pouco menos da metade do total de credenciamentos entre 1993/1995” (DINIZ; BOSCHI, 1999, p. 19).

⁴⁵ A prática do *lobby* empresarial junto ao Congresso Nacional, especialmente nos anos 2000, interessa-nos sobremaneira, já que revela a aproximação da burguesia industrial com o Estado brasileiro. Esta discussão será retomada na próxima seção.

⁴⁶ O termo “empresariado industrial” proposto por Silva (2011) está mais próximo do campo teórico-conceitual de Diniz do que a concepção empregada por Bianchi (2004).

⁴⁷ Para uma análise mais detalhada sobre o posicionamento da CNI sobre as questões internacionais no governo Lula, ver: SILVA, Érica Cruz. **Atuação do empresariado brasileiro no governo Lula: o posicionamento da CNI sobre questões internacionais**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo (USP), 2011. Ver especialmente o capítulo 4: “Posicionamento e evolução da participação empresarial nas questões internacionais do governo Lula”.

acordo com as teses apresentadas por aqueles autores⁴⁸. De um lado, a CNI reforça seu papel de intelectual orgânico do empresariado industrial ao organizar as suas demandas políticas e econômicas. De outro, apesar de não fazer qualquer menção à frente neodesenvolvimentista, o posicionamento da CNI em relação à política externa só reflete os desdobramentos que a política interna exerceu sobre as questões internacionais. De todo modo, a representação política exercida pela CNI proporcionou maior visibilidade de seus interesses diante do comércio internacional.

Esses breves apontamentos permitem compreender de que maneira a burguesia interna nacional passou a ocupar um local mais privilegiado na cena política contemporânea, particularmente com a constituição da frente política neodesenvolvimentista. Observou-se, assim, que no campo da política externa houve uma reorientação com o intuito de absorver os interesses materiais e políticos das respectivas classes e frações de classe que compõem tal frente política.⁴⁹ Além disso, comprovam as teses que compreendem uma reaproximação da fração industrial do capital e o Estado brasileiro, e a maior participação deles na formulação da agenda pública brasileira.

Resta-nos, finalmente, passarmos para a última parte deste capítulo, quando analisaremos o diálogo entre a CNI e o Congresso Nacional por meio da *Agenda Legislativa da Indústria*.

⁴⁸ Na avaliação da política externa realizada pelos governos Lula e Dilma, Boito Jr. e Berringer (2013, p. 34) trabalham com as seguintes hipóteses: “Em primeiro lugar, e acima de tudo, ela deve ser entendida como parte da mudança ocorrida no interior do bloco no poder no Brasil. É nosso entendimento que a política externa de um Estado decorre das características do bloco no poder que controla esse Estado. Em segundo lugar, ela resulta, por razões distintas e em proporção menor, da nova presença política das classes populares na política nacional [...] não consideraremos o Estado como uma instituição homogênea, dotada de interesse e de poder próprios e cuja política externa estaria separada da política interna. São as mudanças na política interna brasileira, que surgiram, elas mesmas, vinculadas a alterações no cenário internacional, que explicam a nova política externa dos governos Lula e Dilma”.

⁴⁹ Boito Jr. e Berringer (2013, p. 34) destacam as ações políticas que o Estado brasileiro deve exercer, no campo da política externa, a fim de atender aos interesses econômicos da burguesia interna nacional, são elas: “(i) o apoio do Estado para a conquista de novos mercados para exportação de seus produtos e para a realização de investimentos diretos no exterior; (ii) a prioridade para os seus produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais; e (iii) uma maior proteção do Estado para o mercado interno. Para nós, foi justamente por isso que os principais focos de atuação internacional do Estado brasileiro foram: (i) a ênfase nas relações Sul-Sul; (ii) a prioridade dada à América do Sul; (iii) a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC); e (iv) as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”.

3.2 AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA: INTERLOCUÇÕES ENTRE O EMPRESARIADO INDUSTRIAL E O ESTADO NEODESENVOLVIMENTISTA

Esta seção analisa o modo pelo qual os interesses materiais da fração da burguesia industrial têm sido representados pela CNI, sob o neodesenvolvimentismo, no âmbito do Congresso Nacional. Como já dissemos antes, destacaremos os debates em torno das políticas públicas direcionadas para o mercado de trabalho brasileiro a partir da publicação da *Agenda Legislativa da Indústria*.⁵⁰

A fundação da CNI ocorreu em 12 de agosto de 1938; ela substituiu a antiga Confederação da Indústria do Brasil criada em 1933, a partir de uma iniciativa das federações das indústrias de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Diante do contexto histórico da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), esse órgão de representação da indústria nacional nasceu com o desafio de superar os problemas que o setor produtivo brasileiro possuía por meio de “estudos sobre o planejamento das atividades produtivas, a defesa do trabalho e o reequipamento do parque manufatureiro” (CNI, 2012).

Entre os anos de 1940 a 1969, a preocupação central da CNI estava relacionada à formação de capital humano disponível à indústria brasileira. Como resultado de suas ações, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942; o Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946; e, por fim, em 1969, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), com o objetivo de “fomentar o desenvolvimento econômico e social do Brasil” (CNI, 2012).

Hodiernamente, a CNI tem como principal pauta as reformas institucionais, pois advoga que são essenciais para o desenvolvimento econômico sustentado, competitivo, inovador e com alta produtividade (CNI, 2012).

⁵⁰ A avaliação da atuação da CNI no processo de formulação das políticas públicas para o mercado de trabalho brasileiro não esgota as possibilidades de análises com relação ao modo pelo qual as instituições representativas da classe burguesa e suas frações se posicionam diante das ações do Estado burguês. Portanto, pelos limites da presente pesquisa, não podemos averiguar todas as fissuras existentes no interior da fração da burguesia industrial. Para ampliar a atuação de outras entidades empresariais, veja-se, por exemplo, a reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, “Abimaq e Abinee criticam governo; Anfavea defende”. Esta matéria exemplifica as disputas intraburguesas presentes no interior do bloco no poder, uma vez que apresenta, a partir do posicionamento das três entidades, elementos de discordância em face da política econômica empreendida pelo Estado neodesenvolvimentista.

Nos anos 1990⁵¹, um tema central da burguesia industrial era o chamado “Custo Brasil” que, para a CNI, representava

as ineficiências e distorções que prejudicavam a competitividade dos produtos brasileiros em face da abertura da economia, da vigência de legislações inadequadas e de graves deficiências no provimento de bens públicos (CNI, 2012).

A *Agenda Legislativa da Indústria*, desse modo, foi criada, em 1996, enquanto um espaço de diálogo do setor industrial com o Estado brasileiro, a fim de pôr em pauta os principais entraves que o “Custo Brasil” impunha à produção nacional diante de um cenário de abertura econômica. No ano seguinte, a construção da agenda foi reestruturada com a participação efetiva das federações industriais de todos os estados, as quais se reuniram no seminário RedIndústria, com o objetivo de avaliarem as “proposições legislativas em exame no Congresso Nacional consideradas prioritárias para a melhoria das condições de competitividade da indústria brasileira” (CNI, 2012).

A última reestruturação no interior da *Agenda* foi realizada em 2008. Naquele ano, foi inserido um item denominado *Pauta Mínima*, no qual se elenca uma lista de proposições com a finalidade de agilizar as votações no Congresso Nacional acerca das temáticas relacionadas ao campo dos negócios do país.

Nesta pesquisa, analisamos a construção das *Agendas* no interior do processo de retomada do papel do legislativo enquanto espaço de decisões políticas. A despeito da prática do *lobby* empresarial no Congresso Nacional, a sua atuação prática concentra-se, particularmente, nas comissões especializadas. De acordo com Diniz e Boschi (2001, p. 17-18),

⁵¹ De acordo com Mancuso (2004), nos anos 1990, o tema do “Custo Brasil” é fortalecido no seio da fração da burguesia industrial em função das medidas tomadas pelo governo Collor, com o objetivo de promover a abertura comercial da economia brasileira. Nesse sentido, o governo federal realizou as seguintes ações: “extinguiu a maior parte das barreiras não tarifárias às importações, não apenas abolindo uma lista composta por centenas de produtos cuja importação era proibida, mas também pondo um fim à grande maioria dos regimes especiais de importação (exceção feita, por exemplo, aos casos da Zona Franca de Manaus e do setor de informática). Ainda naquele ano, Collor promoveu uma série de reduções nas tarifas de importação de produtos industrializados, tais como, têxteis; máquinas e insumos agrícolas; bens de capital não produzidos no país; produtos químicos e petroquímicos; cimento; alumínio e aço. Logo no início do ano seguinte, o governo divulgou um cronograma de reduções graduais de tarifas a ser cumprido em quatro etapas anuais, de 1991 a 1994. O cronograma foi cumprido e, mais do que isso, as duas últimas etapas foram antecipadas, de modo que, durante a administração Collor, foram vencidas três etapas do cronograma, e a última foi concluída no governo de Itamar Franco, que sucedeu Collor após sua renúncia” (MANCUSO, 2004, p. 507).

neste nível, a função de assessoramento é mais eficaz, tanto para os interesses do setor privado quanto para a incorporação de subsídios por parte dos parlamentares. São mencionadas diferentes comissões, dependendo da matéria em questão ou do segmento envolvido. Temas envolvendo um alto componente técnico do ponto de vista de conhecimento científico/tecnológico tendem a se dirigir à Comissão de Ciência e Tecnologia, não sem antes sofrer um crivo, também mencionado como importante, na Comissão de Constituição e Justiça. Ações deste tipo podem envolver também o Ministério da Ciência e Tecnologia e até mesmo contatos na esfera acadêmica, mencionados como um importante lastro para o sucesso das mesmas.

Em sintonia com essa temática, Mancuso (2004) analisa o processo de articulação dos interesses do empresariado industrial no âmbito da produção legislativa federal, a partir das ações da CNI por meio das *Agendas Legislativas da Indústria*⁵². O seu recorte histórico se refere aos projetos que foram publicados pelas *Agendas* entre o período de 1996 a 2003, quando encerraram-se as atividades parlamentares naquele ano. O trabalho de construção das *Agendas*, segundo Mancuso (2004), é caracterizada por cinco categorias: acompanhamento, análise, tomada de posição, orientação e pressão. O quadro abaixo apresenta cada um desses pontos:

⁵² Similar ao nosso referencial empírico, Mancuso (2004, p. 515) estabelece como “a principal fonte de informação sobre a atividade política da indústria [...] o LEGISDATA, banco de dados eletrônico que a CNI mantém e atualiza diariamente. Ele é composto por informações referentes ao *lobby* da indústria em face de milhares de proposições legislativas que interessam ao setor e que tramitam ou ainda estão tramitando na Câmara dos Deputados, no Senado Federal ou no Congresso Nacional. Dentre todas as proposições que formam o LEGISDATA, concentro a atenção especificamente em um subgrupo: aquelas que figuram nas *Agendas Legislativas da Indústria*”. Embora nos diferenciamos teórica e conceitualmente da perspectiva adotada por este autor, interessa-nos os resultados de sua pesquisa, pois são raros os trabalhos que tomam o papel da CNI na formulação legislativa direcionada ao mercado de trabalho como objeto de estudos.

Quadro 1 – Classificação das atividades realizadas pela CNI

1. *Acompanhamento* minucioso de cada passo da tramitação das matérias de interesse do setor nas Casas do Legislativo Federal.

2. *Análise* detalhada de cada uma das proposições legislativas. O processo de análise é contínuo, ou seja, o objeto da análise não são apenas as proposições originais. Cada vez que uma alteração é introduzida durante a tramitação do projeto que está sob foco — o que ocorre quando são apresentados substitutivos ou emendas, em comissões ou em plenário —, a indústria prepara nova análise, destacando o significado da alteração introduzida à luz dos interesses do setor. As análises são elaboradas por técnicos (advogados, economistas, entre outros) que focalizam as proposições de acordo com sua especialização. Tendo em vista o que concebem como interesses da indústria, os técnicos recomendam posições a serem tomadas pelos que contratam seus serviços.

3. A indústria adota uma *posição* diante de cada projeto, tendo como base a análise técnica. A posição tomada pela indústria em relação a cada proposta pode ser contrária; contrária, com ressalvas; neutra; favorável, com ressalvas ou favorável. A posição que a indústria toma sobre um projeto pode ser alterada por diversas razões. A mudança de posição pode estar ligada à adoção de um projeto substitutivo, à introdução de emendas no projeto original ou ao surgimento de projetos novos apensados ao projeto original.

4. *Orientação*. Os alvos principais dessa atividade são as próprias entidades que representam o setor industrial. A ideia é disseminar o resultado das análises técnicas das proposições legislativas, informar o que está em jogo, justificar a posição tomada e conformar no âmbito do setor uma avaliação homogênea das proposições.

5. A indústria desenvolve um esforço de *pressão política*. A prática da pressão corresponde diretamente à articulação de interesses, ou seja, à apresentação de demandas aos tomadores de decisão. A pressão política pode ocorrer em diversos estágios da produção legislativa: no estágio de discussão dos projetos nas duas Casas do Congresso Nacional, no de votação dos projetos nas comissões ou no plenário, no da sanção (ou veto) presidencial, ou ainda no estágio da votação pelos parlamentares de eventuais vetos do presidente. A pressão política em defesa dos interesses do empresariado industrial é exercida, algumas vezes, “por dentro” do processo de produção legislativa, o que ocorre quando os tomadores de decisão convidam oficialmente as entidades que representam os interesses do setor industrial para participar de audiências públicas ou reuniões de trabalho e apresentar sua posição. Outras vezes, a pressão política é realizada “por fora” do processo normal de produção legislativa, nos casos em que os contatos com os tomadores de decisão não ocorrem em encontros oficiais e em que a iniciativa é tomada, em geral, pelos representantes da indústria.

Fonte: o próprio autor. A partir da pesquisa de Mancuso (2004, p. 516 e 517).

A despeito dos resultados alcançados pelo autor, ele estabelece alguns parâmetros de classificação para verificar qual foi o grau de sucesso ou insucesso político obtido pela CNI. O término da tramitação de uma proposição legislativa ocorre por meio de cinco modalidades: nova norma jurídica; prejudicada (a proposição em questão perde a oportunidade por causa de decisão referente a outra proposição); rejeitada (em comissões com poder terminativo, no plenário da Câmara,

do Senado ou do Congresso Nacional); retirada pelo autor ou arquivada ao final da legislatura (MANCUSO, 2004, p. 519). Os desdobramentos de cada um desses critérios são apresentados da seguinte forma:

Quando uma proposição legislativa é transformada em norma jurídica e a posição da indústria em relação à versão final do projeto é *favorável, com ou sem ressalvas*, então a decisão é contada como um exemplo de *sucesso*. Por outro lado, se a posição da indústria é *contrária, com ou sem ressalvas*, à proposição transformada em norma jurídica, então a decisão é contada como um *insucesso*. Exatamente o mesmo critério é válido para o caso das proposições que foram prejudicadas pela aprovação de outras propostas. Se a posição da indústria em relação ao projeto que de fato foi aprovado é *favorável, com ou sem ressalvas*, então a decisão é considerada um caso de *sucesso*. Se a posição da indústria é *contrária, com ou sem ressalvas*, então a decisão é considerada um caso de *insucesso* (MANCUSO, 2004, p. 519-520).

Como é sabido, o principal alvo dos industriais e especialmente da CNI, nos anos de 1990, refere-se ao “Custo Brasil”. Os sucessos obtidos pela indústria e que influenciam a sua formação são divididos em dois grupos: o primeiro, o de sucesso, garante efetivamente a redução deste “custo”; o segundo possui um sucesso diferencial, pois, embora não garanta a sua redução efetiva, pelo menos impede o aumento. Os casos de insucesso seguem a mesma lógica (MANCUSO, 2004).

Dentre o período pesquisado pelo autor, ele observou que, no universo de 216 tramitações legislativas, a indústria alcançou níveis de sucessos superiores aos insucessos. Assim, obtêm-se os seguintes resultados:

37,5% dos sucessos políticos da indústria (54 sucessos) são obtidos com a aprovação de normas jurídicas novas que reduzem o custo Brasil, e, portanto, representam ganhos concretos para o segmento, pois mudam para melhor o *status quo*. [...] 62,5% dos sucessos políticos da indústria (90 sucessos) possuem uma natureza diferente. Não representam ganhos diretos para o setor, mas produzem alívio por meio da rejeição, retirada ou arquivamento de propostas que, se aprovadas, aumentariam o custo Brasil e mudariam o *status quo* para pior (MANCUSO, 2004, p. 525).

Na esfera dos insucessos, a situação é representada da seguinte maneira:

16,7% (12 insucessos) representam perdas reais para a indústria, dada a aprovação de normas jurídicas que o setor desaprova. Tais fracassos pioram o *status quo* e aumentam o custo Brasil. No entanto, 83,3% dos insucessos (60 insucessos) são de outro tipo e consistem em oportunidades desperdiçadas que frustram a indústria. Trata-se de projetos que reduziriam o custo Brasil se fossem aprovados, mas que, na verdade, foram rejeitados, retirados ou arquivados ao final da legislatura, preservando-se assim o *status quo*, em lugar de melhorá-lo (MANCUSO, 2004, p. 525-526).

O balanço entre os sucessos e os insucessos, tanto os ofensivos quanto os inofensivos, exprimem situação favorável ao setor industrial, uma vez que

a relação sucesso/insucesso entre as decisões que mudam o *status quo* é de 4,5 (54 sucessos para 12 insucessos) [...] Ou seja, para duas decisões que representam uma perda para a indústria, há nove decisões que representam ganhos reais! A segunda coluna mostra que a relação sucesso/insucesso entre as decisões que mantêm o *status quo* é de 1,5 (90 sucessos para 60 insucessos). Isto significa que, para cada duas decisões que frustram o empresariado industrial, existem três decisões que aliviam o setor. Dessa maneira, para a satisfação da indústria, não apenas os sucessos prevalecem sobre os insucessos em ambos os casos, como a chance de sucesso do setor no que diz respeito às decisões com maiores consequências práticas àquelas que transformam o *status quo* é três vezes maior que a chance de sucesso entre as decisões que mantêm o *status quo* intocado (MANCUSO, 2004, p. 526).

O autor também avalia os níveis de sucesso e insucesso das proposições legislativas que incidem na construção do “Custo Brasil”, a partir dos temas que a indústria destaca à formação desse tema. Os dados obtidos não sinalizam para alguma associação entre o grau de sucesso ou insucesso a um determinado item que compõe o “Custo Brasil” (MANCUSO, 2004). O aspecto mais significativo da sua decomposição diz respeito à preponderância de sucesso sobre os insucessos. Segundo o autor,

os sucessos predominam sobre os insucessos em todos os itens que compõem o custo Brasil. Dentre estes, a maior porcentagem de sucessos verifica-se entre as proposições de infraestrutura social (educação, saúde e previdência social). Neste tema, o nível de sucesso atinge a elevada marca de 77,8% dos casos. O de sucesso também é superior ao nível geral (66,7%) em dois outros itens do custo Brasil: entre as proposições de legislação trabalhista (74,6%) e entre as de infraestrutura material (68,4%). O grau de sucesso é inferior ao nível geral entre as proposições relativas ao custo de financiamento (62,5%), à regulamentação da atividade econômica (61,4%) e ao sistema tributário (57,9%). (MANCUSO, 2004, p. 531).

Os resultados obtidos por Mancuso (2004) revelam um grau elevado de satisfação dos interesses materiais da fração industrial no campo da produção de políticas públicas que incidem na formação do chamado “custo Brasil”. Não obstante o fato de que a hegemonia no interior do bloco no poder estava nas mãos fração do capital financeiro nacional e internacional, e que a burguesia industrial aderiu de forma heterogênea e subordinada ao projeto neoliberal, os dados levantados pelo autor sinalizam para a convergência entre a política estatal neoliberal e determinadas bandeiras levantadas por esta fração.

Nas próximas linhas, demonstraremos que, na primeira década dos anos 2000, a fração da burguesia industrial continuou a exercer pressão política no Congresso Nacional com a finalidade de defender os seus interesses econômicos, e que as *Agendas* continuaram a exercer um papel fundamental nesse processo.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, por meio da grande imprensa, tornou-se um importante porta-voz dessa corrente de pensamento. No campo da legislação trabalhista, o seu artigo “Custos trabalhistas asfixiam a indústria”, circulado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 25 de abril de 2012, defende claramente que a legislação trabalhista brasileira impede o aumento da competitividade da produção nacional, portanto, os direitos dos trabalhadores devem ser mitigados como forma de diminuir o chamado “Custo Brasil”.

Cabe aqui realizarmos uma breve digressão, a fim de entendermos melhor o que a CNI classifica como “Custo Brasil” e quais são os limites da sua compreensão.

Para o DIEESE (2006), há uma tentativa de desconstruir um discurso que relaciona os encargos sociais, especialmente os referentes à contratação da força de trabalho, a um obstáculo para a ampliação da oferta de emprego formal no Brasil, além de contribuir para a redução da competitividade da indústria nacional e inflar o chamado “Custo Brasil”. De acordo com o Dieese, existem duas vertentes predominantes nesse embate:

A primeira delas é de grande aceitação entre os empresários e alguns círculos acadêmicos que exercem influência destacada sobre o pensamento empresarial. A partir de um conceito restrito de salário, conclui que são elevados os encargos sociais no Brasil, que chegariam a atingir mais de 100% da folha de pagamentos (DIEESE, 2006, p, 7).

Por outro lado, a segunda perspectiva defende que os encargos trabalhistas são responsáveis por 20% a 30% da folha de pagamento.⁵³ No entanto, as disparidades de cada conclusão só foram possíveis chegar à medida que cada vertente trabalha, respectivamente, com uma concepção de salário e encargos sociais.

Para a primeira vertente, o conceito de salário operacionalizado representa a remuneração das horas efetivamente trabalhadas (DIEESE, 2006). Desse modo,

a base de comparação dos encargos não é a remuneração total do trabalhador, nem mesmo o seu salário contratual, mas apenas uma parte dele. A base de cálculo exclui do salário contratual a parte relativa ao descanso semanal remunerado, aos dias de férias e feriados, ao 13º salário, aos dias de afastamento por motivos de doença pagos pelas empresas, ao aviso prévio e à despesa por rescisão contratual. Todos esses itens são considerados, por essa vertente, como encargos sociais (DIEESE, 2006, p, 8).

Do lado oposto, o conceito de salário é compreendido de maneira mais ampla, ou seja, são levadas em consideração não apenas as horas efetivamente trabalhadas, mas as outras variáveis. Nesse sentido, o salário abrange os seguintes elementos: “o salário contratual recebido mensalmente, inclusive férias; o salário diferido (ou adiado), recebido uma vez a cada ano (13º salário e 1/3 de férias) e o salário recebido eventualmente (FGTS e outras verbas rescisórias)” (DIEESE, 2006, p, 8).

Os desdobramentos dessas concepções sobre o salário, uma mais restrita e outra mais ampla, incidem na compreensão dos encargos sociais e nos respectivos percentuais de 102% e 25,2% sobre os salários. Para a primeira perspectiva, os encargos sociais são considerados todas as variáveis que ultrapassam as horas efetivamente trabalhadas.

Para os críticos da primeira vertente, os encargos sociais assumem uma dimensão menor, pois, a partir de sua concepção de salário, o trabalhador possui uma remuneração média mensal composta por duas partes: de um lado, é a

⁵³ Segundo o Dieese (2006, p. 8), incluem-se nessa perspectiva os seguintes nomes: Edward Amadeo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); Demian Fiocca, articulista do jornal *Folha de S. Paulo* e pós-graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP); Jorge Jatobá, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ex-assessor especial do Ministério do Trabalho durante o governo Fernando Henrique Cardoso; Carlos Alonso B. de Oliveira, Paulo Eduardo de A. Baltar e Márcio Pochmann, pesquisadores do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

somatória “do salário contratual registrado na carteira, do percentual relativo à proporção mensal do 13º salário (8,33%) e do percentual relativo à proporção mensal do adicional de 1/3 de férias (2,78%), ambos recebidos anualmente”. Do outro, a segunda parte abrange o “percentual de recolhimento do FGTS (8% sobre o salário contratual mensal, sobre o 13º salário e sobre o adicional de 1/3 de férias) e pelo percentual relativo à proporção mensal do impacto das verbas indenizatórias” (DIEESE, 2006, p, 12).

Dessa perspectiva, para os teóricos da segunda vertente, os encargos sociais incidem em torno de 27,8% sobre a folha de pagamento do empregado e são compostos pelos seguintes itens: a) INSS: 20,0%; b) Seguro contra acidentes do trabalho (média): 2,0%; c) Salário-Educação: 2,5%, d) Incri: 0,2%; e) SESI ou SESC ou SEST: 1,5%; f) SENAI, SENAC ou SENAT: 1,0%; g) Sebrae: 0,6%.

O Dieese destaca que o pano de fundo destas controvérsias está centrado no seguinte ponto: os encargos sociais são sinônimos de obrigações trabalhistas? Segundo o texto, não. E de acordo com a perspectiva que compreende que os encargos sociais sobre a folha de pagamento giram em torno de 1/3 da remuneração média mensal obtida pelo trabalhador, é preciso ter claro quais são os limites que legislação trabalhista impõe sobre o denominado “Custo Brasil” e a competitividade da indústria nacional.

Nesse sentido,

obrigações trabalhistas constituem uma série de medidas que devem ser observadas pelos empregadores para a contratação legal de um assalariado. Entre essas obrigações trabalhistas, incluem-se, com efeito, aquelas que podem ser consideradas como encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos. Mas os encargos sociais não são sinônimos de obrigações trabalhistas, são apenas parte delas. As obrigações trabalhistas podem ser classificadas em vários grupos. Existem obrigações de natureza formal (como a assinatura da carteira de trabalho), de observância de limites (salário mínimo, jornada máxima de trabalho diário e semanal ou em turnos ininterruptos de revezamento), de observância de normas reguladoras (do trabalho da mulher e do menor de 18 anos, de segurança do trabalho), de pagamento de adicionais por trabalhos em condições especiais (horas extras, adicional noturno, de insalubridade e de periculosidade). Existem, ainda, obrigações relativas ao pagamento pelo trabalho em jornada e condições normais, tais como o próprio salário contratual (que, no caso de mensalistas, já inclui o descanso semanal remunerado e feriados), as férias anuais com adicional de 1/3 e o 13º salário. Outras obrigações de um contrato legal de trabalho referem-se aos mecanismos de proteção em caso de dispensa, tais como o recolhimento mensal de 8% do salário para a conta individual do trabalhador no FGTS, o pagamento de aviso prévio de trinta dias e da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS, quando a demissão sem justa causa ocorre por iniciativa do empregador (DIEESE, 2006, p. 16).

Por outro lado, os encargos sociais são compreendidos como contribuições impostas pelo Estado com o objetivo de financiar determinadas atividades sociais como a seguridade social, a assistência médica, o seguro enfermidade, o seguro desemprego e os programas de qualificação de mão de obra (DIEESE, 2006).

O Dieese desmistifica a tese defendida pelas entidades patronais que, de maneira gelatinosa, têm jogado para o mesmo campo as obrigações trabalhistas e os encargos sociais, como forma de dar legitimidade ao discurso de que ambos encarecem o “Custo Brasil” e dificultam a competitividade das empresas brasileiras.

O Dieese ainda defende que, no Brasil, os encargos sociais têm gerado um efeito negativo tímido no conjunto do custo total do trabalho⁵⁴. Portanto, ao contrário do que afirma a primeira vertente ao fazer uma comparação entre o custo da força de trabalho da indústria nacional e a internacional⁵⁵, a nossa está muito aquém dos países desenvolvidos. Os encargos sociais auferidos sobre o custo horário da mão de obra na indústria nacional não penalizam a competitividade delas no cenário nacional e internacional. Com base em um documento emitido pelo Banco Mundial sobre o “Custo Brasil”, o Dieese assinala outras variáveis que têm impactado a competitividade da indústria nacional no âmbito interno e externo. Assim,

para os analistas do BIRD, uma eventual redução dos encargos sociais “teria efeitos muito modestos sobre o custo das empresas”. De acordo com seus cálculos, na hipótese de redução de 50% dos encargos sociais que não revertem diretamente para o trabalhador, “haveria uma redução de apenas 2 a 5% no custo total das empresas”. Em contrapartida, “uma reforma no sistema de encargos sociais teria consequências significativamente negativas para a política fiscal do governo”. O referido relatório do Banco Mundial apontava, entre os principais fatores responsáveis pelo chamado “Custo Brasil”, a valorização cambial de meados da década de 90, as altas taxas de juros, os custos de fretes ferroviários e de operações portuárias, a sistemática de impostos indiretos e a ineficiência e falta de previsibilidade dos mecanismos de regulação governamental, quase todos virtualmente inalterados até o presente, inclusive a taxa de câmbio, que voltou a se valorizar nos últimos dois anos, após cinco anos de desvalorização iniciada em 1999 (DIEESE, 2006, p. 30).

⁵⁴ O custo do trabalho, para o empregador, representa a soma das despesas que ele realiza com o pagamento de salários, benefícios e encargos sociais sobre a folha de pagamentos (DIEESE, 2006, p. 28).

⁵⁵ Em estudo sobre a competitividade da indústria de transformação brasileira, realizado no início da década de 1990, Edward Amadeo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, afirma que os principais problemas da indústria brasileira, no que diz respeito à sua competitividade, não estão relacionados com o nível de salários nem com o peso dos encargos sobre a folha. Para o autor, o que importa, do ponto de vista da competitividade internacional, é o valor absoluto dos encargos e não a porcentagem que eles representam em relação à folha de pagamentos (DIEESE, 2006, p. 30).

Com esta digressão, procuramos desmistificar algumas concepções defendidas por setores empresariais, como os representados pela CNI que, a rigor, são os que nos interessam particularmente. Em outras palavras, analisamos de que maneira esta entidade empresarial tem apresentado seu discurso em defesa da formulação de políticas públicas para o mercado de trabalho brasileiro que, no fundo, diz respeito à flexibilização da legislação trabalhista. Ou seja, permanece em voga a desconstrução dos direitos trabalhistas em favor do aumento da competitividade da produção no cenário interno e externo.

O nosso recorte temporal para analisarmos as principais proposições contidas na *Agenda Legislativa da Indústria* são os anos de 2006 a 2010, período no qual o governo Lula intensificou a sua relação com os interesses econômicos da fração industrial do capital. Ao contrário de Mancuso⁵⁶ (2004), não avaliamos as proposições legislativas que tiveram o término de suas tramitações entre os anos de 2006 a 2010. Muitas delas se encontram presentes nas *Agendas* dos anos posteriores.

Entre o ano de 2006 a 2007, a *Agenda Legislativa da Indústria* foi composta por sete⁵⁷ eixos estruturantes. A tabela 2 ilustra quais são esses eixos e suas variáveis:

⁵⁶ Relembrando que Mancuso (2004) investigou as proposições legislativas cujas tramitação e encerramentos ocorreram no período de 1996 a dezembro de 2003.

⁵⁷ Os eixos “Questões Institucionais” e “Infraestrutura” estão ausentes, pois não apresentam subdivisões temáticas nas *Agendas*.

Tabela 2 – Eixos temáticos presentes nas *Agendas Legislativa da indústria*

Regulação da Economia	Legislação Trabalhista	Custo de Financiamento	Sistema Tributário	Infraestrutura Social	
Direitos de Propriedade e Contratos	Sistema de Negociação e Conciliação	Reforma do Sistema Financeiro	Reforma Tributária	Previdência Social	
		Mercado de Capitais	Carga Tributária, Criação de Tributos e Vinculação de Receitas	Responsabilidade Social	
Reforma do Estado	Adicionais				
Meio Ambiente	Organização Sindical e Contribuição				
Comércio Exterior					
Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	Relações Individuais de Trabalho		Desoneração das Exportações		
Integração Nacional	Segurança e Saúde do Trabalho				Desoneração de Investimentos
					Obrigações, Multas e Administração Tributárias
Acordos Internacionais de Comércio	Dispensa Benefícios				
	Duração do Trabalho				Defesa do Contribuinte
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Outras Modalidades de Contratos				
	Direito de Greve				
Defesa da Concorrência	Justiça do Trabalho				
	Política Salarial				

Fonte: o próprio autor. A partir da Confederação Nacional da Indústria (CNI). **Agenda Legislativa da Indústria.** Brasília, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.

Nas publicações entre os anos de 2008 a 2010, dois novos elementos são introduzidos: a *Pauta Mínima* e uma seção sobre o meio ambiente. Para os fins que nos interessam, dentre as possibilidades de temas presentes nesse instrumento de diálogo da fração da burguesia industrial, destacamos o eixo temático referente à Legislação Trabalhista. No interior desse eixo estruturante, abordamos os seguintes

temas: *Dispensa, Duração do Trabalho, Outras Modalidades de Contrato e Terceirização*.

Segundo Krein, Santos e Nunes (2011), nos anos 1990, o debate em torno dos problemas que afetavam o mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, o desemprego e a informalidade, era permeado por três vertentes:

a primeira posição, com caráter nitidamente ajustado aos preceitos do neoliberalismo é expressa por Pastore e Zylberstajn, entre outros, e encontra respaldo nas posições das principais entidades empresariais do país e de importantes organismos multilaterais, tais como o FMI, Banco Mundial e OMC. A segunda, com bases teóricas novo-keynesianas, aponta para a institucionalidade existente no país como responsável pelos problemas do mercado de trabalho, a partir da visão de que há uma flexibilidade perversa para ganhos de produtividade (KREIN; SANTOS; NUNES, 2011, p. 34).

A última surge enquanto um contraponto às duas anteriores. Refere-se à compreensão dos desdobramentos nocivos da flexibilização da legislação trabalhista, pois é “entendida como o fortalecimento da autorregulação pelo mercado em detrimento da regulação pública das relações de trabalho, gera precariedade e insegurança no mercado de trabalho” (KREIN; SANTOS; NUNES, 2011, p. 36).

Para os fins da presente pesquisa, ressaltamos o debate desenvolvido, principalmente, pelas duas primeiras correntes. Embora partam de pressupostos teóricos distintos⁵⁸, possuem em comum a crítica sobre o modo pelo qual o Estado brasileiro, a partir de uma base legal, regulamenta as relações de trabalho, ou seja, a relação entre capital e trabalho. Assim, interessa-nos a primeira vertente, pois está em consonância com os preceitos neoliberais introduzidos nos anos 1990.

Desse ângulo, o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado como extremamente rígido, uma vez que o excesso de regulação estatal cria um ambiente que engessa a relação entre o capital e o trabalho. Segundo a CNI (2005),

⁵⁸ A perspectiva neo-keynesiana critica a excessiva regulamentação que o Estado brasileiro possui sobre o mercado de trabalho. Assim, “defende que o problema central do mercado de trabalho brasileiro não é relativo à geração de postos de trabalho, mas é sim um problema relacionado à contratação de mão de obra. Busca, partindo dessa ideia, mostrar como há, no Brasil, uma institucionalidade que cria incentivos para a celebração de contratos de trabalho de curto prazo; o que, ao acarretar poucos vínculos entre empresas e trabalhadores, não estimularia grandes gastos com o treinamento desses. Assim, apesar de o país conseguir criar grande quantidade de postos de trabalho, estes acabam sendo caracterizados por apresentarem baixa produtividade e reduzidos salários. Ao contrário da posição anterior, acredita-se que o mercado de trabalho brasileiro já seria historicamente flexível tanto em relação ao salário real, que também tem baixo nível médio, quanto ao emprego” (KREIN; SANTOS; NUNES, 2011, p. 34 e 35).

o sistema de regulação das relações do trabalho é rígido e excessivo, o que dificulta a adaptação das empresas às mudanças conjunturais, afeta negativamente sua capacidade de competir no mercado mundial, inibe investimentos e desestimula a criação de novos postos de trabalho.

Observa-se, desse modo, que a CNI defende o enxugamento do Estado⁵⁹ e uma legislação trabalhista menos detalhista, na qual os sujeitos sociais estejam livres para se adequar às oscilações econômicas. Nesse sentido, “a adequação da legislação trabalhista envolve ações que incentivem a introdução de formas alternativas de contratação, diminuam os encargos trabalhistas e reduzam os obstáculos legais à livre negociação entre as partes” (CNI, 2005, p. 29).

Diante de uma realidade social na qual o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado por uma legislação trabalhista rígida e onerosa ao empregador, a flexibilização da legislação trabalhista está, portanto, no âmago do discurso sobre a modernização das relações de trabalho:

A modernização da legislação trabalhista é um elemento fundamental na estratégia da indústria de ampliar sua produtividade e qualidade, permitindo a aceleração do crescimento do produto industrial e da participação brasileira no comércio global (CNI, 2005, p. 29).

O discurso da CNI está calcado em uma perspectiva neoliberal que compreende que a solução dos problemas do mercado de trabalho brasileiro perpassa pela sua desregulamentação. Como assinalam os autores, para essa vertente,

⁵⁹ Sobre este ponto, concordamos com Krein, Santos e Nunes (2011), quando afirmam que o enxugamento do Estado, por meio da desregulamentação do mercado de trabalho, não significa a sua ausência, mas sua reorientação. Desse modo, “a desregulamentação é compreendida como um enfraquecimento do Estado e da negociação coletiva na normatização das relações de trabalho, fragilizando um padrão previamente existente de regulação pública do mercado de trabalho e fortalecendo uma regulação privada, nos âmbitos do mercado e do poder discricionário do empregador de estabelecer de forma discricionária e unilateral as condições de uso, contratação e remuneração do trabalho. É um processo que não se limita à redefinição das instituições públicas ou à eliminação de leis, mas também envolve a criação de novas, que visam dar um caráter mais flexível às relações de trabalho e, assim, ganha força a opção por utilizar o termo ‘flexibilização’ para caracterizar as tendências predominantes a partir dos anos 90”.

a solução para os problemas de nosso mercado de trabalho, então apresentada por essa corrente, seria a da flexibilização dos contratos de trabalho, buscando simplificar as legislações trabalhista e previdenciária, já que essa medida é vista como condição necessária para aumentar a produtividade e a competitividade das empresas, e para fomentar a criação de empregos, ao desobstruir os canais de entrada e reentrada dos trabalhadores no mercado formal de trabalho. Defende o estímulo a uma forma de regulação das relações de trabalho que se baseie na negociação direta entre trabalhadores e empregadores dentro das próprias firmas, com base na cooperação entre essas duas categorias, devendo o papel do Estado ser de apenas assegurar o funcionamento do mercado. E também se reduziria a interferência da Justiça do Trabalho na resolução de conflitos entre as partes, passando essa função a ser exercida por meio da conciliação ou arbitragem privada, com o objetivo de que a resolução dos conflitos internos ocorra de forma mais rápida e eficiente (KREIN; SANTOS; NUNES, 2011, p. 34).

Esse breve panorama do debate que se construiu nos anos 1990 sobre a maneira pela qual o Estado brasileiro ora é criticado pelo excesso de regulamentação do mercado de trabalho, ora por medidas que favorecem a flexibilização da legislação trabalhista⁶⁰, possui como pano de fundo a luta de classes e frações de classe no interior do bloco no poder.

Como salientamos antes, a fração da burguesia industrial alcançou uma posição mais privilegiada no seio do bloco no poder nos anos 2000, quando parte dos seus interesses, antes alijados pelos governos neoliberais, passou a ser contemplado pela política estatal do governo Lula. Como também já frisamos, esta posição não alterou o seu posicionamento político-ideológico em relação às políticas neoliberais de desregulamentação dos direitos trabalhistas. Isso fica claro no artigo do presidente da CNI:

⁶⁰ Krein, Santos e Nunes (2011) trabalham com a hipótese de que, sob o governo Lula, a agenda flexibilizadora do mercado de trabalho, embora permanecesse presente, começou a perder espaço no interior da agenda pública com a crise financeira mundial de 2008. Os autores apresentam algumas medidas tomadas pelo governo Lula, a fim de exemplificar em quais momentos penderam a favor da flexibilização e, em outros, quando foram desfavoráveis. Sobre este ponto, pode-se consultar também o CESIT. Texto para discussão 18. "O debate sobre a reforma trabalhista e as mpe no Brasil". Disponível em: <www.eco.unicamp.br/cesit/images/stories/18CadernosdoCESIT.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

A agenda em favor do aumento da competitividade da nossa economia, implantada em conjunto pelo governo e pela iniciativa privada, precisa agora chegar às relações de trabalho. A legislação trabalhista, arcaica e contraprodutiva, é um dos grandes empecilhos que temos para reduzir o custo Brasil, criar empregos e impulsionar o crescimento. Burocracia, excesso de regulamentação, insegurança jurídica, taxas, impostos e obrigações acessórias impedem a alta da produtividade e oneram as empresas em demasia, sem que isso represente benefícios diretos para os trabalhadores e suas famílias. [...] Cerca de 52 milhões de brasileiros não se beneficiam da legislação trabalhista ou são até prejudicados pelas barreiras que ela cria à formalização. Existe um enorme desafio de inserir essas pessoas no mercado formal, especialmente num cenário em que a economia está praticamente estagnada. Isso só será plenamente alcançado com a racionalização dos custos das empresas na hora de empregar. Garantida a proteção ao trabalhador, que é um valor inestimável da sociedade, é preciso reduzir os custos relacionados à contratação e à manutenção do quadro de funcionários. (“Modernizar o trabalho para crescer”, **O Estado de S. Paulo**, 28 de março de 2013).

Por sua vez, nos debates legislativos em defesa de sua *Agenda*, a CNI se posiciona por meio dos seguintes critérios: *divergente*, *divergente com ressalva*, *convergente* ou *convergente com ressalva*. Passemos a analisar os seus principais projetos de lei.

No que diz respeito à *dispensa*, ou seja, na capacidade de o empregador controlar o seu quadro de funcionários, temos a seguinte situação: o PLP 8/2003 do Dep. Maurício Rands (PT/PE), que “Regulamenta o inciso I do art. 7º da Constituição Federal, que protege a relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa”, determina que o empregador somente poderá despedir o empregado em duas hipóteses:

- por justo motivo objetivo – relacionado à dificuldade econômica ou financeira, ou reestruturação da empresa;
- por justo motivo subjetivo – relacionado à indisciplina ou ineficiência de desempenho do empregado.

Diante dessa matéria, a CNI se posiciona de modo *divergente*, uma vez que as

propostas que cerceiam a liberdade do empreendedor em gerenciar seu quadro de pessoal, ao invés de protegerem as relações de trabalho, acabam por inviabilizar empreendimentos, comprometendo a manutenção e criação de empregos no setor formal da economia. A solução, no entanto, não está na imposição de medidas mais rígidas nas relações de trabalho. O caminho é tornar atrativa a contratação da mão de obra (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA, 2006, p. 104).

Em outro dispositivo de proteção dos trabalhadores das demissões coletivas, por exemplo, o PL 6356/2005 do Dep. Vicentinho (PT/SP), a CNI, novamente, mantém uma postura de divergência, ao afirmar que ele é impraticável devido às exigências e encargos, “além de atingir o princípio constitucional da livre iniciativa e o poder diretivo do empregador” (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA, 2010, p. 27).

Sobre este ponto, observa-se que a CNI tem se mostrado contrária a qualquer tentativa de ampliação e aperfeiçoamento dos direitos trabalhistas. Para que não restem dúvidas a respeito, basta recorrermos ao seu próprio documento:

A ampliação de direitos aos trabalhadores, sobretudo os relativos à permanência no emprego, gera engessamento da relação de trabalho, impedindo a adequação às flutuações do mercado. Normas que, aparentemente, representam maior segurança para o trabalhador, podem implicar prejuízos financeiros desproporcionais às empresas, bem como ameaçar a sua sobrevivência e a consequente manutenção dos empregos, inibindo, ainda, a abertura de novos postos de trabalho. (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA, 2010, p. 112).

Em relação à *duração do trabalho*, a CNI propõe leis que sejam as menos detalhadas possíveis, permitindo que os “atores” da relação empregatícia estabeleçam alguma espécie de acordo coletivo, sem uma imposição legal. Entretanto, observa-se, mediante a análise subsequente dos dois projetos de lei, que a CNI mantém uma postura distinta na medida em que as proposições legislativas caminham ora no sentido de ampliar os direitos trabalhistas, ora no de flexibilizar tal legislação.

Nesse sentido, dentre as proposições legislativas referentes à *duração do trabalho*, destacamos a PEC 75/2003 do Sen. Paulo Paim (PT/RS), que “Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal” de 44 para 36 horas (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA, 2007, p. 112).

Como é de se esperar, a CNI diverge desta proposta, pois,

impõe a redução da carga horária, mas mantém o valor dos salários, o que, por si só, demonstra como é onerosa para o empregador. Se a redução de jornada acarretar a necessidade da contratação de novo empregado para produzir o mesmo resultado que obtém no regime atual de 44 horas, mais do que a criação de um posto de trabalho, estar-se-á, em verdade, diminuindo a produtividade da empresa, aumentando o custo de produção, os preços finais dos produtos e, conseqüentemente, diminuindo a sua competitividade no mercado (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA. 2007, p, 112-113).

Por outro lado, a CNI converge, com ressalva, com o PL 5019/2009 do deputado Júlio Delgado (PSB/MG), que “Altera o art. 2º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, para permitir a redução da jornada de trabalho nos termos que estabelece”. Em síntese, ele defende a redução da jornada de trabalho, mediante acordo celebrado com os sindicatos dos empregados, nas empresas que apresentarem queda média de 20% ou mais em suas vendas nos três meses anteriores quando comparadas com igual período do ano anterior. A queda nas vendas deverá ser comprovada por meio de notas fiscais emitidas durante o período de referência, ou de balancete-resumo. Mantém a previsão de que o prazo da redução da jornada não poderá exceder a três meses, prorrogados por igual período, e a redução salarial será permitida em até 25% do salário contratual:

A proposta traz segurança jurídica e legitimidade a uma prática necessária nas relações do trabalho. Existe a necessidade de um dispositivo legal e um indicador objetivo que autorize, mediante norma coletiva, a redução de jornada com redução de salário. [...] Todavia, o projeto se refere à limitação da comprovação da dificuldade econômica apenas através da demonstração da queda média de 20% das vendas nos três meses anteriores, quando comparadas ao igual período do ano anterior. Embora seja um critério de clara visualização da dificuldade econômica, ele não pode ser exaustivo, já que há situações de grave dificuldade que não podem ser comprovadas dessa forma. [...] Dessa forma, sugerimos que seja mantido o critério adotado no projeto de lei, mas que também seja permitida a comprovação de dificuldade econômica por outras maneiras, de acordo com a singularidade de cada situação. (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA, 2010, p. 120).

Sobre as *Outras Modalidades de Contrato e Terceirização*, a CNI “defende” a necessidade da preservação dos direitos “fundamentais” dos trabalhadores, embora seja também imprescindível uma legislação que traga segurança jurídica às empresas que adotam essas novas modalidades de trabalho:

É necessário conferir tratamento legal que legitime outras formas de contratação de trabalho, como aquelas que envolvem o trabalho cooperado ou por conta própria, o serviço terceirizado ou prestado a distância, bem como os decorrentes de técnicas atuais de gestão e da nova tecnologia da informação. O sistema atual estimula a informalidade, cujas consequências são a sonegação de impostos, a concorrência desleal ao empregador formal e o desamparo do trabalhador. A regulação básica de novas modalidades de contrato de trabalho confere maior segurança jurídica às empresas e aos trabalhadores, o que propicia a ampliação de empregos formais sem comprometer direitos sociais do trabalhador, que poderá até mesmo prestar serviços para mais de uma empresa (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA, 2010, p. 121).

No tocante ao processo de terceirização⁶¹, a CNI afirma que a regulamentação do trabalho terceirizado é essencial à modernização das relações de trabalho e ao aumento da capacidade competitiva das empresas. Desse modo,

a terceirização reflete um processo de adaptação das empresas às novas exigências do mercado. A especialização obtida pela empresa com a terceirização racionaliza custos, permite acesso à inovação, otimiza o processo produtivo e gera empregos formais. A ausência de normas para a prática dos serviços terceirizados constitui entrave ao desenvolvimento econômico, visto que as incertezas quanto à possibilidade de terceirizar serviços especializados causam insegurança jurídica, inibem investimentos e reduzem a competitividade e a oferta de novas vagas no mercado de trabalho. É necessária a regulamentação da terceirização, de modo que possa ser utilizada para quaisquer atividades da empresa e em qualquer setor da economia, preservando-se os direitos fundamentais dos trabalhadores (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA, 2010, p. 124-125).

Não obstante o debate promovido pela CNI, este tema se centra principalmente em torno do PL 4.330/2004 do Dep. Sandro Mabel (PL/GO), embora as tentativas de normatização e regulação remontem aos anos 1970 e 1980, conforme Biavaschi et al. (2013, p. 8):

⁶¹ Trata-se de uma forma de contratação da força de trabalho atípica, sendo de fundamental importância analisá-la, na medida em que as pesquisas têm apontado para o avanço dessa modalidade de contratação, além do movimento da precarização das condições de trabalho às quais os trabalhadores são submetidos. Para um panorama geral desse processo, ver DIEESE/CUT. Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha. DIEESE/CUT: São Paulo, 2011. Disponível em: <www.sinttel.org.br/downloads/dossie_terceirizacao_cut.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

Em 1974, a Lei 6.019/74, “Lei do Trabalho Temporário”, abriu as portas para a terceirização ao introduzir [...] mecanismos legais para as empresas enfrentarem a competitividade do sistema econômico globalizado, possibilitando-lhes contratar mão de obra qualificada por menor custo e sem responsabilidade direta dos tomadores dessas atividades. Em 1983, a Lei 7.102/83 estendeu para os serviços de vigilância essa contratação atípica.

Entretanto, a fim de coibir a ampliação dessa forma de contrato de trabalho aos demais setores econômicos, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), por meio da Resolução nº 04/86, de 22 de setembro de 1986, incorporou em seus Enunciados o de número 256, que afirma o seguinte:

Salvo nos casos de trabalho temporário e de serviços de vigilância, previstos nas Leis nº 6.019, de 3.1.74 e 7.102, de 20.6.83, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador de serviços (BIAVASCHI et al. 2013, p. 8).

Nos anos 2000, o processo de regulamentação da terceirização sofre novas dinâmicas. O Enunciado 256, que até o momento balizava as decisões judiciais sobre o tema, é revisto e uma nova normatização é construída: a Súmula 331⁶².

Em novembro de 2010, uma nova redação foi dada à Súmula 331. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a Ação Declaratória de Constitucionalidade do artigo 71, § 1º da Lei de Licitações proposta pelo governador do Distrito Federal. A essência desse dispositivo estava centrada no debate das responsabilidades subsidiárias ou solidárias das empresas tomadoras de serviço. De acordo com os autores,

⁶² Biavaschi et al. (2013, p. 9) esclarecem quais são os principais aspectos que singularizam a Súmula 331: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – LEGALIDADE – REVISÃO DO ENUNCIADO N. 256.

1 – A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário [Lei n. 6.019, de 3.1.74]. II – A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional [art. 37, II, da Constituição da República]. III – Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância [Lei n. 7.102, de 20.0.83], de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade a subordinação direta. IV – *O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial [artigo 71 da Lei n. 8.666/93] (grifos nossos).*

o que o dispositivo prevê é que não se transfere à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento aos empregados das terceirizadas das obrigações trabalhistas a que têm direito quando essas empresas, contratadas pelo Poder Público, são inadimplentes. E ao desobrigar o Ente Público dessas obrigações favorece a ampliação da Terceirização no serviço público (BIAVASCHI et al., 2013, p. 10).

Diante da exposição desses dois instrumentos normativos (Enunciado 256 e Súmula 331), observa-se que a Justiça do Trabalho teve um papel relevante na tentativa de construir um parâmetro legal à terceirização. No entanto, o entendimento que a Justiça do Trabalho possui sobre os processos judiciais trabalhistas que envolvem essa forma de contratação não são homogêneos, ou seja, a compreensão da passagem do Enunciado 256 à Súmula 331 não descartou decisões heterogêneas⁶³.

Retomando o fio condutor desta dissertação, a terceirização será regulamentada através dos seguintes itens (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA, 2010, p. 125):

- Atividades terceirizadas – permite a terceirização de atividades-meio e atividades-fim da contratante.
- Responsabilidade subsidiária – a empresa contratante será subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços.
- Responsabilidade solidária – quando a empresa prestadora subcontratar outra empresa para realização dos serviços, será solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas assumidas pela empresa subcontratada.
- Capital social mínimo da empresa prestadora – exige da empresa prestadora de serviços capital social mínimo compatível com o número de empregados.
- Imobilização do capital social – convenção ou acordo coletivo de trabalho poderá exigir a imobilização em até 50% dos valores do capital social da empresa prestadora de serviços.
- Contribuição sindical – a contribuição sindical deverá ser recolhida ao sindicato representante da categoria profissional correspondente à atividade exercida pelo trabalhador na empresa contratante.
- Multa – o descumprimento das normas sujeita a empresa infratora ao pagamento de multa administrativa de R\$500,00 por trabalhador prejudicado.

⁶³ Tal hipótese foi comprovada por Biavaschi (2008) ao destacar o papel que a Justiça do Trabalho desempenhou nos processos judiciais envolvendo a terceirização da força de trabalho.

Diante dos pontos preconizados pelo PL 4.330/2004, a CNI defende a sua aprovação, uma vez que acredita no conteúdo “modernizador” que a regulamentação da terceirização incidirá para o desenvolvimento do mercado de trabalho nacional:

O projeto compõe os interesses dos trabalhadores terceirizados, das empresas contratadas e das contratantes, inserindo no ordenamento jurídico uma regulamentação necessária. O vácuo de regulamentação para a prática dos serviços terceirizados constitui fator de agravamento do desemprego, pois a incerteza quanto à possibilidade ou não de terceirizar serviços inibe investimentos e constitui mais um entrave ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA, 2010, p. 126).

Não obstante o emprego da terceirização⁶⁴ esteja amplamente difundido no mercado de trabalho brasileiro e as entidades patronais avaliem positivamente a sua regulamentação, os embates sociais se fazem presentes no processo de tramitação desse projeto de lei. Biavaschi et al. (2013) traçou um panorama das forças sociais que, na contramão da CNI, tentaram frear a votação do PL 4.330/2004 e colocaram em pauta os desdobramentos negativos que a aprovação desse projeto poderá incidir sobre os trabalhadores. Nesse sentido, os autores destacam a importância que teve o Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização nesse processo:

Devolvido para a votação, a partir de grande mobilização de Centrais Sindicais, em especial da Central Única dos Trabalhadores, CUT, que incluiu na pauta das negociações com o Governo o tema da terceirização, e das entidades que compõem o Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, esta foi adiada para o dia 09 de julho de 2013, na CCJ. Ampla mobilização é aguardada em Brasília para esse dia, com participação das entidades que integram o referido Fórum Nacional, dentre outras, a CUT, a Central dos Trabalhadores do Brasil, CTB, a Intersindical, a Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas, ALAL, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, ANAMATRA, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, ANPT, trabalhadores bancários, por meio de seus sindicatos, e petroleiros, por meio da Federação Única dos Petroleiros, FUP, a Confederação Nacional dos Químicos, CNQ, e integrantes individuais do Fórum (BIAVASCHI et al., 2013, p. 19).

⁶⁴ Pesquisa realizada pela CNI indica que 54% das empresas industriais utilizam serviços terceirizados e que 46% dessas empresas teriam sua competitividade prejudicada caso não fosse possível utilizá-los (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA. 2013, p. 30).

A mobilização desses intelectuais orgânicos, concepção também empregada por Bianchi, em favor das classes dominadas, foi significativa, uma vez que foram contrários aos argumentos empresariais em defesa de seus próprios interesses. Como resultado,

o Fórum desenvolveu no ano de 2012 diversas atividades políticas, Audiências Públicas em várias Assembleias Legislativas Regionais, atividade acadêmica no ano de 2012, coordenada pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, CESIT/IE/UNICAMP, com participação de entidades representativas do mundo do trabalho, entre elas o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, DIEESE, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, ANAMATRA, a Associação Latino Americana de Advogados Trabalhistas, ALAL, a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, ABET, Centrais Sindicais e lideranças de trabalhadores, professores, pesquisadores, estudiosos do tema. No dia 11 de junho de 2013, a mobilização tanto do Fórum quanto, especificamente, das entidades que o compõem, em especial as Centrais Sindicais, resultou na suspensão temporária da tramitação do PL 4330/04 e na abertura dos debates com o Governo Federal sobre o assunto. Nessa dinâmica, no dia 12 de junho de 2013, foi realizada uma reunião entre o Governo Federal e as Centrais Sindicais, ficando definida a criação de uma mesa quadripartite: Governo Federal, Congresso, Centrais Sindicais dos Trabalhadores e do patronato para discutir o tema da regulação aqui abordada, com o agendamento de uma primeira rodada de discussões (BIAVASCHI et al., 2013, p. 27).

A referência a esse último aspecto, isto é, às forças sociais que lutam em torno da tramitação de um PL, sob a frente neodesenvolvimentista, é imprescindível porque demonstra o recuo da fração hegemônica e a possibilidade de avanços pontuais das classes dominadas. Como foi o caso da suspensão da votação de um PL extremamente identificado com a fração do capital industrial.

Pelos projetos de lei presentes na *Agenda Legislativa da Indústria*, pode-se afirmar que, para a CNI, o debate em torno da regulamentação das relações de trabalho deve ser pautado pela flexibilização da legislação trabalhista, sendo este um mecanismo essencial para o aumento da competitividade da indústria brasileira em um contexto de capitalismo globalizado.

Em perspectiva classista, o posicionamento da CNI poderia ser sintetizado do seguinte modo: caso um projeto de lei seja mais favorável aos trabalhadores, declarar-se-á contrária. Dito de outro modo, aperfeiçoar uma legislação trabalhista a favor dos trabalhadores, por meio da consolidação e expansão dos direitos

trabalhistas, torna-se uma realidade anacrônica em face do atual estágio do capitalismo.

Não obstante a frente desenvolvimentista comporte em seu interior tanto a fração industrial, como setores dos trabalhadores assalariados, observa-se que, pelo menos em relação à legislação trabalhista, os seus interesses são divergentes. Enquanto a CNI quer desmontá-los, em nome da competitividade interna e externa, os trabalhadores querem assegurar as suas conquistas.⁶⁵

Em relação ao objeto proposto, concluímos que as *Agendas* são um instrumento imprescindível de exercer pressão política do setor industrial sobre a arena legislativa e, obviamente, de garantia dos interesses da fração industrial. Por outro lado, em relação aos trabalhadores, as formas de realizarem pressão política no Congresso Nacional permanecem em aberto, ainda mais quando o modelo neodesenvolvimentista demonstra sinais de fraqueza.

⁶⁵ Para uma discussão sobre os interesses dos sujeitos sociais acerca da reforma trabalhista no governo Lula e o Fórum Nacional do Trabalho, ver: CESIT. Texto para discussão 18. **O debate sobre a reforma trabalhista e as MPE no Brasil**. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/cesit/images/stories/18CadernosdoCESIT.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CONCLUSÃO

No decorrer desta dissertação, analisamos a atuação da burguesia interna brasileira, particularmente a sua fração industrial, no processo de formulação das políticas públicas orientadas para o mercado de trabalho nos anos 2000. Avaliamos, portanto, uma das principais entidades de representação dos interesses políticos e econômicos dessa fração do capital, a CNI. Concentramos nossos esforços no debate promovido em torno da publicação denominada *Agendas Legislativas da Indústria*.

Esta publicação representa um importante mecanismo de pressão política dos industriais no âmbito do legislativo. Ou seja, os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional são alvo de avaliação dos setores industriais, na medida em que compreendem os possíveis ganhos e perdas que a aprovação de uma nova proposição legislativa pode incidir sobre os seus interesses materiais. Nos anos 1990, a defesa dos seus interesses corporativos estava associada à problemática do “Custo Brasil”. Este, por sua vez, era apreendido como o principal obstáculo à competitividade da indústria nacional no cenário externo.

Propusemos um recorte temporal entre os anos 2006 e 2010, por estar associado a algumas transformações no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Isto é, ao surgimento do chamado “neodesenvolvimentismo”, que representou, no plano da política econômica, uma postura distinta do Estado burguês brasileiro em relação às classes e frações de classes que integram o bloco no poder. Nosso ponto de partida teórico permitiu averiguar as principais modificações que o Estado brasileiro operou no campo da política estatal, tomando como referencial as lutas intraburguesas no interior do bloco no poder no período imediatamente anterior, ou seja, nos anos 1990 e 2000.

Desse modo, nos anos 1990, o neoliberalismo passou a balizar as ações empreendidas pelo Estado brasileiro, além de reorganizar as relações de classe e frações das classes dominantes. A espinha dorsal da política neoliberal estava assentada na abertura comercial e na desregulamentação financeira. Essa opção é reflexo da elevação do capital financeiro internacional como fração hegemônica, na medida em que os seus interesses políticos e econômicos estavam em consonância com o conjunto do projeto político neoliberal.

Esse panorama permitiu que a fração industrial tivesse os seus interesses de classe postos em um plano secundário do horizonte da política estatal. Exemplificamos essa realidade quando debatemos os efeitos nocivos da política de abertura econômica sobre a atividade produtiva de uma parcela dos setores industriais.

Observamos que a incompatibilidade do programa político neoliberal e as expectativas da burguesia industrial não se expressaram de forma uníssona, uma vez que esse sujeito social flertava com outros pontos da ortodoxia convencional, especialmente com relação às privatizações e às reformas liberais. Neste último caso, destacamos a defesa da desregulamentação do mercado de trabalho como norte a ser seguido pela política governamental.

Grosso modo, a absorção do receituário neoliberal pelo Estado burguês brasileiro significou um rearranjo de forças sociais presentes no bloco no poder. Houve, portanto, o desenvolvimento de uma batalha travada entre o capital improdutivo e o produtivo a fim de pautar a política estatal.

Alertamos que esse cenário sofreu algumas transformações no início dos anos 2000, particularmente a partir do segundo mandato do governo Lula. No campo da política econômica, travou-se uma disputa entre duas escolas de pensamento econômico que, no fundo, revelava as disputas intraburguesas:⁶⁶ de um lado, os neodesenvolvimentistas; do outro, o neoliberalismo ortodoxo. Não obstante a cena política apontasse para uma possível dualidade na efetivação das políticas econômicas entre os governos de FHC e Lula, considerou serem equivocadas as análises que partem desse pressuposto, pois permanecem inalterados os principais pilares que sustentavam o programa político neoliberal dos anos 1990. No entanto, chamamos a atenção para o seguinte fato: o governo Lula operou uma política econômica e social mais próxima do receituário neodesenvolvimentista e que, portanto, pode ser caracterizada como uma política que engendrou um “ativismo estatal” ou um “social-liberalismo”.

Concentramos, desse modo, os nossos esforços na análise das relações de classe e frações de classe que sustentaram as principais modificações no seio do

⁶⁶ Segundo Boito Jr. (2013), “o que ainda não está claro para muitos observadores é que essas correntes de opinião econômica ou de escolas de pensamento vocalizam, na luta de ideias, interesses de diferentes frações da burguesia que, por sua vez, contam com aliados ou apoiadores em diferentes setores das classes populares. Ou seja, que a luta de ideias repercute e participa, de maneira complexa, dos conflitos de classe que atravessam a sociedade brasileira”.

bloco no poder na conjuntura “neodesenvolvimentista”. Para tanto, tomamos de empréstimo a reflexão que Boito Jr. (2012) realizou a partir da atuação da “frente política neodesenvolvimentista”. Em outras palavras, esta frente permitiu a ascensão da burguesia interna a uma posição mais privilegiada no âmago do bloco no poder, embora a hegemonia da fração do capital financeiro permanecesse intacta. Desse modo, verificamos que os seus interesses materiais saíram da penumbra dos anos 1990 e passaram a ser atendidos pela política governamental, por exemplo, no campo da política externa desenvolvida pelos governos de Lula e Dilma. Apesar de ela ter estabelecido que o neoliberalismo ortodoxo era um adversário a ser combatido, observou-se que as clivagens entre a força hegemônica (fração financeira) e a força principal (operária e popular) sinalizaram as contradições presentes no seu seio. A investigação dessas contradições permitiu-nos examinar a atuação da CNI na formulação da agenda pública para o mercado de trabalho dos anos 2000. Mas foi exatamente aí que as contradições das classes e frações de classe que compõem a frente política neodesenvolvimentista se mostraram as claras.

Concomitante às transformações analisadas anteriormente, constatamos que a burguesia interna recuperou, entre outras instâncias, a arena do legislativo como instrumento de pressão política. Apoiando-nos nas análises de Bianchi (2003), concluímos que a atuação da CNI, através das *Agendas Legislativas da Indústria*, representou a mobilização desse intelectual orgânico a favor dos interesses políticos e materiais do capital produtivo.

Em suma, concordamos com Saes (2001), quando o autor afirma que a luta política deve ser orientada no sentido de construir um Estado burguês brasileiro pautado por um projeto de desenvolvimento nacional que supere a política estatal neoliberal. Segundo ele, tal possibilidade pode se concretizar sob um “neodesenvolvimentismo conservador” que pressuponha a regulamentação da vida social com base em parâmetros minimamente democráticos, como o fomento a uma legislação trabalhista que garanta aos trabalhadores condições dignas para exercerem as suas atividades laborais, e bloqueiem os mecanismos que incidem na precarização das relações de trabalho.

Do que expomos nesta dissertação, há vários elementos que indicam que as classes dominantes brasileiras continuam a flertar com o neoliberalismo ortodoxo, embora os setores industriais estabelecessem canais de comunicação com as

classes populares a fim de combater alguns pontos do receituário neoliberal. Parece-nos que essas questões devem estar presentes no horizonte de luta das classes trabalhadoras e populares com o objetivo de evitar que se dilate ainda mais o fosso entre a escola de pensamento neodesenvolvimentista e a sua real efetivação em políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

a) Livros, artigos e trabalhos acadêmicos

BALTAR et al. Trabalho no Governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. Global Labour University Working Papers, n. 9, may 2010. Disponível em: <www.global-labouuniversity.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No._9_portuguese.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

BIAVASCHI, Magda Barros. A terceirização e a justiça do trabalho. **Rev. TST**, Brasília, v. 74, n. 4, out./dez. 2008

BIAVASCHI, M. B; DROPPA, A; CUEVAS MARQUES, A. C. B. A terceirização no Brasil: limites e possibilidades de regulação. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 2013, Curitiba. **Anais....**Curitiba, 2013.

BOITO JR., Armando. A burguesia no governo Lula. **Crítica Marxista**, n. 21, 2005.

_____. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. **Crítica Marxista**, n. 15, 2002.

_____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 28, p. 57-73, jun. 2007.

_____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andreia (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. **Pensamento econômico e conflitos de classe**. 2 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12522>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JR., A; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de sociologia e política**, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **10 anos do Bolsa Família**. Disponível em: <<http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20. n. 3, p. 5-24, 2006.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CESIT. **O debate sobre a reforma trabalhista e as MPE no Brasil**. Texto para discussão 18. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/cesit/images/stories/18CadernosdoCESIT.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: 2012.

_____. **Encargos sociais no Brasil: conceito, magnitude e reflexos no emprego**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAB0ABAFF6414/Prod04_2006.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil. Relatório técnico. <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAAF91A9E060F/Prod03_2007.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

DIEESE/CUT. **Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha**. DIEESE/CUT: São Paulo, 2011. Disponível em: <www.sinttel.org.br/downloads/dossie_terceirizacao_cut.pdf>. Acesso em: 05 out. 2014.

DINIZ, Eli. As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 1996.

_____. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política e Sociedade** – Revista de Sociologia Política, v. 9. n. 17, 2010.

_____. **Empresário, Estado e Democracia: continuidade e mudança entre os governos Fernando Henrique e Lula**. 2005. Disponível em: <<http://neic.iesp.uerj.br/textos/Empres%C3%83%C2%A1rio,Estado%20e%20DemocraciaFHC%20e%20Lula.doc>>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Empresários e Governo Lula: percepções e ação política entre 2002 e 2006**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/5workshop/pdf/mesa02_eli.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2014.

DINIZ, Eli. **Neoliberalismo e corporativismo: As duas faces do capitalismo industrial no Brasil**". 1992. Disponível em: <www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_05.htm>. Acesso em 31 jan. 2014. Acesso em: 05 maio 2014.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Globalização e Elites Empresariais: Padrões alternativos de relações entre os setores público e privado no Brasil. In: XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2000. **Anais...**, 2000.

_____. O Legislativo como Arena de Interesses Organizados: A Atuação dos Lobbies Empresariais. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico/EDUFJF, v. 5, n. 1, 1999.

_____. Reconfiguração do mundo empresarial: associações de representação de interesses, lideranças e ação política. In: XXV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2001. **Anais...**, 2001.

DINIZ, Eli; BRESSER-PEREIRA, L. C. Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?. Disponível em:

<www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.03.EMPRES%C3%A1RIOS%20DEPOIS%20DO%20FIM%20DA%20HEGEMONIA%20NEOLIBERAL.pdf>. Acesso em: 09. jan. 2014.

_____. Os empresários industriais brasileiros depois do fim da hegemonia neoliberal. **Texto para discussão**, São Paulo, n. 321, Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP), 2013.

_____. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos Estudos**, n. 84, 2009.

FAGNANI, E. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para Discussão**, Campinas, IE/UNICAMP, n. 192, jun. 2011.

FARIAS, F. P. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, n. 28, 2009.

GONÇALVES, Reinaldo. Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. In: I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS – CODE 2011. **Anais...**, 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf>. Acesso em: 05. Dez. 2013.

_____. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L. e NUNES, B. T. Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. **Revista ABET**, v. X, n. 2., jul./dez. 2011.

MANCUSO, Wagner P. O *Lobby* da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, 2004, p. 505-547.

MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: O novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 4 (124), p. 507-527, out./dez. 2011.

POULANTZAS, Nicos. **A Crise das ditaduras**: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAES, Décio. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

_____. **República do Capital**: capitalismo e processo político no Brasil. Boitempo: São Paulo, 2001.

SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SICSÚ, J; PAULA, L. F. de; e MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo?. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4 (108), p. 507-524, out./dez. 2007.

b) Documentos e resoluções de entidades e instituições

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Agenda Legislativa da Indústria**. Brasília, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.

_____. **Agenda Legislativa da Indústria**. 25 abr. 2012. Disponível em: <www.portaldaindustria.com.br/cni/cni-em-acao/agenda-legislativa-da-industria/2012/04/1,2214/agenda-legislativa-da-industria.html>. Acesso em: 19 nov. 2013.

_____. **História**. 17 mar. 2012. Disponível: <www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/2012/03/1,1741/historia.html>. Acesso em: 19 nov. 2013.

_____. **Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015**. 2005. Disponível em: <www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/2012/04/1,1987/mapa-estrategico-da-industria-2007-2015.html>. Acesso em: 21 nov. 2013.

_____. **Presidente da CNI diz que Congresso é decisivo para maior competitividade**. 05 fev. 2013. Disponível em: <www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2013/02/1,10370/presidente-da-cni-diz-que-congresso-e-decisivo-para-maior-competitividade.html>. Acesso em: 19 nov. 2013.

c) Dissertações e teses

BIANCHI, Alvaro. **Ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo nas crises dos anos 1980 e 1990**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SILVA, Érica Cruz. **Atuação do empresariado brasileiro no governo Lula: o posicionamento da CNI sobre questões internacionais**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

d) Matérias publicadas na imprensa

ABIMAQ e ABINEE criticam governo; ANFAVEA defende. **O Estado de S. Paulo**, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,abimaq-e-abinee-criticam-governo-anfavea-defende-imp-,1128948>>. Acesso em: 10 out. 2014.

A punhalada fiscal de Levy e Dilma. 18. jan. 2015. Disponível em:

<www.cartacapital.com.br/revista/833/punhalada-fiscal-5133.html>. Acesso em: 19 jan. 2015.

Custos trabalhistas asfixiam a indústria. **O Estado de S. Paulo**, 25 abr. 2012.

Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,custos-trabalhistas-asfixiam-a-industria-imp-,865079>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

Fiscalização flagra trabalho escravo em obra de Brookfield e Emccamp do 'Minha Casa Minha Vida. 09 dez. 2013. Disponível em:

<<http://reporterbrasil.org.br/2013/12/fiscalizacao-flagra-trabalho-escravo-em-obra-de-brookfield-e-emccamp-do-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

Modernizar o trabalho para crescer. **O Estado de S. Paulo**, 28 mar. 2013.

Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,modernizar-o-trabalho-para-crescer-imp-,1014180>>. Acesso em: 26 jan. 2014.